

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FÁBIO DE SOUSA MELO

**EXPLORANDO HORIZONTES EDUCACIONAIS:
A POTENCIALIDADE PEDAGÓGICA DA PLATAFORMA SESC DIGITAL
NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

São Paulo
2026

FÁBIO DE SOUSA MELO

EXPLORANDO HORIZONTES EDUCACIONAIS:
A POTENCIALIDADE PEDAGÓGICA DA PLATAFORMA SESC DIGITAL
NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação: Currículo, sob orientação do Prof. Dr. Fernando José de Almeida.

São Paulo
2026

Autorizo, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa Dissertação de Mestrado por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Fernando José de Almeida

“Paz sem voz não é paz, é medo.”

O Rappa, Minha Alma (A Paz Que Eu Não Quero)

AGRADECIMENTOS

Ao Serviço Social do Comércio – Sesc São Paulo, pela concessão da bolsa de estudos e pela oportunidade de realizar este mestrado. Essa parceria representou não apenas um suporte institucional, mas a concretização de um projeto de vida que me permitiu articular minha trajetória profissional à pesquisa acadêmica.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP, pelo convívio, pelas trocas e pela construção coletiva do conhecimento ao longo do curso.

À Profa. Dra. Maria da Graça Moreira da Silva, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, e à Maria Aparecida da Silva Abi Rached, assistente de coordenação, pela disponibilidade, clareza nos processos acadêmicos e pelo cuidado constante com os estudantes.

Ao meu coordenador no Sesc, Marcelo Amorim, pelo incentivo permanente, especialmente nos momentos mais desafiadores. Sua confiança e apoio foram fundamentais para que este percurso se tornasse possível.

À minha gerente, Dóris Sathler de Souza Larizzatti, gerente do Sesc Carmo, pelo apoio institucional, compreensão e incentivo à minha formação acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Dr. Fernando José de Almeida, pela exigência intelectual, pela generosidade nas trocas e pela condução rigorosa desta pesquisa. As provocações constantes e o compromisso com a reflexão crítica foram decisivos para meu amadurecimento acadêmico.

À minha companheira, Sheila Mara Travain, pelo apoio incondicional, pela escuta e por me lembrar diariamente que é possível seguir acreditando nos próprios sonhos.

À Beatriz Travain Melo, minha filha, fonte permanente de alegria, sentido e inspiração.

À minha mãe, Antonia Batista de Sousa, por sua dedicação incansável à família, por todos os esforços que tornaram possível a minha caminhada e pelo orgulho demonstrado em cada conquista. Sua força e sua história são a base de tudo o que construí.

Ao meu papai, Antonio José de Melo, por sua ética, sua resistência e resiliência diante da vida, sua bondade e seu caráter.

Às minhas irmãs, Cristiane e Flávia Melo, por estarem de mãos dadas comigo desde a infância e por dividirem a caminhada da vida com tanto amor. Isso é imensamente valioso para mim.

À minha irmã mais nova, Geovana de Sousa Bernardes, que me mostrou que, no caos que é a constância da vida, ainda existem beleza e amor. Em você, encontro leveza, verdade e afeto.

Ao meu padrasto, Geraldo Bernardes da Silveira, que está ao meu lado e me fortalece com sua confiança, sua dedicação à família e sua luta constante pela vida. Sua força e vontade de vencer me enchem de orgulho a cada conquista.

Minha amiga Thais Kruse, que me deu vários livros e entusiasmo para iniciar essa caminhada.

Aos familiares, amigos e colegas de trabalho, que estiveram presentes ao longo desse percurso, oferecendo apoio, incentivo e compreensão nos momentos de ausência. Cada gesto de carinho e cada palavra de encorajamento fizeram diferença.

À minha companheira, Sheila Mara Travain, por caminhar ao meu lado com coragem, paciência e afeto, tornando possíveis sonhos que eu não ousaria sonhar sozinho.

E à minha filha, Beatriz Travain Melo, luz da minha vida, razão maior de cada passo e de tudo o que ainda desejo construir.

RESUMO

Esta dissertação investiga as potencialidades pedagógicas da plataforma Sesc Digital como espaço de educação não formal mediado por tecnologias digitais. Parte-se da compreensão de que os processos educativos em ambientes digitais não ocorrem de forma neutra, mas são atravessados por contextos históricos, sociais, culturais e técnicos que condicionam a organização dos saberes, as formas de mediação e as propostas formativas disponibilizadas. O objetivo da pesquisa é analisar como o Sesc Digital organiza e media saberes culturais e técnicos em cursos específicos ofertados na plataforma, observando de que modo essas escolhas produzem práticas curriculares no contexto da educação não formal digital. O estudo dialoga com contribuições da teoria crítica do currículo, especialmente a partir de autores como Paulo Freire, Michael Apple, José Gimeno Sacristán, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti e Maria da Glória Gohn, compreendendo o currículo como prática social e cultural situada, construída por meio de mediações institucionais e tecnológicas. Adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, utilizando o estudo de caso como estratégia metodológica. O objeto empírico da investigação é a plataforma Sesc Digital, com foco nos cursos “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*”. A produção dos dados envolveu análise documental, observação sistemática da plataforma e registros em diários de campo, permitindo acompanhar o funcionamento do currículo a partir da análise dos materiais, da estrutura dos cursos e da organização da plataforma. Ao longo da análise, utiliza-se o conceito de cibercultura, conforme proposto por Pierre Lévy, para compreender como aspectos próprios dos ambientes digitais — como a organização das interfaces, a disposição dos conteúdos e as formas de mediação técnica — se manifestam nos cursos analisados e na estrutura da plataforma. Os resultados indicam que o Sesc Digital se configura como um espaço de educação não formal inserido na cibercultura, no qual se articulam propostas de acesso à cultura e limites relacionados à mediação tecnológica. Entre esses limites, emergem inquietações sobre a padronização das propostas formativas e sobre questões éticas associadas ao uso e à gestão dos dados dos usuários. Conclui-se que o Sesc Digital constitui uma experiência relevante de educação não formal no contexto brasileiro, ao articular cultura, tecnologia e formação de modo acessível e público, ao mesmo tempo em que evidencia tensões próprias da educação digital contemporânea, exigindo análises críticas sobre currículo, mediação e uso social das tecnologias.

Palavras-chave: 1. Currículo, 2. Educação não formal, 3. Sesc Digital, 4. Cibercultura, 5. Tecnologias na educação

ABSTRACT

This dissertation investigates the pedagogical potential of the Sesc Digital platform as a space for non-formal education mediated by digital technologies. It starts from the understanding that educational processes in digital environments do not occur in a neutral way but are traversed by historical, social, cultural, and technical contexts that condition the organization of knowledge, the forms of mediation, and the educational proposals provided. The objective of the research is to analyze how Sesc Digital organizes and mediates cultural and technical knowledge in specific courses offered on the platform, observing how these choices produce curricular practices in the context of digital non-formal education. The study dialogues with contributions from critical curriculum theory, especially from authors such as Paulo Freire, Michael Apple, José Gimeno Sacristán, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti, and Maria da Glória Gohn, understanding the curriculum as a situated social and cultural practice, built through institutional and technological mediations. A qualitative approach of an interpretive nature is adopted, using the case study as a methodological strategy. The empirical object of the investigation is the Sesc Digital platform, with a focus on the courses “How to Create Podcasts” and “Stage Lighting”. Data production involved documentary analysis, systematic observation of the platform, and field diaries, allowing the monitoring of the curriculum's functioning through the analysis of materials, course structure, and platform organization. Throughout the analysis, the concept of cyberculture, as proposed by Pierre Lévy, is used to understand how aspects specific to digital environments — such as the organization of interfaces, the arrangement of contents, and the forms of technical mediation — manifest in the courses analyzed and in the platform's structure. The results indicate that Sesc Digital is configured as a non-formal education space within cyberculture, in which proposals for access to culture and limits related to technological mediation are articulated. Among these limits, concerns emerge regarding the standardization of educational proposals and ethical issues associated with the use and management of user data. It is concluded that Sesc Digital constitutes a relevant non-formal education experience in the Brazilian context, by articulating culture, technology, and training in an accessible and public way, while evidencing tensions typical of contemporary digital education, requiring critical analysis of curriculum, mediation, and the social use of technologies.

Keywords: 1. Curriculum, 2. Non-formal education, 3. Sesc Digital, 4. Cyberculture, 5. Technologies in education.

RESUMEN

Esta disertación investiga las potencialidades pedagógicas de la plataforma Sesc Digital como espacio de educación no formal mediado por tecnologías digitales. Parte del entendimiento de que los procesos educativos en ambientes digitales no ocurren de forma neutra, sino que están atravesados por contextos históricos, sociales, culturales y técnicos que condicionan la organización de los saberes, las formas de mediación y las propuestas formativas disponibles. El objetivo de la investigación es analizar cómo el Sesc Digital organiza y media saberes culturales y técnicos en cursos específicos ofrecidos en la plataforma, observando de qué modo estas elecciones producen prácticas curriculares en el contexto de la educación no formal digital. El estudio dialoga con contribuciones de la teoría crítica del currículo, especialmente de autores como Paulo Freire, Michael Apple, José Gimeno Sacristán, Miguel Arroyo, Moacir Gadotti y Maria da Glória Gohn, comprendiendo el currículo como una práctica social y cultural situada, construida mediante mediaciones institucionales y tecnológicas. Se adopta un enfoque cualitativo, de carácter interpretativo, utilizando el estudio de caso como estrategia metodológica. El objeto empírico de la investigación es la plataforma Sesc Digital, con foco en los cursos “Cómo crear podcasts” e “Iluminación escénica”. La producción de datos involucró análisis documental, observación sistemática de la plataforma y registros en diarios de campo, permitiendo acompañar el funcionamiento del currículo a partir del análisis de los materiales, la estructura de los cursos y la organización de la plataforma. A lo largo del análisis, se utiliza el concepto de cibercultura, propuesto por Pierre Lévy, para comprender cómo aspectos propios de los ambientes digitales —como la organización de las interfaces, la disposición de los contenidos y las formas de mediación técnica— se manifiestan en los cursos analizados y en la estructura de la plataforma. Los resultados indican que el Sesc Digital se configura como un espacio de educación no formal inserto en la cibercultura, en el cual se articulan propuestas de acceso a la cultura y límites relacionados con la mediación tecnológica. Entre estos límites, surgen inquietudes sobre la estandarización de las propuestas formativas y sobre cuestiones éticas asociadas al uso y gestión de los datos de los usuarios. Se concluye que el Sesc Digital constituye una experiencia relevante de educación no formal en el contexto brasileño, al articular cultura, tecnología y formación de modo accesible y público, al mismo tiempo que evidencia tensiones propias de la educación digital contemporánea, exigiendo análisis críticos sobre currículo, mediación y uso social de las tecnologías.

Palabras clave: 1. Currículo, 2. Educación no formal, 3. Sesc Digital, 4. Cibercultura, 5. Tecnologías en la educación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Podcasts.....	66
Figura 2 – Interface de navegação do curso Como Criar Podcasts.	67
Figura 3 – Material de apoio do curso Como Criar Podcasts.....	68
Figura 4 – Etapa de edição e publicação no curso Como Criar Podcasts.....	69
Figura 5 – Página inicial da plataforma Sesc Digital, evidenciando escolhas curatoriais e hierarquias de visibilidade dos conteúdos.	76
Figura 6 – Interface interna de curso na plataforma Sesc Digital, evidenciando mediação pedagógica centrada no design e na organização do conteúdo.	77
Figura 7 - Organização por categorias na plataforma Sesc Digital, indicando critérios curatoriais e possíveis silêncios curriculares.	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura pedagógica do curso “ <i>Como Criar Podcasts</i> ”	70
Tabela 2 – Estrutura do curso “ <i>Iluminação Cênica</i> ”	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias, referenciais e indicadores empíricos.	36
Quadro 2 – Dados de acesso 2020.....	59
Quadro 3 – Dados de acesso 2021.....	60
Quadro 4 – Dados de acesso 2022.....	60
Quadro 5 – Dados de acesso 2023.....	60
Quadro 6 – Dados de acesso 2024.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCA: Associação Paulista de Críticos de Arte.

CEDEI: Centro de Educação Infantil.

CETIC.br: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

CNC: Confederação Nacional do Comércio.

EAD: Educação a Distância.

FAAP: Fundação Armando Alvares Penteado.

LED: Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz).

Libras: Língua Brasileira de Sinais.

MPB: Música Popular Brasileira.

NIC.br: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR.

PAR: Parabolic Aluminized Reflector (Refletor Parabólico Aluminizado).

PPG: Programa de Pós-Graduação.

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sesc: Serviço Social do Comércio.

Sesc SP: Serviço Social do Comércio – São Paulo.

TIC: Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: Minha Trajetória: Um Percorso de Encontros e Descobertas.....	19
1 INTRODUÇÃO	21
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	23
1.2 Objetivo geral	24
1.3 Objetivos específicos	24
1.4 Justificativa e relevância da pesquisa	24
1.5 Fundamentos teóricos que orientam aS análiseS.....	26
2 Metodologia	27
2.1 Fundamentação epistemológica.....	27
2.2 Abordagem metodológica e estratégia de pesquisa	28
2.3 Procedimentos de produção dos dados	28
2.4 Delimitação do objeto e justificativa da escolha	30
2.5 Compreensão do currículo no contexto digital.....	31
2.6 Organização e análise dos dados	32
2.7 Interseccionalidade como categoria transversal	33
2.8 Considerações éticas	34
2.9 Quadro de Categorias Analíticas	34
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	38
3.1 Matrizes históricas da educação brasileira: cristã, liberal e crítica.....	38
3.1.1 A Matriz Cristã: Educação, Evangelização e Controle Social	40
3.1.2 A matriz liberal: escola pública, mérito e cidadania	41
3.1.3 A matriz crítica: educação, emancipação e disputa curricular	43
3.1.4 Matrizes históricas da educação em disputa no contexto digital	44
3.1.5 Matrizes em Disputa e o Currículo do Sesc Digital como Experiência Institucional.....	45
3.2 Currículo, Cultura e Tecnologias Digitais	46
3.3 Plataformização da Cultura e da Educação	48
3.4 Articulação Teórica e Diálogo com a Análise Empírica	50
3.5 O Sesc enquanto instituição educativa e a emergência do Sesc Digital.....	51
4 ANÁLISE DA PLATAFORMA SESC DIGITAL.....	54
4.1 O Sesc: trajetória institucional, cultura e educação I.....	54
4.2 O Sesc Digital: origem, objetivos e inserção institucional.....	55
4.3 O Sesc Digital COMO TERRITÓRIO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	57
4.4 A plataforma Sesc Digital como território curricular da educação não formal....	62
4.5 O curso “Como Criar Podcasts”	65
4.6 O curso “Iluminação Cênica”	71
4.7 Curadoria, mediação e silêncios curriculares	75
4.8 Síntese analítica	79

4.9	Categorias Analíticas da Pesquisa	81
4.9.1	Autonomia do sujeito.....	81
4.9.2	Hibridismo entre cultura e educação	82
4.9.3	Silêncios curriculares.....	83
5	Contribuições, limites e implicações da pesquisa	85
5.1	Retomada do percurso investigativo e do problema de pesquisa	85
5.2	Contribuições da pesquisa para o campo do currículo	86
5.3	Contribuições da pesquisa para a educação não formal e para o campo da cultura 88	
5.4	Implicações da pesquisa para o campo da mídia-educação e para as práticas digitais 90	
5.5	Limites da pesquisa.....	93
5.6	Possibilidades de aprofundamento e pesquisas futuras	95
5.7	Considerações finais	96
6	REFERÊNCIAS.....	98
7	APÊNDICE	101

APRESENTAÇÃO: MINHA TRAJETÓRIA: UM PERCURSO DE ENCONTROS E DESCOBERTAS

Escrevo este relato com o objetivo de situar meu percurso de vida e as vivências que me conduziram a esta pesquisa. Minha trajetória no campo audiovisual teve início em contextos desafiadores, marcados por limitações materiais e pela necessidade de construir caminhos com os recursos disponíveis. No começo da vida profissional técnica, o acesso a cursos de especialização e a condições mais estáveis de formação nem sempre era possível, o que fez da prática cotidiana meu principal espaço de aprendizagem. Esse percurso inicial consolidou em mim uma valorização profunda das oportunidades de aprendizado e uma postura de constante busca por aprimoramento.

Mesmo diante das limitações iniciais, meu caminho no áudio profissional foi marcado por trocas constantes. Atuar por cerca de duas décadas em empresas de médio e grande porte, acompanhando artistas de renome nacional pelo território brasileiro em shows de MPB e sertanejo nos anos que antecederam meu ingresso no Sesc Sp, nunca foi uma prática solitária. Pelo contrário, era um ambiente de muita intenção e compartilhamento de conhecimentos entre técnicos, músicos e produtores para viabilizar a experiência do espetáculo. Naquela fase, minha especialidade era o alinhamento e dimensionamento de sistemas, e mixagem em shows ao vivo, um fazer técnico que já carregava o desejo de compreender as engrenagens da entrega sonora.

Em 2016, ao ingressar no Sesc São Paulo, com passagens pelas unidades Parque Dom Pedro e Carmo, a bagagem técnica encontrou um novo terreno de aprendizado. Passei a conviver com profissionais de áreas diversas que compõem a forma que fazem o Sesc — do administrativo, da programação, da comunicação, entre outras. Essa interação revelou-me um arcabouço de inteligências e intenções institucionais que eu ainda não compreendia plenamente. Aprendi com a “expertise” de quem organiza, de quem comunica e de quem planeja, percebendo que a técnica audiovisual era parte integrante de um esforço coletivo voltado para o acolhimento e a formação do público.

Nesse processo de descoberta, surgiu em 2018 a oportunidade de iniciar o bacharelado em Rádio, TV e Internet na Universidade Anhembi Morumbi. Para mim, o ingresso no ensino superior foi um marco profundo. Sou de uma família humilde, onde a trajetória acadêmica e as graduações não eram realidades próximas; nosso foco histórico sempre esteve na formação técnica voltada ao campo de trabalho. Realizar essa graduação, viabilizada pela bolsa de estudos proporcionada pelo Sesc SP, permitiu-me integrar décadas de prática a um novo patamar de reflexão intelectual.

Minha participação em grupos de trabalho e colaborações técnicas em gerências dentro da instituição foram passos adicionais nesse entendimento de como a instituição opera e se organiza. Hoje, sinto que a bagagem que trago das produções e as novas habilidades desenvolvidas no Sesc se fundem, mas o sentimento ainda é de que há muito o que compreender. Esta investigação sobre o Sesc Digital não pretende ser uma resposta definitiva, mas sim parte desse esforço contínuo de entender como os saberes e as mediações que vivi na prática se reconfiguram agora no ambiente digital.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as tecnologias digitais passaram a ocupar um lugar cada vez maior nas ações culturais e educativas desenvolvidas fora do sistema escolar. Plataformas digitais, cursos on-line e acervos virtuais têm sido incorporados por instituições públicas e privadas como formas de ampliar a circulação de conteúdos culturais e formativos, especialmente no campo da educação não formal. No Brasil, esse movimento ocorre em um contexto marcado por acessos desiguais à internet, tanto em termos de infraestrutura quanto de condições efetivas de uso, o que impõe limites concretos às possibilidades de participação em iniciativas digitais.

Nesse cenário, o ambiente digital não pode ser compreendido como um espaço homogêneo ou plenamente acessível, mas como um campo atravessado por assimetrias sociais, técnicas e territoriais. Ainda assim, é mobilizado por instituições culturais como estratégia para manter e ampliar ações educativas, sobretudo em contextos nos quais a presença física é restrita ou insuficiente.

Essas iniciativas digitais, no entanto, não se constituem apenas como meios técnicos de difusão de conteúdos: elas envolvem escolhas relacionadas à organização dos saberes, às formas de mediação, às linguagens utilizadas e às condições de acesso oferecidas ao público. É a partir dessa compreensão que a presente pesquisa se insere, ao tomar a plataforma Sesc Digital como objeto de investigação, analisando-a como uma experiência de educação não formal desenvolvida em ambiente digital.

A integração das tecnologias digitais no ambiente educacional não deve ser compreendida apenas como uma modernização de ferramentas, mas como uma mudança estrutural na forma como o conhecimento é construído.

Além da mudança metodológica, é necessário considerar o impacto da rede na produção de sentidos. A cibercultura redefine o espaço e o tempo da aprendizagem, criando o que se denomina inteligência coletiva. Conforme afirma Lévy:

“A inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências.” (LÉVY, 1998).

Quando deslocadas para o ambiente digital, as práticas de educação não formal passam a depender de condições técnicas e institucionais que influenciam diretamente sua configuração. Elementos como a estrutura das plataformas, a organização dos conteúdos, as linguagens mobilizadas e os modos de acesso disponíveis tornam-se parte constitutiva das

propostas formativas. Nesses contextos, o currículo não se apresenta de forma explícita, mas se materializa nas escolhas editoriais, pedagógicas e técnicas que orientam o que é ofertado, como é ofertado e em que condição se torna acessível, conforme indicam estudos do campo das teorias do currículo (SACRISTÁN, 2000; APPLE, 2006).

As plataformas digitais voltadas à educação e à cultura podem ser compreendidas como espaços nos quais o currículo também opera de modo implícito, produzindo hierarquizações, visibilidades e silenciamentos. Ainda que não se apresentem como currículos formais, essas plataformas organizam saberes e delimitam percursos formativos possíveis, assumindo um papel relevante na mediação entre instituições, conteúdos e públicos. Essa compreensão afasta leituras tecnicistas do digital e permite situar a análise no campo das disputas culturais e educativas contemporâneas (SILVA, 2003).

É a partir desse referencial que se insere a análise da plataforma Sesc Digital. Vinculada a uma instituição com trajetória consolidada no campo da cultura e da educação não formal, a plataforma constitui uma experiência institucional que articula ações educativas, conteúdos culturais e mediação tecnológica em ambiente digital. Analisar o Sesc Digital implica, portanto, compreender como essa proposta se organiza, quais escolhas orientam sua estrutura e que implicações curriculares emergem de sua atuação enquanto espaço de educação não formal no contexto digital.

É nesse contexto que se situam o Serviço Social do Comércio (Sesc) e, mais recentemente, o Sesc Digital. Historicamente, o Sesc construiu sua atuação no campo da cultura e da educação não formal a partir de uma rede de unidades físicas distribuídas pelo território nacional, nas quais se articulam atividades formativas, artísticas e de convivência, sustentadas pela presença, pela mediação direta e pelo encontro entre sujeitos. A criação do Sesc Digital não substitui essa lógica, mas a reconfigura ao constituir uma unidade virtual que amplia o alcance institucional para o ambiente on-line. Esse deslocamento impõe desafios específicos, como a transposição de práticas educativas e culturais concebidas para o espaço presencial para o contexto digital, a reorganização das mediações pedagógicas e a redefinição das formas de acesso, participação e curadoria.

Analisar o Sesc Digital, portanto, implica compreender como essa nova unidade virtual se articula à trajetória institucional do Sesc e quais implicações curriculares emergem quando práticas historicamente ancoradas no espaço físico passam a operar em ambiente digital (SESC SÃO PAULO, 2020).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A integração de ecossistemas on-line às ações educativas extraescolares introduz desafios que ultrapassam a técnica, incidindo diretamente na mediação pedagógica e na hierarquização de conteúdo. Quando práticas consolidadas na presencialidade são transpostas para interfaces virtuais, emerge a necessidade de investigar como essas propostas se reconfiguram e de que maneira o currículo opera nesse território.

No Sesc Digital, essa problemática ganha relevância devido à robusta trajetória da instituição em espaços físicos. A transição para uma unidade virtual não é uma mera migração de suporte, mas uma redefinição da curadoria e da organização dos saberes. Embora a proposta vise ampliar o acesso, ela é atravessada por decisões curatoriais — tanto explícitas quanto implícitas — que moldam a experiência formativa. Assim, o problema central desta investigação consiste em compreender: como a plataforma se configura enquanto experiência de educação não formal e quais os desdobramentos curriculares dessa estrutura?

É a partir desse referencial que se insere a análise da plataforma Sesc Digital. Embora se apresente como uma proposta de ampliação do acesso à cultura, sua atuação no ambiente digital não é isenta de intencionalidades. Analisar o Sesc Digital implica, portanto, compreender como a organização de seus cursos e a estrutura da plataforma configuram práticas formativas que aqui são tomadas como currículo em funcionamento.

A presente pesquisa compreende o currículo como uma prática social e cultural em funcionamento. Sacristán (2000, p. 16) conceitua currículo como “[...] uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc.”. Assim, currículo é uma prática que estabelece a função socializadora de cada instituição, expressando-se por intermédio de diversas práticas, dentre elas as práticas pedagógicas, voltadas ao ensino. É construído através de um projeto ou plano ordenado por determinados princípios, que agregam valores e tornam a instituição peculiar em relação às outras. Em relação ao conceito de integrar (integração), não podemos nos prender aos conceitos morais do sentido da palavra, como tornar íntegro, inteiro.

O termo deve ser compreendido em sua completude, como as partes no seu todo, a unidade no diverso, onde a educação é tratada como em sua totalidade social, desde suas mediações históricas até a concretização dos processos educativos.

Diante desse contexto, o problema que orienta esta pesquisa é o seguinte:

- Como a plataforma Sesc Digital se configura como uma experiência de educação não formal em ambiente digital e quais implicações curriculares emergem da organização de seus cursos e de sua estrutura institucional?

A formulação desse problema delimita o foco da investigação na análise das escolhas que estruturam a plataforma e os cursos selecionados nessa pesquisa, sem a pretensão de avaliar impactos sobre os usuários ou efeitos formativos, mas buscando compreender o currículo em ação no interior de uma experiência institucional de educação não formal no ambiente digital.

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da presente pesquisa centra-se em: Analisar a plataforma Sesc Digital como uma experiência de educação não formal em ambiente digital, examinando como a organização de seus cursos escolhidos e de sua estrutura institucional produz práticas curriculares intencionais, tomando como referência empírica a própria plataforma digital e os cursos EAD “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*”, sob o olhar do currículo.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever a organização dos cursos EAD: “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*” ofertados pelo Sesc Digital, considerando a estrutura dos conteúdos, os formatos utilizados e as propostas formativas explicitadas nos materiais.
- b) Analisar as formas de mediação pedagógica e cultural presentes nos cursos selecionados, a partir da observação dos materiais didáticos, das linguagens mobilizadas e da organização das atividades no ambiente digital.
- c) Analisar como elementos constitutivos das práticas curriculares, em suas dimensões explícitas e implícitas, se expressam nos cursos analisados.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de expandir as fronteiras dos estudos curriculares, contemplando as dinâmicas da educação não formal em rede. Nesse sentido, se por um lado a oferta de ações educativas on-line encontra-se em crescente expansão,

por outro, ainda são escassas as investigações críticas que analisem como tais interfaces estruturam o conhecimento e quais intencionalidades pedagógicas orientam suas escolhas curatoriais.

A escolha pelo Sesc Digital é reforçada pela minha própria trajetória profissional na instituição desde 2016. Essa imersão cotidiana no Serviço Social do Comércio permite um olhar atento às tensões entre o encontro físico — marca histórica da entidade — e a recente estruturação de uma 'unidade operacional virtual'.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o campo ao tratar o currículo como uma prática social em movimento, materializada em códigos, interfaces e decisões institucionais.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o debate sobre o currículo para além da instituição escolar, considerando experiências de educação não formal desenvolvidas em contextos institucionais concretos.

Ao analisar o Sesc Digital, pretende-se contribuir para a compreensão do currículo como prática social e cultural em funcionamento, constituída não apenas por documentos formais, mas também por plataformas, cursos, interfaces e escolhas institucionais.

Essa perspectiva encontra respaldo em autores que compreendem o currículo como produção situada, construída nos espaços da vida social e cultural, e não restrita ao interior da escola. Para Arroyo (2013), o currículo é conceituado como um território em disputa em que as experiências sociais, culturais e as vivências dos sujeitos se manifestam como dimensões constitutivas do conhecimento e da formação, ampliando a compreensão de currículo para além dos limites da escola.

A relevância institucional da pesquisa reside, ainda, na possibilidade de oferecer subsídios analíticos para a reflexão sobre práticas educativas desenvolvidas no ambiente digital. Ao examinar a organização dos cursos escolhidos para essa pesquisa, as formas de mediação e a estrutura da plataforma, a investigação não pretende avaliar resultados ou impactos sobre os públicos, mas compreender as escolhas que configuram o currículo em ação nessa experiência específica de educação não formal. Tal análise pode contribuir para leituras críticas sobre os caminhos adotados por instituições culturais que passam a operar simultaneamente em espaços físicos e digitais.

É nesse cenário de transição que minha trajetória profissional no Sesc São Paulo, iniciada em 2016, encontra ressonância acadêmica. A vivência nas unidades físicas e o acompanhamento da expansão institucional para o digital despertaram as inquietações que

movem esta pesquisa, permitindo uma análise situada e comprometida com a compreensão das novas mediações culturais.

1.5 FUNDAMENTOS TEÓRICOS QUE ORIENTAM AS ANÁLISES

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação é orientada por referenciais da teoria do currículo, que compreendem o currículo como prática social, cultural e política, produzida nas escolhas institucionais, nas mediações educativas e nas formas de organização do conhecimento. Situado nesta perspectiva, supero a visão prescritiva do currículo e o experiencio como um fluxo em funcionamento, reconhecendo sua materialidade em espaços não escolares e na educação não formal.

No campo da educação não formal, a pesquisa dialoga com autores que reconhecem a intencionalidade educativa presente em práticas culturais e institucionais desenvolvidas fora do sistema escolar, enfatizando a diversidade de formatos, linguagens e mediações que caracterizam essas experiências. Essa abordagem permite colocar o Sesc Digital como uma iniciativa educativa que se constrói no cruzamento entre cultura, formação e mediação institucional, sem recorrer a modelos escolares tradicionais.

No que se refere ao ambiente digital, recorro a contribuições que possibilitam compreender as plataformas como espaços de mediação cultural e organização de saberes, inseridos no contexto da cibercultura. Essa leitura evita tanto abordagens tecnicistas quanto deterministas, reconhecendo que as tecnologias digitais operam a partir de escolhas humanas, institucionais e políticas. Os referenciais aqui indicados são aprofundados no Capítulo 3, no qual desenvolvo a fundamentação teórica que sustenta a análise do objeto empírico.

2 METODOLOGIA

2.1 FUNDAMENTAÇÃO EPISTEMOLÓGICA

A presente pesquisa se orienta por uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, partindo do pressuposto de que os processos educativos são historicamente situados e atravessados por valores, disputas de sentido e escolhas institucionais. Assim, o conhecimento produzido nesta investigação não é apresentado como representação objetiva e generalizável, mas como interpretação situada do objeto empírico, construída na relação entre pesquisador, material analisado e contexto.

Nessa direção, a perspectiva interpretativa parte do pressuposto que a realidade social é construída e plural, de modo que a investigação busca compreender significados e mediações que constituem as práticas educativas observadas (GUBA; LINCOLN, 1985). Essa opção epistemológica implica reconhecer o papel ativo do pesquisador e explicitar o lugar de onde se fala, compreendendo que a análise é atravessada por trajetória, escolhas teóricas e inserção institucional.

Em diálogo com Lüdke e André (1986), esta investigação parte do entendimento de que a produção do conhecimento em pesquisa educacional ocorre na interação entre pesquisador, objeto e contexto, exigindo coerência entre problemas, procedimentos e interpretação dos dados. A fundamentação epistemológica articula-se a concepção de currículo ao reconhecer que práticas educativas e seleções culturais envolvem decisões políticas e institucionais. Desse modo, o currículo é compreendido como prática social em funcionamento, que se materializa tanto em escolhas pedagógicas quanto em formas de mediação — inclusive em contextos de educação não formal e em ambientes digitais (SACRISTÁN, 2000; APPLE, 2006).

Com esse olhar, a pesquisa qualitativa como produção situada do conhecimento encontra respaldo na abordagem interpretativa desenvolvida por Guba e Lincoln (1985), que reconhece a impossibilidade de neutralidade na investigação social e educacional. Para os autores, a realidade é socialmente construída e o conhecimento é produzido na interação entre pesquisador e contexto. Assim, não há uma única realidade objetiva a ser capturada, mas múltiplas realidades interpretadas a partir de diferentes perspectivas, valores e posições sociais, o que implica compreender o pesquisador como sujeito implicado no processo de produção do conhecimento.

Ao assumir essa perspectiva epistemológica, a pesquisa reafirma o compromisso com uma análise interpretativa, crítica e contextualizada das práticas educativas investigadas, tomando o Sesc Digital como experiência institucional situada, sem pretensão de generalização.

2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, e utiliza o estudo de caso como estratégia metodológica para examinar a plataforma Sesc Digital como uma experiência institucional delimitada e situada. O estudo de caso mostra-se adequado à compreensão de fenômenos inseridos em contextos reais e complexos, nos quais as fronteiras entre o fenômeno investigado e o contexto não se apresentam de forma nítida, característica central dessa estratégia de pesquisa (YIN, 2015).

Em diálogo com Lüdke e André (1986), a análise privilegia processos e significados produzidos na experiência investigada, afastando-se de abordagens centradas na mensuração de resultados. Nessa perspectiva, a plataforma não é tomada como modelo representativo de iniciativas digitais, mas como um caso específico, cuja compreensão exige atenção às suas condições institucionais, pedagógicas e tecnológicas.

Conforme Yin (2015), o estudo de caso constitui uma estratégia de pesquisa voltada à investigação aprofundada de fenômenos contemporâneos em seus contextos de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não se apresentam de forma claramente definida. Esse entendimento orienta a análise do Sesc Digital como experiência situada, sem pretensão de generalização.

No âmbito desta pesquisa, o recorte empírico concentra-se nos cursos: “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*”, analisados como parte integrante do Sesc Digital. Esse recorte orienta os procedimentos de produção e análise dos dados, permitindo observar diferentes modos de organização curricular e de mediação pedagógica no contexto da educação não formal digital.

2.3 PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DOS DADOS

A produção dos dados desta pesquisa foi realizada por meio de análise documental e observação sistemática da plataforma Sesc Digital e dos cursos selecionados. Esses procedimentos foram escolhidos por permitirem examinar as práticas curriculares tal como se materializam na organização institucional da plataforma, nos materiais disponibilizados e nas

formas de mediação propostas no ambiente digital, em coerência com a abordagem qualitativa e interpretativa adotada.

A análise documental envolveu o exame de materiais institucionais e pedagógicos disponíveis no Sesc Digital, tais como descrições dos cursos, estrutura dos módulos, conteúdos audiovisuais, textos de apoio, atividades propostas e páginas institucionais (Termos de Uso, Política de Privacidade e seção “Sobre”). Esses documentos foram compreendidos como produções sociais e institucionais que expressam concepções formativas e escolhas curriculares, não sendo tratados como registros neutros (CHIZZOTTI, 2010).

A observação sistemática consistiu no acompanhamento da navegação e da organização dos cursos “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*”, com foco na sequência e organização dos módulos, nas estratégias de mediação e endereçamento pedagógico, nas linguagens e recursos multimodais, bem como em aspectos de navegação, arquitetura da informação, curadoria, mecanismos de acesso e permanência e presença de recursos de acessibilidade. Esse procedimento foi registrado em diários de campo, contendo descrições densas e notas analíticas preliminares, o que possibilitou a articulação entre empiria e interpretação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; ANDRÉ, 2005).

Como parte do amadurecimento desta pesquisa, a imersão nos procedimentos de produção de dados encontrou um momento de síntese e validação prática durante o XVI Encontro de Pesquisadores em Educação: Currículo, da PUC-SP. A participação no evento, que celebrou os 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Educação, constituiu uma experiência formativa relevante, ao demandar a transposição da análise sistemática para o campo da interlocução direta com professores e estudantes. Esse movimento possibilitou submeter interpretações parciais ao diálogo acadêmico, ampliando a reflexão sobre o objeto investigado e fortalecendo a consistência analítica da pesquisa.

Minha participação não se limitou à apresentação formal do trabalho em banner ou comunicação oral. O diálogo mais aprofundado com o objeto de estudo ocorreu durante a condução da oficina “*Como Criar Podcasts*”, baseada no curso homônimo que constitui um dos eixos centrais desta investigação. Ao desenvolver a atividade, foi possível vivenciar, na prática, processos de mediação e formas de endereçamento pedagógico previamente observados na plataforma Sesc Digital, agora sob a perspectiva da interação direta e das respostas imediatas dos participantes. Essa experiência contribuiu para tensionar e refinar as categorias analíticas construídas ao longo da pesquisa, ao evidenciar como determinadas escolhas pedagógicas se materializam na relação concreta com os sujeitos.

Essa experiência prática dialogou diretamente com os procedimentos metodológicos aqui descritos:

- Observação e prática: Enquanto a observação sistemática se concentrava na sequência dos módulos e nos recursos multimodais da plataforma, a oficina permitiu transpor essas estratégias para uma situação formativa presencial, possibilitando uma compreensão mais aprofundada de suas lógicas de organização e mediação.
- Diários de Campo: A vivência de condução da atividade contribuiu para ampliar os registros reflexivos da pesquisa, incorporando notas analíticas sobre o processo de mediação pedagógica para além da interface digital.
- Análise Documental: A necessidade de organizar e apresentar os conteúdos do curso em contexto presencial reforçou a compreensão de que os materiais audiovisuais e textuais analisados não constituem registros neutros, mas produções institucionais que expressam escolhas curriculares e concepções formativas.

Assim, a inserção no encontro de pesquisadores funcionou como um espaço de experimentação pedagógica e reflexiva. A condução da oficina possibilitou deslocar a análise do plano exclusivamente observacional para uma vivência direta dos processos de organização, mediação e circulação dos saberes que vinham sendo examinados na plataforma. Esse movimento contribuiu para ampliar a compreensão das lógicas formativas presentes no curso analisado, fortalecendo a densidade interpretativa da pesquisa ao articular a análise institucional da plataforma com a experiência de transposição pedagógica realizada pelo pesquisador.

Ressalta-se que os procedimentos adotados não tiveram como objetivo acessar percepções ou trajetórias de usuários, tampouco avaliar impactos formativos. O foco da investigação manteve-se na análise das práticas curriculares, explícitas e implícitas, materializadas na organização da plataforma e nos cursos analisados, conforme o recorte metodológico definido para o estudo.

2.4 DELIMITAÇÃO DO OBJETO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

O objeto empírico desta pesquisa é a plataforma Sesc Digital, compreendida como um território de educação não formal mediado por tecnologias digitais. Para fins de

aprofundamento analítico, o estudo delimita-se à investigação de dois cursos ofertados pela plataforma: “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*”.

A escolha desses cursos fundamenta-se em três critérios principais: O primeiro refere-se à diversidade de linguagens mobilizadas, uma vez que as propostas articulam dimensões sonoras e narrativas, no caso de “*Como Criar Podcasts*”, e visuais, espaciais e técnicas, no caso de “*Iluminação Cênica*”; O segundo critério diz respeito à acessibilidade e a abertura das propostas, pois ambos os cursos são gratuitos, de livre acesso e não exigem matrícula formal, certificação prévia ou pré-requisitos acadêmicos; O terceiro critério relaciona-se ao potencial analítico das experiências formativas, que combinam videoaulas, materiais de apoio, atividades práticas e recursos multimodais, possibilitando observar diferentes modos de organização curricular e de mediação pedagógica no ambiente digital.

Além dos cursos, a própria interface da plataforma Sesc Digital é considerada parte integrante do objeto de estudo. Assim, elementos como navegação, arquitetura da informação, design, curadoria de conteúdos, recursos de acessibilidade e políticas de dados são compreendidos como componentes curriculares, na medida em que estruturam e condicionam a experiência educativa oferecida aos usuários.

2.5 COMPREENSÃO DO CURRÍCULO NO CONTEXTO DIGITAL

A compreensão de currículo adotada nesta pesquisa parte do entendimento de que ele se constitui como prática sociocultural, histórica e política, produzida nas relações entre sujeitos, instituições, saberes e contextos. Assim, o currículo não se reduz a prescrições formais, mas se realiza como prática e ação, manifestando-se nas escolhas pedagógicas, nas mediações culturais e nos modos de organização do conhecimento (ARROYO, 2011; SILVA, 2003).

No contexto das plataformas digitais, esse entendimento amplia-se, pois os processos educativos passam a ser mediados por dispositivos que reconfiguram tempos, espaços, linguagens e formas de participação. O digital, nesse sentido, não opera apenas como suporte técnico, mas como território educativo atravessado por disputas em torno do acesso, da autoria e da circulação do conhecimento, em consonância com as reflexões de Pretto (2017) sobre cultura digital e educação.

Nessa perspectiva, decisões como curadoria, sequenciamento, organização de trilhas, design de interface, formas de endereçamento pedagógico e condições de acesso configuram escolhas curriculares. Por isso, adota-se o conceito de territorialidade digital do currículo, entendido como o conjunto de decisões pedagógicas, editoriais, técnicas e

institucionais que se materializam na estrutura simbólica e tecnológica de uma plataforma, delimitando percursos formativos e experiências educativas possíveis.

Ao problematizar o digital como território curricular, reconhece-se que as tecnologias não são neutras: sua incorporação exige uma postura crítica diante de lógicas de padronização, automação e controle frequentemente associadas ao discurso da inovação, que podem mascarar efeitos sociais e educativos indesejados, como argumenta Almeida (2025) em sua crítica às tecnologias educacionais. Além disso, desigualdades estruturais — como infraestrutura, conectividade e barreiras territoriais — afetam diretamente acesso, participação e permanência, tensionando discursos de democratização e evidenciando o ambiente digital como campo de disputas políticas e algorítmicas (PRETTO, 2017; SILVEIRA, 2021).

Essa compreensão de currículo como territorialidade digital está diretamente ligada à minha trajetória profissional e formativa. A atuação com audiovisual e multimídia no Sesc São Paulo envolve decisões constantes sobre linguagem, formas de acesso, organização de conteúdos, mediações tecnológicas e modos de experiência cultural — aspectos que, à luz do campo do currículo, podem ser compreendidos como escolhas curriculares. O ingresso e o percurso no mestrado no Programa Educação: Currículo têm possibilitado aprofundar essa leitura, oferecendo referenciais teóricos que permitem analisar essas práticas como construções pedagógicas e políticas.

Nessa perspectiva, as plataformas passam a ser compreendidas não apenas como suporte de conteúdos, mas como estruturas que organizam a experiência educativa: a forma como os materiais são dispostos, os caminhos sugeridos, os recursos disponíveis e as possibilidades de interação configuram escolhas pedagógicas que moldam os modos de aprender e de participar. Desse modo, minha experiência profissional não se situa à margem da pesquisa, mas constitui a base concreta a partir da qual observo e problematizo o currículo em ação no contexto digital. A partir dessa posição, compreendo que atuar no digital é participar da construção do currículo, assumindo as implicações políticas presentes em cada escolha de mediação

Portanto, habitar a territorialidade digital do currículo domínio de ferramentas; demanda o reconhecimento de que cada escolha na arquitetura da plataforma carrega uma intencionalidade política capaz de expandir ou limitar o horizonte da emancipação humana.

2.6 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os registros produzidos por análise documental e observação sistemática foram organizados em um corpus composto por documentos institucionais, materiais didáticos, captura de tela e anotações, sistematizados em diários de campo. A análise foi orientada pelo princípio da triangulação, articulando diferentes fontes e evidências, a fim de ampliar a consistência interpretativa do estudo.

Como procedimento de tratamento do material empírico, adotou-se a Análise de Conteúdo, compreendida como método sistemático de leitura e interpretação, composto por três movimentos: Pré-análise, com organização do corpus e leitura exploratória; exploração do material, com codificação e categorização; e tratamento/intepretação, voltado à produção de inferências e sentidos (BARDIN, 2011). Essas etapas foram conduzidas em articulação com o referencial da teoria crítica do currículo, que orientou a construção e o uso das categorias analíticas apresentadas no item 2.9.

Assim, a análise deixa de ser um exercício meramente técnico de catalogação e passa a constituir um processo interpretativo, no qual a triangulação das fontes permite identificar tensões, regularidades e potências presentes tanto nos silêncios documentais quanto na dinâmica própria do território digital.

2.7 INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA TRANSVERSAL

A interseccionalidade, conforme formulada por Crenshaw (1989), é adotada nesta pesquisa como categoria analítica transversal, orientando a leitura crítica de materiais, representações e mediações pedagógicas presentes no Sesc Digital. Parte-se do entendimento de que desigualdades operam de forma articulada — raça, classe, gênero, deficiência, geração e território — produzindo experiências diferenciadas de acesso, participação e reconhecimento.

No âmbito da análise, a interseccionalidade orientou a observação de: (a) representações visuais e narrativas dos sujeitos; (b) presença ou ausência de linguagem inclusiva; (c) protagonismo e diversidade de vozes; e (d) qualidade dos recursos de acessibilidade comunicacional e simbólica. Esses elementos foram examinados como componentes do currículo em ação, permitindo problematizar se a plataforma amplia direitos culturais e educativos ou se reproduz silenciamentos historicamente naturalizados.

Assim, a lente interseccional contribui para compreender que a democratização no ambiente digital não se reduz à conectividade técnica, mas envolve condições de pertencimento, reconhecimento e representação no interior das experiências formativas analisadas.

2.8 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às Ciências Humanas e Sociais. Embora não envolva a participação direta de sujeitos humanos externos, minha atuação como pesquisador implicado na análise de plataformas digitais seguiu cuidados éticos específicos relacionados à privacidade, aos rastros deixados pelos usuários e à captura de dados, à luz de debates contemporâneos sobre vigilância e economias da informação (ZUBOFF, 2021).

Foram utilizados apenas materiais de acesso público e registros necessários à análise, evitando a exposição de dados sensíveis e mantendo o foco nas escolhas institucionais e curriculares observáveis na plataforma.

2.9 QUADRO DE CATEGORIAS ANALÍTICAS

A análise dos dados produzidos nesta pesquisa foi orientada por um quadro de categorias analíticas construído a partir da articulação entre o referencial da teoria crítica do currículo, os objetivos da investigação e o material empírico analisado. As categorias não foram definidas de forma apriorística ou rigidamente estabelecidas, mas elaboradas por meio de um movimento teórico-indutivo, emergindo do diálogo entre teoria e empiria, em consonância com os princípios da pesquisa qualitativa e da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; ANDRÉ, 2013).

O quadro analítico teve como finalidade organizar a leitura sistemática dos materiais, orientar os procedimentos de interpretação e possibilitar a identificação de recorrências, tensões, silêncios e sentidos produzidos no currículo em ação no território digital do Sesc Digital. As categorias foram concebidas como instrumentos heurísticos, e não como compartimentos estanques, permitindo uma análise flexível, relacional e crítica do objeto investigado, respeitando sua complexidade institucional, pedagógica e tecnológica.

A categoria central que orienta toda a análise é a de territorialidade digital do currículo, compreendida como o conjunto de decisões pedagógicas, editoriais, técnicas e institucionais que se materializam na arquitetura simbólica e tecnológica da plataforma, configurando experiências formativas específicas no campo da educação não formal digital. Essa categoria expressa a compreensão do currículo como prática sociocultural situada, atravessada por disputas de sentido, relações de poder e intencionalidades institucionais, e articula transversalmente todas as demais dimensões analíticas do estudo.

A partir dessa categoria central, foram definidas categorias analíticas secundárias, construídas de modo articulado e complementar, conforme apresentado no quadro analítico da pesquisa.

A categoria “Seleção e hierarquização do saber” orienta a análise do que é ensinado na plataforma, investigando os critérios de escolha, organização e aprofundamento dos conteúdos, bem como os silêncios curriculares e os saberes marginalizados ou invisibilizados. Essa categoria permite compreender o currículo como seleção cultural e política, evidenciando como determinados conhecimentos, perspectivas e vozes são legitimados em detrimento de outros.

A categoria “Mediação pedagógica e relação educador–educando” focaliza os modos pelos quais o conhecimento é mediado no ambiente digital, considerando as estratégias didáticas mobilizadas, os níveis de diálogo e problematização, as possibilidades de autoria e autonomia dos participantes e os papéis atribuídos aos educadores e especialistas. Essa dimensão analítica permite avaliar em que medida a mediação tecnológica amplia, tensiona ou substitui a mediação pedagógica, especialmente em contextos de educação não formal.

A categoria “Territorialidade digital e arquitetura da plataforma” investiga onde e como o saber se materializa, analisando a interface, a arquitetura informacional, os fluxos de navegação, os critérios de curadoria e os recursos de acessibilidade. Esses elementos são compreendidos como dimensões curriculares centrais, uma vez que condicionam as possibilidades de acesso, permanência, circulação e apropriação dos saberes no ambiente digital, que se quer configurar como território educativo da plataforma.

Por fim, a categoria “Implicações políticas e culturais do currículo” orienta a análise das intencionalidades formativas da plataforma, examinando sua relação com a missão institucional do Sesc, a tensão entre reprodução e transformação social e as lógicas que atravessam a organização curricular no ambiente digital. Essa categoria permite problematizar as diferentes experiências formativas analisadas que contribuem para a ampliação do direito à cultura e à educação ou reproduzem racionalidades técnicas, mercadológicas e excludentes.

As categorias analíticas foram mobilizadas de forma integrada ao longo da análise empírica, possibilitando compreender o Sesc Digital como um território curricular híbrido, atravessado por tensões entre democratização do acesso, mediação pedagógica, arquitetura tecnológica e intencionalidade institucional. O quadro analítico adotado viabilizou, assim, uma leitura crítica, situada e coerente do currículo em ação na educação não formal digital, em consonância com os fundamentos epistemológicos e teóricos que sustentam esta pesquisa.

O quadro a seguir sintetiza as categorias, referenciais e indicadores empíricos mobilizados na análise:

Quadro 1 – Categorias, referenciais e indicadores empíricos.

Categoria Analítica	Referencial Teórico Principal	Indicadores Empíricos para a Análise (Cursos e Plataforma)
1. Seleção e Hierarquização do Saber (O que é ensinado?)	Tomaz Tadeu da Silva; Miguel Arroyo; José Gimeno Sacristán (Currículo como seleção cultural, prática social e disputa de sentidos)	Conteúdo Programático: Quais temas são abordados e quais são omitidos? Qual o nível de aprofundamento? Autoria e Credibilidade: Quem são os formadores (trajetória, experiência, representatividade)? Silêncios Curriculares: Quais saberes, territórios ou grupos sociais são invisibilizados?
2. Mediação Pedagógica e Relação Educador-Educando (Como é ensinado?)	Paulo Freire; Moacir Gadotti; Fernando José de Almeida (Pedagogia crítica, diálogo, mediação e autoria)	Estratégias Didáticas: Predominam práticas dialógicas, problematizadoras ou transmissivas? Autonomia do Aprendiz: Há estímulo à autoria e à reflexão crítica? Mediação Pedagógica: A tecnologia amplia ou substitui a mediação educativa?
3. Territorialidade Digital e Arquitetura da Plataforma (Onde e como o saber se materializa?)	Maria da Glória Gohn; Miguel Arroyo; Nelson Pretto (Educação não formal, território educativo e cultura digital)	Interface e Usabilidade: A navegação favorece o acesso e a permanência? Curadoria e Organização: Como os cursos são organizados e hierarquizados? Acessibilidade: Há recursos de inclusão (legendas, Libras, audiodescrição)?
4. Implicações Políticas e Culturais (Para que é ensinado?)	Maria da Glória Gohn; Tomaz Tadeu da Silva; Sérgio Amadeu da Silveira (Currículo, cultura, poder e direitos)	Intencionalidade Institucional: Como a proposta dialoga com a missão do Sesc (cultura como direito)? Reprodução ou Transformação: A formação reforça lógicas mercadológicas ou promove leitura crítica? Política de Dados: Como a plataforma trata dados e rastros digitais dos usuários?

Fonte: Autor (2026)

Esse quadro categorial não é apenas uma grade de classificação, mas uma “bússola interpretativa” que me permite navegar pelas camadas invisíveis da interface digital, transformando a observação técnica em um ato político de desvelar quais mundos estão sendo oferecidos — ou silenciados — no currículo em rede.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste estudo, o currículo aparece como um elemento histórico, social e político, vinculado a projetos de sociedade e às disputas em torno da produção, seleção e legitimação do conhecimento. Ele opera por meio de escolhas institucionais que definem quais saberes circulam, como são organizados e sob quais mediações se tornam acessíveis. Essa perspectiva permite analisar práticas educativas para além dos currículos escolares formais, considerando também experiências desenvolvidas no campo da educação não formal. No caso do Sesc Digital, tais escolhas tornam-se visíveis na curadoria dos conteúdos, nas linguagens mobilizadas, nos formatos dos cursos e nos percursos formativos oferecidos ao público, constituindo um terreno fértil para a análise crítica das relações entre currículo, cultura e tecnologia.

3.1 MATRIZES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CRISTÃ, LIBERAL E CRÍTICA

O currículo, neste estudo, é tratado como uma construção histórica, social e política, vinculada a projetos de sociedade e às disputas em torno da produção, seleção e legitimação do conhecimento. Longe de se restringir a um arranjo técnico ou pedagógico, o currículo opera como dispositivo de organização cultural, por meio do qual determinados saberes são valorizados, institucionalizados e transmitidos, enquanto outros permanecem à margem ou são silenciados. Essa condição confere ao currículo um papel central nos processos educativos, na medida em que expressa escolhas que articulam poder, cultura e formação humana.

Nesse sentido, Michael Apple (2006), destaca que o currículo integra uma tradição seletiva, construída a partir de decisões sociais e políticas que definem o que passa a ser reconhecido como conhecimento legítimo. Como afirma o autor:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos organizados de alguma forma. Ele faz parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo sobre o que deve ser considerado conhecimento legítimo. (APPLE, 2006, p. 67).

Essa formulação evidencia que o currículo participa ativamente das disputas culturais e ideológicas que atravessam os sistemas educativos, contribuindo tanto para a reprodução quanto para o questionamento das relações sociais existentes. A partir desse entendimento, o currículo se vincula diretamente às matrizes históricas que estruturaram o pensamento educacional brasileiro, especialmente aquelas de matriz cristã, liberal e crítica.

Dermeval Saviani (2008) destaca que essas matrizes não se sucedem de forma linear ou excludente, mas coexistem, se tensionam e se reconfiguram ao longo do tempo, influenciando políticas públicas, práticas institucionais e experiências formativas. Para o autor, a educação expressa projetos históricos de sociedade, articulando-se às condições concretas de produção da vida social e às disputas em torno do conhecimento socialmente legitimado. Assim, o currículo se inscreve em um campo de forças no qual tradição, mudança e conflito operam simultaneamente.

A contribuição de José Gimeno Sacristán (2000) aprofunda essa leitura ao afirmar que o currículo se realiza como processo histórico e culturalmente situado, constituído na articulação entre prescrições institucionais, decisões pedagógicas e práticas concretas. Para o autor, o currículo ultrapassa os textos normativos e ganha forma nas ações cotidianas das instituições e dos sujeitos, incorporando heranças históricas e respondendo a demandas sociais emergentes. Essa condição explica sua permanência e sua capacidade de reorganização em contextos diversos, inclusive fora do espaço escolar tradicional.

As reflexões de Miguel Arroyo (2011) e Tomaz Tadeu da Silva (2003) reforçam essa leitura ao situar o currículo como espaço de disputa simbólica, no qual se confrontam visões de mundo, identidades, territórios e projetos de formação. Arroyo (2011) enfatiza a centralidade dos sujeitos concretos e de suas trajetórias na constituição dos currículos vividos, enquanto Silva (2003) evidencia o caráter cultural do currículo, compreendido como prática que produz significados, pertencimentos e hierarquias. Em ambos os autores, o currículo se apresenta como prática social em funcionamento, inseparável das condições históricas e institucionais em que se desenvolve.

Esse conjunto teórico permite deslocar a análise curricular para além do espaço escolar, alcançando experiências educativas desenvolvidas em contextos institucionais não escolares. No Brasil, instituições culturais como o Serviço Social do Comércio (Sesc) historicamente articulam educação e cultura como dimensões indissociáveis de sua atuação. Documentos institucionais do Sesc afirmam a educação como processo contínuo, vinculado à cidadania, ao acesso aos bens culturais e à ampliação das possibilidades de participação social, reafirmando o caráter formativo das práticas culturais desenvolvidas em seus diversos territórios de atuação (SESC, 2012; SESC SÃO PAULO, [s.d.]).

Nesse quadro, o currículo passa a operar não apenas como organização formal de conteúdos, mas como prática sociocultural situada, atravessada por intencionalidades educativas e políticas que dialogam com as matrizes históricas discutidas neste capítulo. Essa formulação amplia o campo de análise dos processos formativos e sustenta a observação de

experiências educativas mediadas por instituições culturais e, posteriormente, por ambientes digitais, sem antecipar o exame empírico que será desenvolvido nos capítulos seguintes.

Com base nessas matrizes históricas e conceituais, o capítulo avança, nos próximos subitens, para o aprofundamento das relações entre currículo, cultura e tecnologias, estabelecendo os fundamentos teóricos necessários para analisar as reconfigurações curriculares na contemporaneidade e, em momento posterior, a experiência do Sesc Digital como iniciativa institucional situada no campo da educação não formal.

3.1.1 A Matriz Cristã: Educação, Evangelização e Controle Social

A matriz cristã constitui uma das bases históricas fundantes da educação no Brasil, especialmente no período colonial, quando a ação educativa esteve profundamente articulada ao projeto de evangelização e de dominação cultural empreendido pela Coroa Portuguesa. Nesse contexto, a educação assumiu função estratégica na conformação de subjetividades, na difusão de valores morais e religiosos e na legitimação de uma determinada ordem social.

A atuação das ordens religiosas, em especial da Companhia de Jesus, marcou decisivamente a organização das primeiras práticas educativas no território brasileiro. A escola jesuítica orientava-se por uma concepção de educação centrada na formação moral e espiritual, na obediência à autoridade e na transmissão de um saber considerado universal e verdadeiro. O conhecimento aparecia como algo a ser assimilado, cabendo aos educandos a incorporação de normas, dogmas e hierarquias previamente estabelecidas.

Nessa matriz, a educação operava como instrumento de controle social, ao promover processos de homogeneização cultural e de negação dos saberes indígenas e populares. Línguas, cosmologias e formas de organização social dos povos originários foram sistematicamente desqualificadas, sendo substituídas por uma lógica civilizatória eurocêntrica e cristã. A escola funcionava, assim, como espaço de apagamento cultural e de produção de sujeitos ajustados à ordem colonial.

A educação escolar que se organizou no Brasil, desde o período colonial, esteve a serviço de um projeto de dominação cultural e social. Sob a hegemonia da pedagogia jesuítica, o ensino assumiu caráter dogmático, verbalista e autoritário, orientado para a conformação moral e religiosa dos educandos e para a reprodução da ordem social vigente, desconsiderando os saberes e as culturas dos povos aqui existentes. (SAVIANI, 2008, p. 57).

Essa herança pedagógica contribuiu para consolidar práticas educativas marcadas pela verticalização do ensino, pela centralidade da autoridade e pela naturalização de um currículo normativo, pouco aberto ao conflito, à diversidade cultural e à participação dos sujeitos.

Embora associada historicamente ao período colonial, a matriz cristã não se restringe a esse momento. Princípios como a centralidade da autoridade, a moralização do comportamento e a organização hierárquica do conhecimento permanecem presentes, de forma explícita ou difusa, em práticas educativas posteriores. Tais elementos podem ser identificados em discursos que defendem a neutralidade da educação, a submissão à ordem instituída e a negação do caráter político do currículo.

Do ponto de vista curricular, a matriz cristã contribuiu para a consolidação de uma concepção prescritiva e normativa do ensino, na qual os conteúdos são definidos externamente aos sujeitos e organizados de maneira verticalizada. Nesse modelo, o currículo tende a silenciar conflitos, diferenças culturais e disputas sociais, reforçando a ideia de uma verdade única e universal.

A explicitação dessa matriz histórica é fundamental para reconhecer que determinadas concepções de educação e currículo, ainda presentes no imaginário social e nas práticas institucionais, não são naturais nem neutras, mas resultam de processos históricos específicos. Ao evidenciar a matriz cristã, torna-se possível identificar continuidades, permanências e resistências que atravessam o campo educacional brasileiro e que dialogam, tensionam ou se contrapõem às matrizes liberal e crítica, analisadas nas seções seguintes.

3.1.2 A matriz liberal: escola pública, mérito e cidadania

A matriz liberal emerge no Brasil a partir do século XIX, em estreita relação com os processos de modernização do Estado, a consolidação do ideário republicano e a constituição da escola pública como instituição central na formação dos cidadãos. Diferentemente da matriz cristã, cujo eixo estruturante era a evangelização e a moral religiosa, a matriz liberal fundamenta-se nos princípios da racionalidade científica, da laicidade e da cidadania formal.

Nesse contexto, a educação passa a ser vista como instrumento de integração social e de preparação dos indivíduos para a vida pública e para o mundo do trabalho. A escola assume a função de formar sujeitos considerados livres e iguais perante a lei, capazes de participar da

vida política e econômica da sociedade. O acesso à escolarização é progressivamente apresentado como direito universal e como condição para o exercício da cidadania.

Entretanto, a promessa de igualdade que sustenta a matriz liberal convive com profundas contradições. Embora a escola pública seja instituída como espaço de universalização do ensino, sua organização curricular e pedagógica opera a partir de uma lógica de mérito individual, desconsiderando as desigualdades sociais, econômicas e culturais que atravessam os sujeitos. O sucesso ou o fracasso escolar passa a ser atribuído ao esforço pessoal, ocultando as condições estruturais que produzem exclusão e desigualdade.

A escola moderna organiza o currículo como se as oportunidades fossem iguais para todos, convertendo diferenças sociais em diferenças de rendimento escolar. Ao fazê-lo, transforma desigualdades de origem em desigualdades de destino, apresentadas como resultado natural do mérito individual. (SACRISTÁN, 2000, p. 113).

Essa lógica contribui para a consolidação de um currículo disciplinar, seriado e padronizado, organizado a partir da fragmentação do conhecimento e da centralidade de saberes definidos como científicos e socialmente legítimos. O currículo organiza-se em torno de saberes hegemônicos, definidos por instâncias técnicas e acadêmicas, reforçando a ideia de neutralidade do conhecimento e de objetividade pedagógica.

Como destaca Sacristán (2000), essa concepção curricular tende a naturalizar critérios de seleção e hierarquização dos saberes, produzindo processos de inclusão e exclusão que se apresentam como resultado “natural” das capacidades individuais. A escola liberal, assim, cumpre simultaneamente uma função emancipatória — ao ampliar o acesso à escolarização — e uma função reguladora — ao classificar, selecionar e hierarquizar os sujeitos.

No contexto brasileiro, essa matriz assume contornos específicos, marcados por profundas desigualdades sociais e pela permanência de estruturas excludentes. A escola pública, embora ampliada ao longo do século XX, não rompeu integralmente com lógicas elitistas, reproduzindo mecanismos de distinção e seletividade que limitam o acesso efetivo ao conhecimento e à participação plena na vida social.

A compreensão da matriz liberal permite reconhecer que a escola moderna, ainda que laica e pública, não se constitui como espaço neutro ou plenamente democrático. Ao contrário, ela opera no interior de tensões entre igualdade formal e desigualdade real, mérito e exclusão, universalização e hierarquização. Essas tensões permanecem presentes nas práticas educativas contemporâneas e se reatualizam, inclusive, nos ambientes digitais e nas

experiências de educação não formal, exigindo leituras críticas que ultrapassem a retórica da democratização do acesso

3.1.3 A matriz crítica: educação, emancipação e disputa curricular

A matriz crítica emerge no campo educacional como resposta às limitações e contradições das matrizes cristã e liberal, especialmente no que se refere à naturalização das desigualdades sociais e à neutralização do caráter político da educação. Ancorada em aportes do pensamento marxista, da pedagogia crítica e das teorias sociológicas da educação, essa matriz situa a educação como prática social historicamente condicionada e atravessada por relações de poder.

Em oposição às concepções que tratam a escola como espaço neutro de transmissão do conhecimento ou como instância meramente integradora da ordem social, a matriz crítica afirma a educação como ato político. O currículo deixa de operar como seleção técnica de conteúdos e passa a funcionar como território de disputa, no qual se confrontam projetos societários, visões de mundo e concepções de formação humana (APPLE, 2006; SILVA, 2003).

O currículo é uma arena de luta. Ele está profundamente implicado na construção de identidades, na distribuição do poder cultural e na legitimação de determinadas formas de conhecimento em detrimento de outras. Analisar o currículo significa, portanto, examinar criticamente quem define o conhecimento legítimo, a quem ele serve e quais interesses são reforçados por essas escolhas. (APPLE, 2006, p. 62).

Essa afirmação desloca definitivamente o currículo do campo da neutralidade pedagógica e o inscreve no centro das disputas sociais e culturais. Nesse sentido, a educação passa a operar como espaço de conflito e possibilidade, no qual se definem não apenas conteúdos, mas modos de participação, pertencimento e exclusão.

A pedagogia freireana ocupa lugar central na constituição dessa matriz. Em Freire (1996), a educação organiza-se pela problematização da realidade e pelo diálogo, reconhecendo educandos e educadores como sujeitos históricos implicados na produção do conhecimento. A educação como prática da liberdade contrapõe-se às pedagogias bancárias e autoritárias, afirmando processos formativos comprometidos com a transformação social e com a justiça.

No campo do currículo, contribuições de Apple (2006), Sacristán (2000) e Arroyo (2011) aprofundam essa leitura ao evidenciar que escolhas curriculares expressam relações de poder e interesses sociais situados. O currículo, nesse quadro, não apenas organiza conteúdos,

mas produz identidades, legitima saberes e estrutura formas de participação e exclusão no interior das instituições educativas.

A matriz crítica também amplia o conceito de educação ao reconhecer a legitimidade de experiências formativas que se realizam para além da escola, em espaços de educação não formal, movimentos sociais, práticas culturais e territórios comunitários. Essas experiências configuram campos de resistência, criação e reexistência, nos quais se produzem outras pedagogias e outros currículos, frequentemente silenciados pelos modelos hegemônicos.

Ao enfatizar as dimensões histórica, política e cultural da educação, a matriz crítica oferece instrumentos analíticos centrais para a leitura das práticas educativas contemporâneas, inclusive aquelas mediadas por tecnologias digitais. Em contextos marcados pela plataformização da cultura e da educação, esse referencial tensiona discursos de neutralidade tecnológica e de democratização automática do acesso, explicitando disputas entre controle, mercado e emancipação.

A matriz crítica constitui o referencial estruturante desta pesquisa. Ao situar o Sesc Digital como território educativo não formal e digital, o estudo insere sua análise no campo da teoria crítica do currículo, voltando-se à identificação de potencialidades formativas, bem como de limites e contradições que atravessam essa experiência institucional.

3.1.4 Matrizes históricas da educação em disputa no contexto digital

A análise das matrizes cristã, liberal e crítica evidencia que a história da educação brasileira não se organiza como um percurso linear de superações sucessivas, mas como um campo marcado por coexistências, disputas e reatualizações permanentes. Essas matrizes não se restringem ao passado; pelo contrário, seguem operando, de formas distintas, nas políticas educacionais, nas práticas institucionais e nas experiências formativas contemporâneas.

No contexto digital, tais matrizes se reconfiguram e se entrelaçam de maneira particularmente complexa. Plataformas educacionais, ambientes virtuais de aprendizagem e iniciativas de educação não formal mediadas por tecnologias incorporam, simultaneamente, elementos dessas diferentes tradições. Princípios de controle, normatização e moralização — historicamente associados à matriz cristã — podem coexistir com lógicas meritocráticas, padronizadas e tecnicistas próprias da matriz liberal, ao mesmo tempo em que se abrem espaços para práticas dialógicas, críticas e emancipatórias vinculadas à matriz crítica.

Essa coexistência torna-se visível nas formas de organização curricular dos ambientes digitais, que frequentemente articulam discursos de democratização do acesso a estruturas rigorosamente reguladas de navegação, sequenciamento de conteúdos e gestão algorítmica. A ampliação do acesso ao conhecimento convive, assim, com mecanismos sutis de hierarquização, invisibilização de saberes e limitação da participação, revelando tensões estruturais que atravessam o currículo digital.

No campo da teoria crítica do currículo, o digital figura como espaço de disputa, no qual as tecnologias não operam como instâncias neutras nem determinam, por si mesmas, práticas educativas emancipatórias. Conforme assinalam Apple (2006) e Silva (2003), são as escolhas pedagógicas, culturais e políticas que orientam os sentidos atribuídos ao currículo, ainda que tais escolhas se expressem por meio de dispositivos técnicos, interfaces e arquiteturas informacionais.

Nesse cenário, as experiências de educação não formal mediadas por tecnologias digitais assumem relevância particular. Elas podem tanto reproduzir lógicas de padronização e consumo cultural quanto sustentar processos de experimentação pedagógica, mediação cultural crítica e ampliação do direito à educação e à cultura. A organização curricular dessas experiências explicita a matriz — ou a combinação de matrizes — que orienta suas práticas formativas.

Ao situar o Sesc Digital nesse campo de disputas, a pesquisa parte do entendimento de que a plataforma não opera à margem das matrizes históricas da educação, mas constitui um espaço no qual essas tradições se reconfiguram e se tensionam no ambiente digital. A análise do currículo em ação no Sesc Digital dirige-se, portanto, à identificação das concepções de educação, cultura e formação humana mobilizadas, bem como às possibilidades e limites que se colocam para práticas educativas críticas no contexto digital contemporâneo.

Essa leitura histórica e teórica estabelece as bases para a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes, nos quais o Sesc Digital é examinado como território curricular digital, atravessado por disputas entre controle e emancipação, técnica e cultura, acesso e participação.

3.1.5 Matrizes em Disputa e o Currículo do Sesc Digital como Experiência Institucional

As matrizes históricas da educação brasileira — cristã (controle social), liberal (tecnicismo e escola pública) e crítica (emancipação e transformação social) — operam, neste

estudo, como instrumentos analíticos para examinar as configurações e tensões que atravessam o currículo do Sesc. Enquanto instituição paraestatal com trajetória consolidada no campo da educação não formal e da cultura, o Sesc se insere em um campo de forças no qual essas matrizes coexistem, se tensionam e se reconfiguram ao longo do tempo.

A matriz crítica, ao articular cultura como direito e formação cidadã, apresenta forte ressonância com a missão institucional do Sesc, historicamente orientada pela ampliação do acesso aos bens culturais e pela valorização de práticas educativas não escolares. A inserção dessa atuação no ambiente digital, materializada na criação do Sesc Digital, introduz novas mediações e desloca o terreno no qual as disputas curriculares se expressam. A arquitetura da plataforma, os critérios de curadoria e os formatos dos cursos passam a constituir o espaço no qual as matrizes históricas se atualizam.

Nesse contexto, elementos associados à matriz liberal-tecnicista emergem na própria lógica de funcionamento da plataforma, que demanda eficiência, usabilidade, padronização de percursos e organização modular dos cursos. A centralidade da técnica e o foco em competências específicas, observados, por exemplo, no curso “Como Criar Podcasts”, dialogam com tradições curriculares voltadas à instrumentalização do saber e à adequação às dinâmicas do trabalho contemporâneo. Ao mesmo tempo, a gratuidade, a diversidade temática e a defesa da cultura como bem público expressam continuidades com a matriz crítica que orienta historicamente a atuação do Sesc.

Dessa forma, o Sesc Digital configura-se como experiência institucional na qual as matrizes históricas da educação não apenas coexistem, mas se reconfiguram no interior da cibercultura. A análise da curadoria e da arquitetura informacional da plataforma, desenvolvida no Capítulo 4, permite examinar quais concepções curriculares se tornam predominantes e quais permanecem tensionadas ou marginalizadas no currículo digital em ação.

3.2 CURRÍCULO, CULTURA E TECNOLOGIAS DIGITAIS

A incorporação das tecnologias digitais aos processos educativos e culturais intensifica os debates sobre currículo, mediação e acesso ao conhecimento. Longe de constituírem um campo neutro ou estritamente técnico, as tecnologias digitais inscrevem-se em disputas simbólicas, políticas e econômicas que atravessam a produção, a circulação e a legitimação dos saberes. Nesse sentido, o currículo, no contexto digital, passa a operar em

estreita relação com mediações tecnológicas que reconfiguram práticas educativas, linguagens e experiências formativas.

No campo curricular, a presença das tecnologias digitais amplia e complexifica as formas de organização do conhecimento. O currículo deixa de se expressar apenas em documentos prescritos ou sequências didáticas formais e passa a operar também nas interfaces, plataformas e arquiteturas informacionais que orientam, de modo explícito ou implícito, os percursos formativos dos sujeitos. Curadoria de conteúdos, hierarquização de informações, mecanismos de busca e recomendação e *design* das interfaces assumem, assim, função curricular, ao condicionar acesso, permanência e participação nos processos educativos.

Autores como Silva (2003) e Sacristán (2000) já indicavam que toda organização curricular envolve escolhas culturais e políticas. No ambiente digital, essas escolhas se articulam a decisões técnicas e comunicacionais, produzindo novas camadas de mediação. É nesse ponto que se torna fundamental recusar leituras deterministas da tecnologia, que atribuem aos dispositivos digitais um suposto potencial emancipatório intrínseco. Como alerta Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida:

As tecnologias não carregam, por si mesmas, qualquer projeto pedagógico emancipatório. São as escolhas políticas, culturais e curriculares que definem os sentidos de sua incorporação nos processos educativos. Quando a técnica passa a ocupar o centro do discurso educacional, corre-se o risco de deslocar o debate do campo da mediação pedagógica para o campo da eficiência, da inovação permanente e da adaptação funcional às lógicas do mercado, esvaziando o sentido formativo da educação (ALMEIDA, 2010, p. 76).

Essa crítica permite compreender que, no contexto digital, o currículo não se define apenas pelo conteúdo disponibilizado, mas pelo conjunto de decisões institucionais que organizam a experiência educativa. Plataformas digitais podem ampliar o alcance das ações formativas e culturais, mas também tendem a reforçar lógicas de padronização, consumo e instrumentalização do conhecimento, especialmente quando orientadas por métricas de desempenho e eficiência.

A relação entre currículo e cultura digital pode ser ainda analisada a partir das contribuições de Jenkins (2009), ao discutir a cultura da convergência e as possibilidades de participação dos sujeitos na produção e circulação de conteúdo. Contudo, tais possibilidades convivem com assimetrias estruturais de poder, concentração de plataformas e processos de mercantilização da cultura, que limitam a participação efetiva e produzem experiências formativas altamente reguladas.

Nesse cenário, a mediação cultural assume papel central. No campo da educação não formal, a tecnologia não substitui a mediação; ao contrário, intensifica sua necessidade. Elizabeth Almeida (2022) enfatiza que são as escolhas institucionais que definem os sentidos educativos da cultura digital:

A mediação cultural não desaparece nos ambientes digitais, tampouco é substituída pela tecnologia. Ao contrário, ela se reconfigura e se torna ainda mais necessária, pois é por meio da curadoria, da linguagem, do endereçamento e das escolhas institucionais que se definem as possibilidades de encontro, diálogo e produção de sentido. Sem mediação, a tecnologia tende a reforçar silenciamentos, hierarquias e consumos acríticos da cultura (ALMEIDA, Elizabeth, 2022, p. 93).

Do ponto de vista da educação não formal, as tecnologias digitais podem criar territórios de aprendizagem e ampliar o acesso às práticas culturais e educativas. Entretanto, essas experiências permanecem atravessadas por disputas curriculares historicamente constituídas, reatualizando tensões entre controle e autonomia, padronização e diversidade, consumo cultural e formação crítica.

Assim, o currículo no contexto da cultura digital pode ser analisado como território híbrido, no qual se cruzam matrizes históricas da educação, interesses institucionais, decisões pedagógicas e mediações tecnológicas. Essa leitura orienta a análise proposta nesta pesquisa, permitindo examinar o Sesc Digital não apenas como suporte técnico, mas como espaço de produção curricular, no qual se configuram experiências formativas específicas no campo da educação não formal digital.

3.3 PLATAFORMIZAÇÃO DA CULTURA E DA EDUCAÇÃO

A intensificação do uso das tecnologias digitais nas últimas décadas impulsiona um processo mais amplo de reorganização das práticas sociais, culturais e educativas, frequentemente descrito como plataformação. Esse processo refere-se à crescente centralidade das plataformas digitais na mediação das interações, na circulação de conteúdos e na organização das experiências formativas, alterando de modo significativo as relações entre sujeitos, instituições e saberes.

No campo da cultura e da educação, a plataformação não se limita à adoção de ferramentas tecnológicas, mas envolve a incorporação de lógicas técnicas, econômicas e políticas próprias das plataformas digitais aos processos educativos. Conforme argumenta Sérgio Amadeu da Silveira (2021), as plataformas operam como infraestruturas de poder,

estruturadas para a coleta de dados, a modulação de comportamentos e a organização hierarquizada da informação. Essas dinâmicas produzem efeitos diretos sobre a circulação do conhecimento, a visibilidade dos conteúdos e as possibilidades de participação dos sujeitos nos ambientes digitais.

Essa reorganização incide diretamente sobre o currículo e sobre as formas de mediação pedagógica. A seleção dos conteúdos, os critérios de visibilidade, os mecanismos de recomendação, os fluxos de navegação e os modos de engajamento passam a ser regulados por arquiteturas técnicas que operam segundo princípios de eficiência, padronização e escalabilidade. Tais dispositivos introduzem camadas adicionais de regulação curricular que, embora nem sempre explicitadas, condicionam as experiências educativas mediadas por plataformas digitais.

Do ponto de vista da teoria crítica do currículo, essas mediações não podem ser consideradas neutras. Como discutem Tomaz Tadeu da Silva (2003) e José Gimeno Sacristán (2000), toda organização curricular envolve escolhas culturais e políticas. No ambiente digital, essas escolhas se articulam a decisões técnicas e informacionais, fazendo com que o currículo se expresse também na configuração das interfaces, na arquitetura informacional e nos percursos formativos disponibilizados aos usuários.

No contexto brasileiro, Nelson Pretto (2017) destaca que a cultura digital deve ser compreendida como espaço de produção cultural e educativa, e não apenas como meio de difusão de conteúdo. Para o autor, as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de criação, circulação e compartilhamento de saberes, mas essas potencialidades convivem com processos de concentração de poder, dependência de infraestruturas privadas e padronização das experiências formativas. Assim, a presença das tecnologias nos processos educativos exige uma leitura crítica que considere simultaneamente seus alcances e seus limites.

Essa leitura crítica é aprofundada por Fernando José de Almeida (2025), ao problematizar a incorporação acrítica das tecnologias aos processos educativos. Para o autor, o discurso da inovação frequentemente oculta lógicas de automação, controle e esvaziamento da mediação pedagógica, deslocando o foco da formação humana para a eficiência técnica. Nesse sentido, a tecnologia passa a operar como elemento curricular central, não apenas pelo que possibilita, mas pelo modo como organiza tempos, ritmos, relações e expectativas formativas.

No campo da educação não formal, a plataformização amplia o alcance das ações culturais e educativas, permitindo que experiências institucionais atinjam públicos diversos e territórios antes inacessíveis. Contudo, essas experiências não escapam às disputas curriculares historicamente constituídas. Ao contrário, reatualizam tensões entre padronização e

diversidade, controle e autonomia, consumo cultural e formação crítica, exigindo análises que considerem de forma integrada os aspectos técnicos, culturais e pedagógicos envolvidos.

Como assinala Sérgio Amadeu da Silveira (2021), a disputa em torno das plataformas não se dá apenas no nível do conteúdo, mas na própria configuração das infraestruturas digitais, que definem quem pode falar, quem é visibilizado e sob quais condições se dá a participação. Assim, analisar plataformas educacionais implica examinar seus regimes de funcionamento, suas políticas de dados e suas escolhas informacionais como dimensões curriculares constitutivas.

Dessa forma, a plataformização da cultura e da educação coloca em evidência novos desafios para o campo curricular. O currículo passa a operar em territórios híbridos, nos quais se entrecruzam matrizes históricas da educação, interesses institucionais, mediações tecnológicas e disputas políticas. Essa abordagem orienta a análise proposta nesta pesquisa, permitindo examinar o Sesc Digital como plataforma pública de educação não formal, na qual se configuram experiências formativas específicas e se tensionam, de maneira singular, as lógicas da plataformização no contexto educacional contemporâneo.

3.4 ARTICULAÇÃO TEÓRICA E DIÁLOGO COM A ANÁLISE EMPÍRICA

O percurso teórico desenvolvido neste capítulo permitiu situar a análise do currículo e da educação não formal em um horizonte histórico, político e cultural ampliado. Ao retomar as matrizes históricas da educação brasileira — cristã, liberal e crítica — evidenciou-se que as práticas educativas são atravessadas por disputas de sentido que não se restringem a momentos históricos específicos, mas se reatualizam continuamente em diferentes contextos institucionais e mediações, incluindo os ambientes digitais.

O tratamento do currículo como prática sociocultural e política permitiu reconhecer que as escolhas curriculares não são neutras, mas expressam projetos de formação humana, concepções de conhecimento e relações de poder. Essa abordagem mostrou-se fundamental para examinar as mediações educativas associadas à cultura digital, na qual interfaces, plataformas e arquiteturas informacionais assumem papel central na organização das experiências formativas.

Ao discutir a relação entre currículo, cultura e tecnologias digitais, bem como o processo de plataformização da educação e da cultura, o capítulo evidenciou que as tecnologias não determinam, por si mesmas, práticas educativas emancipadoras ou excludentes. São as

escolhas pedagógicas, institucionais e políticas que atribuem sentidos ao uso das tecnologias, configurando diferentes formas de mediação cultural e curricular nos ambientes digitais.

Nesse cenário, as experiências de educação não formal mediadas por plataformas digitais emergem como territórios privilegiados de análise, por condensarem tensões entre democratização do acesso, padronização técnica, mediação pedagógica e produção cultural. A leitura crítica dessas experiências exige articular os aportes da teoria crítica do currículo às especificidades das mediações digitais, evitando tanto abordagens tecnicistas quanto perspectivas normativas dissociadas das práticas concretas.

A partir desse referencial, o Sesc Digital é situado, nesta pesquisa, como um território curricular digital no qual se expressam escolhas históricas, culturais e pedagógicas articuladas a diferentes matrizes da educação. A plataforma não aparece apenas como suporte tecnológico, mas como espaço institucional de produção de sentidos, saberes e experiências formativas no campo da educação não formal.

Essa articulação teórica orienta a análise empírica desenvolvida no capítulo seguinte, no qual o Sesc Digital é examinado a partir de suas mediações curriculares, arquiteturas digitais, estratégias de curadoria e propostas formativas. Ao colocar teoria e empiria em diálogo, a pesquisa busca compreender em que medida essa experiência educativa digital tensiona, reproduz ou reconfigura concepções de currículo, cultura e educação.

3.5 O SESC ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA E A EMERGÊNCIA DO SESC DIGITAL

Analisar o Sesc como instituição educativa implica situá-lo historicamente não como escola, mas como um dispositivo social de formação cultural e cidadã, cuja ação educativa se desenvolve por meio de práticas, linguagens e territórios diversos. Essa chave analítica torna-se especialmente relevante ao se examinar a emergência do Sesc Digital, pois desloca o debate do mero suporte tecnológico para as escolhas curriculares envolvidas na organização das propostas formativas oferecidas ao público.

No âmbito do Sesc São Paulo, a produção cultural e editorial integra de forma estruturante esse projeto educativo ampliado. Um desses exemplos é A Revista E, criada em 1994 e distribuída gratuitamente, constitui um exemplo expressivo dessa atuação, ao organizar temas, narrativas e repertórios que dialogam com a formação crítica dos leitores. Conforme analisa Paulics, a publicação opera como um dispositivo de mediação cultural, articulando

informação, reflexão e acesso aos bens simbólicos, o que permite compreendê-la como um currículo cultural em circulação, ainda que fora dos moldes escolares tradicionais (PAULICS, 2019).

Essa leitura amplia o entendimento de currículo ao reconhecer que ações editoriais e culturais também organizam valores, saberes e modos de leitura do mundo. É nesse horizonte que se insere a incorporação do digital pelo Sesc, não como ruptura, mas como continuidade de uma trajetória institucional já consolidada.

Estudos sobre a gênese do Sesc Digital evidenciam que o lançamento das plataformas sesc. digital e ead.sesc.digital, em 2020, não decorre de uma resposta improvisada a contextos emergenciais. Machado (2025) demonstra que esse projeto foi gestado desde 2014, envolvendo reflexões internas sobre mediação cultural, educação não formal e ampliação do acesso, o que sustenta a compreensão do digital como desdobramento de uma política educativa previamente estruturada (MACHADO, 2025).

Essa temporalidade é decisiva para a análise curricular desenvolvida nesta pesquisa, pois afasta leituras que tratam o Sesc Digital apenas como solução técnica circunstancial. A plataforma passa a ser situada como parte integrante do território educativo do Sesc, reorganizando práticas já existentes e introduzindo novos arranjos formativos.

Ao discutir educação em plataformas digitais, Kruse (2018) reforça que o espaço digital não se reduz à disponibilização técnica de conteúdos, mas expõe sujeitos a situações de ensinar e aprender mediadas por linguagens, interfaces e relações sociais. Para a autora, essas condições acionam uma concepção relacional de educação, na qual os processos formativos se constroem na interação entre sujeitos, mundo e dispositivos culturais (KRUSE, 2018).

Essa abordagem permite deslocar a análise do Sesc Digital do plano do conteúdo isolado para o plano das escolhas curriculares. Curadoria, formatos dos cursos, linguagens mobilizadas, possibilidades de interação e modos de endereçamento ao público passam a ser examinados como decisões que organizam percursos formativos específicos no campo da educação não formal.

Nesse sentido, a investigação dos cursos, “Como Criar Podcasts” e “Iluminação Cênica” é conduzida como análise do funcionamento curricular no espaço digital, buscando compreender como um projeto institucional se expressa em práticas educativas mediadas por tecnologias, revelando tanto potencialidades pedagógicas quanto tensões próprias da articulação entre cultura, técnica e formação.

O Sesc Digital se insere, assim, em um campo de disputas em que se entrecruzam concepções de educação, cultura e acesso ao conhecimento. Ao articular curadoria cultural,

organização pedagógica e gratuidade, a plataforma expressa um projeto institucional de formação cultural e cidadã. Ainda que não se apresente como currículo escolar, opera como um arranjo curricular em funcionamento, organizando percursos, repertórios simbólicos e formas de participação na esfera digital.

À luz desse referencial, o capítulo seguinte dedica-se à análise empírica dos cursos selecionados, buscando identificar como essas escolhas se traduzem na prática e quais implicações curriculares emergem da experiência do Sesc Digital enquanto território educativo não formal mediado por tecnologias.

4 ANÁLISE DA PLATAFORMA SESC DIGITAL

4.1 O SESC: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL, CULTURA E EDUCAÇÃO L

O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado em 1946, no contexto do pós-guerra, como parte do conjunto de instituições do chamado ‘Sistema S’, criadas com a finalidade de promover o bem-estar social dos trabalhadores do comércio e de suas famílias (BRASIL, 1946; SESC, 2012). Desde sua origem, o Sesc estruturou-se como uma entidade de natureza privada, mantida pelos empresários do comércio, mas orientada por uma missão de caráter público, voltada à promoção do bem-estar e da qualidade de vida dos trabalhadores, consolidando a cultura e a educação como eixos centrais de sua ação institucional bem como à ampliação do acesso à cultura e à educação (BRASIL, 1946; SESC, 2012; SESC SÃO PAULO, [s.d]).

Ao longo de sua trajetória, o Sesc consolidou uma forma de atuação que ultrapassa a oferta de serviços assistenciais, assumindo progressivamente a cultura e a educação como eixos centrais de sua ação institucional (SESC SÃO PAULO, [s.d.]; MIRANDA, 2015). Se organizando também por modelos escolares tradicionais, a educação promovida pelo Sesc São Paulo constrói-se no campo da educação não formal, articulando práticas culturais, artísticas, esportivas e formativas em diálogo com diferentes públicos e territórios. Essa inserção no campo da educação não formal implica compreender a ação educativa do Sesc como prática cultural mediada, na qual o currículo não se apresenta como prescrição formal, mas como conjunto de escolhas sobre linguagens, acessos, públicos e modos de participação. Essa perspectiva é fundamental para entender como tais princípios se reconfiguram no ambiente digital, especialmente na organização do Sesc Digital como espaço de formação cultural mediada por tecnologias.

No estado de São Paulo, essa concepção ampliada de atuação reforçou-se a partir da segunda metade do século XX, com a expansão da rede de unidades e a diversificação das ações culturais e educativas. O Sesc São Paulo, passou a se destacar como um espaço de experimentação pedagógica e cultural, promovendo atividades que valorizam a pluralidade de linguagens, a formação crítica e o acesso democrático à produção cultural. Cada unidade do Sesc configura-se, assim, como um centro que oferece um conjunto de atividades esportivas, artísticas, de lazer e de cultura (MIRANDA, 2015). Essas iniciativas reforçam a formação crítica dos participantes e a democratização do acesso aos bens culturais, em consonância com princípios da educação integral e da mediação cultural.

A atuação do Sesc São Paulo no campo da educação não formal não significa que não tenha um currículo para suas ações de educação não formal. Antes ancora-se em uma compreensão ampliada de currículo – entendida não como prescrição fixa de conteúdos, mas como uma experiência formativa construída na relação entre sujeitos, saberes, espaços e práticas culturais. Essa perspectiva aproxima a instituição de concepções críticas de educação e currículo, ao reconhecer o caráter político da cultura e a centralidade da mediação na produção de sentidos e aprendizagens.

Embora sua atuação seja reconhecida sobretudo pelo campo da educação não formal, o Sesc São Paulo também passou a desenvolver iniciativas no campo da educação formal. A partir de 2025, por exemplo, implantou o seu Centro de Educação Infantil (CEDEI), local destinado para os filhos e filhas de funcionário do Sesc e Senac ampliando o espectro institucional de suas ações formativas nessa área.

Nesse sentido, o Sesc constitui-se historicamente como um território educativo, no qual se articulam lazer, cultura, educação e cidadania. Suas ações não se orientam prioritariamente pela certificação ou pela escolarização formal, mas pela criação de experiências que ampliam repertórios culturais, promovem a participação social e estimulam processos de reflexão crítica sobre a realidade contemporânea.

Essa trajetória institucional permite compreender o Sesc não apenas como executor de programas culturais e educativos, mas como um agente que organiza experiências formativas a partir de escolhas pedagógicas, culturais e institucionais situadas. A educação não formal, nesse caso, não se apresenta como alternativa residual à escola, mas como campo próprio de produção de sentidos, repertórios e mediações. É a partir dessa base que se torna possível examinar como essas concepções se traduzem na organização das ações educativas do Sesc São Paulo e, posteriormente, na configuração do Sesc Digital enquanto unidade virtual, na qual práticas historicamente ancoradas no espaço físico passam a operar por meio de plataformas, linguagens e arquiteturas digitais específicas.

Compreender o Sesc é, portanto, perceber que sua força educativa não reside na rigidez de manuais, mas na capacidade de transformar o lazer e a cultura em ritos de cidadania, provando que o currículo, antes de ser um documento, é o pulsar de um território que se expande do tijolo físico ao pixel digital.

4.2 O SESC DIGITAL: ORIGEM, OBJETIVOS E INSERÇÃO INSTITUCIONAL

A incorporação das tecnologias digitais às práticas culturais e educativas do Sesc São Paulo inscreve-se em um processo institucional mais amplo, articulado às transformações sociotécnicas associadas à cultura digital e à convergência de mídias. Desde meados dos anos 1990, a instituição passou a explorar gradualmente meios digitais como extensão de suas ações editoriais, comunicacionais e culturais, abrindo caminhos para experimentações em ambientes virtuais (SESC SÃO PAULO, 2020).

Embora o lançamento público das plataformas *sesc.digital* e *ead.sesc.digital* tenha ocorrido em abril de 2020, esse marco não corresponde ao início do projeto. Trata-se, antes, da consolidação visível de um processo institucional gestado ao longo da década anterior, orientado pela ampliação do acesso ao acervo cultural e pela organização de ações educativas no campo da educação não formal. Conforme registra Machado, o projeto do Sesc Digital foi concebido e desenvolvido ao longo de vários anos, envolvendo equipes técnicas e pedagógicas na criação de ambientes digitais capazes de acolher tanto o acervo cultural da instituição quanto propostas formativas no campo dos cursos livres. Sua implantação não decorre de uma resposta emergencial, mas da maturação de uma política institucional voltada à ampliação do acesso e à diversificação das mediações culturais e educativas (MACHADO, 2025).

Essa temporalidade é decisiva para a análise desenvolvida nesta pesquisa, pois afasta leituras que associam o Sesc Digital exclusivamente ao contexto pandêmico. A criação das plataformas não se orienta por uma lógica de substituição das práticas presenciais, mas pela ampliação territorial da ação institucional, superando limites geográficos e temporais impostos pela presença física das unidades.

Nesse arranjo, o *sesc.digital* organiza-se como espaço público de acesso ao acervo audiovisual, editorial, fotográfico e artístico da instituição, possibilitando fruição cultural por meio de dispositivos conectados à internet. Já o *ead.sesc.digital* estrutura-se como ambiente de cursos livres, compostos por videoaulas, materiais textuais, referências externas e apostilas digitais, sem certificação formal, reafirmando o compromisso institucional com a educação não formal e com a formação ao longo da vida (MACHADO, 2025).

A organização pedagógica do ambiente de cursos distancia-se de modelos escolares tradicionais e de propostas mercadológicas de educação a distância. As atividades são disponibilizadas de forma assíncrona, com aulas independentes entre si, permitindo percursos de acesso não lineares e sem dispositivos avaliativos classificatórios. Essa configuração desloca o foco da progressão formal para a autonomia do público, que acessa os conteúdos conforme seus interesses e repertórios.

O fechamento temporário das unidades físicas em 2020 produz um deslocamento significativo na dinâmica institucional. Durante o período de distanciamento social, ações culturais e educativas anteriormente distribuídas entre espaços presenciais, programações territoriais e iniciativas híbridas passaram a ser reorganizadas prioritariamente nos ambientes digitais, que assumiram a função de principal canal institucional de oferta, mediação e difusão cultural. Esse movimento acelera a centralização das ações no meio digital, ampliando sua escala e visibilidade pública, sem alterar os fundamentos do projeto previamente constituído.

Essa leitura é reforçada por Danilo Santos de Miranda (2020), ex diretor do Sesc ao situar o Sesc Digital como parte do esforço institucional de continuidade da missão educativa em um cenário de ruptura das práticas presenciais:

As iniciativas digitais integraram o conjunto de ações desenvolvidas pelo Sesc São Paulo para garantir a continuidade de sua missão educativa e cultural durante o período de distanciamento social, mantendo o vínculo com o público e reafirmando o compromisso institucional com o acesso à cultura e à formação (MIRANDA, 2020).

Além de sua função direta na oferta de cursos e atividades formativas, o Sesc Digital exerce papel educativo indireto ao disponibilizar espetáculos, shows, filmes, exposições e debates online. Esses conteúdos não operam apenas como entretenimento, mas integram um repertório cultural organizado institucionalmente, acionando processos de mediação que favorecem reflexão crítica, contato com diferentes linguagens artísticas e ampliação de horizontes culturais.

Ao articular acervo, cursos livres e ações de mediação cultural em ambiente digital, o Sesc Digital consolida-se como expressão contemporânea do projeto educativo do Sesc São Paulo. A plataforma reorganiza práticas já existentes, introduz novos arranjos formativos e cria condições para a emergência de experiências curriculares mediadas por tecnologias digitais, que serão examinadas nos itens seguintes deste capítulo.

Dessa forma, o Sesc Digital deixa de ser um mero portal de conteúdo para se consolidar como uma arquitetura de possibilidades, onde a tradição institucional de mediação cultural encontra na fluidez do bit o meio para democratizar o acesso ao conhecimento poderoso.

4.3 O SESC DIGITAL COMO TERRITÓRIO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Se, na seção anterior, o Sesc Digital foi situado em sua origem e inserção institucional, aqui o foco desloca-se para seu funcionamento como espaço formativo. Interessa compreender de que maneira a plataforma estrutura experiências educativas no campo da educação não formal, produzindo percursos de aprendizagem mediados por tecnologias digitais.

O Sesc Digital organiza-se como um ambiente no qual práticas culturais e educativas do Sesc São Paulo são reconfiguradas em linguagem digital, produzindo arranjos formativos específicos. A plataforma não se limita à disponibilização de acervos culturais — como vídeos, áudios e publicações —, mas estrutura também cursos livres a distância e outras atividades formativas organizadas institucionalmente no ambiente virtual.

Os cursos ofertados por meio da plataforma **ead.sesc.digital** caracterizam-se como ações de educação não formal: são abertos a diferentes públicos, não exigem escolaridade prévia e não operam com dispositivos de certificação ou avaliação classificatória. Os conteúdos assumem caráter introdutório e autoinstrucional, organizados em módulos compostos por videoaulas de curta duração e materiais complementares para download.

Essa organização curricular privilegia percursos flexíveis de acesso, permitindo que os participantes estabeleçam seus próprios ritmos e modos de apropriação dos conteúdos. A estrutura modular e não linear atende tanto sujeitos familiarizados com práticas de aprendizagem online quanto aqueles que iniciam sua trajetória nesse tipo de ambiente, configurando um arranjo curricular orientado pela ampliação do acesso e pela redução de barreiras institucionais à participação.

No campo conceitual da educação não formal, Gohn (2011) define essas práticas como processos educativos voltados ao desenvolvimento pessoal, social e cultural, realizados em espaços diversos e orientados por metodologias abertas e participativas. O Sesc Digital insere-se nesse campo ao ampliar os espaços de aprendizagem para além das unidades físicas, reorganizando ações educativas já presentes na trajetória institucional do Sesc — como cursos, oficinas, palestras e programas socioculturais — em ambiente digital. O acesso gratuito a cursos nas áreas de linguagens artísticas, humanidades, bem-estar e tecnologia favorece a ampliação de repertórios e habilidades, orientada principalmente pelo interesse e pela curiosidade do público (MIRANDA, 2020).

Além das atividades formativas estruturadas, o Sesc Digital desempenha papel educativo indireto ao organizar e disponibilizar conteúdos culturais de maneira sistemática. Espetáculos teatrais, shows musicais, filmes e exposições online integram um conjunto de experiências que estimulam o contato com diferentes linguagens artísticas e produzem situações

de reflexão e fruição cultural. Conforme analisa Jenkins (2009), os ambientes digitais de convergência articulam consumo cultural e aprendizagem, promovendo formas de participação que ultrapassam a recepção passiva dos conteúdos. Iniciativas como debates virtuais, mostras comentadas e ações em redes sociais — a exemplo do projeto **#EmCasaComSesc** — evidenciam estratégias institucionais de mediação cultural que aproximam público e produtores de conhecimento.

Os dados iniciais de acesso à plataforma indicam a relevância desse território educativo digital. Nas primeiras semanas após o lançamento público, o Sesc Digital registrou dezenas de milhares de visitantes e milhares de matrículas nos cursos ofertados. No ano de 2020, mais de 10 mil participantes se inscreveram nas atividades formativas, mesmo durante a fase inicial de implementação da plataforma (SESC SÃO PAULO, 2020). Esses números sinalizam tanto a demanda por oportunidades de educação não formal online quanto a capacidade institucional do Sesc de mobilizar públicos no ambiente digital.

Nessa configuração, o Sesc Digital opera como **território curricular digital**, no qual escolhas de curadoria, organização dos conteúdos, formatos pedagógicos e estratégias de mediação produzem experiências formativas específicas. Ainda que não se apresente como currículo escolar, o arranjo institucional da plataforma organiza percursos, linguagens e formas de participação, permitindo analisar seus cursos e conteúdos como expressões de um currículo em ação no campo da educação não formal mediada por tecnologias.

A progressão numérica observada entre os anos de 2020 e 2024, conforme apresentam os quadros 2, 3, 4, 5 e 6, evidencia a consolidação da plataforma como um território educativo em expansão. Se em 2020 o Sesc Digital registra 14.303 matrículas em um cenário de excepcionalidade física, o ano de 2024 encerra com 49.324 matrículas, um crescimento de aproximadamente 245%. Esse salto quantitativo, associado aos picos de acesso em meses de lançamentos (assinalados com *), reforça a ideia de um currículo em movimento, que depende tanto da curadoria institucional quanto da prontidão tecnológica do público.

Quadro 2 – Dados de acesso 2020.

Mês/2020	Inscritos na plataforma	Matriculados em um dos cursos oferecidos
Abril*	13.501	9.703
Maio	1486	974
Junho	1515	1003
Julho	1042	625
Agosto	976	523
Setembro	1407	560
Outubro	1006	476

Novembro	736	206
Dezembro	432	233
Total	22.101	14.303

Fonte: (MACHADO, 2025)

Quadro 3 – Dados de acesso 2021.

Mês/2021	Inscritos na plataforma	Matriculados em um dos cursos oferecidos
Janeiro	1067	494
Fevereiro	379	227
Março	179	114
Abril	309	260
Maio	161	99
Junho	165	95
Julho	163	93
Agosto*	582	500
Setembro*	783	772
Outubro*	629	578
Novembro	461	390
Dezembro	264	217
Total	5142	3789

Fonte: (MACHADO, 2025)

Quadro 4 – Dados de acesso 2022.

Mês/2022	Inscritos na plataforma	Matriculados em um dos cursos oferecidos
Janeiro	525	436
Fevereiro	393	315
Março*	3352	3174
Abril*	2537	2549
Maio	1901	1769
Junho*	664	661
Julho*	888	947
Agosto*	2291	2614
Setembro*	2499	3279
Outubro	1108	1301
Novembro	908	1034
Dezembro*	1066	1197
Total	18132	19276

Fonte: (MACHADO, 2025)

Quadro 5 – Dados de acesso 2023.

Mês/2023	Inscritos na plataforma	Matriculados em um dos cursos oferecidos
Janeiro	2001	2194
Fevereiro*	1379	1568
Março	3889	3984
Abril	1285	1419
Maio*	2503	3028

Junho	2718	3165
Julho	4095	4836
Agosto	2857	3412
Setembro*	7051	7074
Outubro	2298	2620
Novembro	1742	2012
Dezembro	1415	1556
Total	33233	36868

Fonte: (MACHADO, 2025)

Quadro 6 – Dados de acesso 2024.

Mês/2024	Inscritos na plataforma	Matriculados em um dos cursos oferecidos
Janeiro	1930	2200
Fevereiro*	2063	2629
Março	2149	2778
Abril*	3392	3662
Maiο	2292	2723
Junho*	2535	3055
Julho	2246	2802
Agosto*	2437	3298
Setembro	2920	3879
Outubro	1462	1961
Novembro*	11941	13562
Dezembro	5635	6775
Total	41002	49324

Meses assinalados com * são aqueles em que ocorrem lançamentos de cursos na plataforma.

Fonte: (MACHADO, 2025)

Em síntese, o Sesc Digital confirma e expande o papel educativo do Sesc na contemporaneidade. Fundamentado em princípios históricos de educação para a cidadania e inclusão sociocultural, o Sesc transpõe para a plataforma digital sua experiência acumulada em mediação cultural, agora alcançando um público ampliado. A iniciativa dialoga com conceitos atuais de educação ao longo da vida e aprendizagem mediada por tecnologia, mostrando como uma instituição de educação não formal pode se reinventar sem perder sua essência. Ao articular fontes institucionais e referenciais teóricos, percebe-se que o Sesc Digital se estabelece não apenas como um repositório de conteúdos, mas como um espaço de formação e transformação social – um verdadeiro território educativo no seio da cultura digital brasileira.

O Sesc Digital amplia o campo de atuação educativa do Sesc ao reorganizar, em ambiente digital, práticas históricas de mediação cultural e formação não formal desenvolvidas pela instituição. Ao transpor para a plataforma digital sua experiência acumulada na articulação

entre cultura, educação e cidadania, o Sesc passa a operar com novos alcances territoriais e temporais, alcançando públicos diversos para além das unidades físicas.

Essa reorganização institucional dialoga com debates sobre educação ao longo da vida e aprendizagem mediada por tecnologias, evidenciando como ações educativas não formais podem ser reconfiguradas sem ruptura com seus princípios estruturantes. No caso do Sesc Digital, curadoria cultural, organização pedagógica e acesso gratuito constituem dimensões centrais das escolhas curriculares que orientam a experiência formativa oferecida ao público.

À luz dos referenciais teóricos mobilizados e das fontes institucionais analisadas, a plataforma pode ser examinada como um espaço de produção curricular no campo da educação não formal digital. Mais do que um repositório de conteúdos, o Sesc Digital organiza percursos, linguagens e mediações que configuram experiências educativas específicas, permitindo analisá-lo como território educativo no interior da cultura digital brasileira.

4.4 A PLATAFORMA SESC DIGITAL COMO TERRITÓRIO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A análise da plataforma Sesc Digital, realizada a partir de observação empírica e navegação recorrente ao longo do período investigado, evidencia sua configuração não apenas como repositório de conteúdos culturais e educativos, mas como território curricular digital no qual se articulam práticas formativas, escolhas institucionais, mediações tecnológicas e modos específicos de relação com o conhecimento. Trata-se de um espaço que não reproduz o currículo escolar tradicional, mas organiza, de forma explícita, implícita e situada, orientações formativas que se expressam na disposição dos conteúdos, nos percursos possíveis de aprendizagem e nas expectativas atribuídas aos sujeitos que o acessam.

A presença de materiais de apoio escritos tensiona a ideia de autonomia associada à educação não formal digital. Ao mesmo tempo em que não impõem percursos obrigatórios ou avaliações formais, esses documentos oferecem balizas conceituais e técnicas que orientam a experiência formativa. No curso Como Criar Podcasts, o material complementar organiza o processo de produção sonora em etapas inteligíveis, funcionando como um guia procedimental que organiza a transição da ideia para a materialidade sonora.

No caso do curso Iluminação Cênica, o material de apoio assume ainda outra função curricular: além de apoiar o acompanhamento das aulas, ele introduz o cursista em uma

linguagem profissional específica, apresentando conceitos históricos, terminologia técnica e práticas recorrentes do campo artístico. Essa estratégia desloca o currículo da simples transmissão de técnicas para uma formação que articula fazer, linguagem e processo criativo suporte de consulta e aprofundamento ao longo do percurso.

Nesse sentido, a plataforma pode ser lida com a noção de cibercultura formulada por Pierre Lévy (1999), para quem ela não designa um estado fixo, mas um conjunto dinâmico de práticas, atitudes, valores e modos de pensamento em desenvolvimento junto à expansão do ciberespaço. Como afirma o autor, a cibercultura não representa um estado de fato social ou cultural, mas um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999). Essa formulação permite situar o Sesc Digital como território culturalmente produzido, no qual a experiência formativa depende menos da presença da tecnologia em si e mais das mediações pedagógicas e curatoriais que organizam a circulação dos saberes.

Ao longo do processo de investigação, observa-se que o Sesc Digital opera segundo a lógica da educação não formal, na qual a aprendizagem não é regulada por certificações, avaliações padronizadas ou sequências obrigatórias, mas emerge da experiência vivida pelo sujeito em interação com os conteúdos e com o próprio ambiente digital. Essa característica dialoga com a tradição histórica do Sesc, marcada pela articulação entre cultura, educação e lazer, agora transposta para o espaço virtual sem que isso implique uma simples digitalização das práticas presenciais.

Nesse território, os cursos ofertados — como o curso “*Como Criar Podcasts*” — não se apresentam como unidades isoladas, mas integram uma arquitetura mais ampla, na qual o cursista transita entre cursos, espetáculos, acervos audiovisuais, textos editoriais, transmissões e outras experiências culturais. Essa circulação constante produz um efeito curricular específico: o conhecimento não se organiza em trilhas fechadas, mas em experiências de aproximação, deslocamento e retorno, exigindo do sujeito um papel ativo na construção de seu percurso formativo.

A abertura territorial é sustentada por um design pedagógico que privilegia flexibilidade e autonomia. O acesso assíncrono, a ausência de prazos rígidos e a inexistência de mecanismos formais de controle de participação configuram uma proposta baseada na confiança na capacidade do sujeito de gerir seu tempo, suas escolhas e seus interesses. Essa opção institucional, coerente com princípios da educação não formal, desloca para o cursista parte significativa da responsabilidade pela continuidade do processo formativo, produzindo uma tensão permanente entre emancipação e descontinuidade.

No caso específico do curso “*Como Criar Podcasts*”, essa lógica se expressa em um currículo de natureza técnico-organizacional que se constrói a partir do fazer. A clareza procedimental observada ao longo do curso não decorre apenas da organização dos conteúdos, mas de uma escolha pedagógica que apresenta o processo de produção sonora como uma sequência inteligível de decisões, acessível a sujeitos com diferentes níveis de familiaridade técnica. O conhecimento técnico deixa de aparecer como domínio especializado e passa a operar como prática aprendida na experiência, reduzindo a distância simbólica entre o sujeito e a tecnologia.

A acessibilidade dos meios, por sua vez, não se limita à menção a ferramentas gratuitas ou equipamentos simples. Ela se manifesta na forma como o curso reconhece, ainda que de modo implícito, as condições materiais desiguais dos cursistas. Ao enfatizar soluções viáveis, processos adaptáveis e escolhas possíveis dentro de contextos restritos, o curso organiza um currículo que busca minimizar barreiras de entrada, mesmo sem tematizar diretamente as desigualdades estruturais que atravessam o acesso às tecnologias digitais.

Nesse contexto, a centralidade da iniciativa do sujeito emerge como princípio estruturante do território curricular do Sesc Digital. O cursista é convocado a conduzir seu percurso, tomando decisões sobre quando acessar os conteúdos, como se apropriar deles e de que maneira os aplicar em sua prática. Essa autonomia, entretanto, não é isenta de ambivalências. Ao mesmo tempo em que amplia possibilidades de autoria e experimentação, pode reforçar processos de responsabilização individual que desconsideram assimetrias de tempo, formação prévia e condições de vida dos sujeitos.

A valorização da produção independente, recorrente nos conteúdos analisados, reforça essa concepção de sujeito autônomo e criador. O podcast é apresentado como meio de expressão acessível, capaz de viabilizar narrativas autorais fora das grandes estruturas midiáticas. Essa abordagem legitima práticas culturais não hegemônicas e reafirma a produção simbólica como espaço de aprendizagem e experimentação. Contudo, a ausência de uma problematização mais direta sobre lógicas de plataformização, algoritmos e concentração de visibilidade indicam limites relevantes para uma formação crítica mais aprofundada.

Do ponto de vista curricular, o que se observa no Sesc Digital é a constituição de um currículo vivido, no sentido proposto por Sacristán (2000), que não se esgota no que é formalmente planejado, mas se realiza na experiência concreta do sujeito em interação com o ambiente. Esse currículo é atravessado por escolhas curatoriais, técnicas e institucionais que orientam, ainda que de forma não explícita, os modos de aprender, criar e se relacionar com o conhecimento no espaço digital.

Assim, o Sesc Digital configura-se como um território curricular híbrido, no qual convivem potencialidades formativas significativas — acesso ampliado, diversidade de linguagens, valorização da autoria — e tensões estruturais próprias do ambiente digital. Reconhecer essas tensões não implica desqualificar a proposta, mas situá-la criticamente, delimitando seus alcances e seus limites no campo da educação não formal mediada por tecnologias.

4.5 O CURSO “COMO CRIAR PODCASTS”

Neste item, analiso o curso “*Como Criar Podcasts*” como um dos objetos empíricos centrais desta pesquisa, buscando compreender de que maneira sua estrutura pedagógica, sua autoria e suas mediações técnicas e narrativas materializam um currículo vivido no contexto da educação não formal digital. A análise considera tanto os elementos explícitos e implícitos do curso — seus conteúdos, módulos e procedimentos técnicos — quanto os valores, concepções de comunicação e silêncios curriculares que atravessam a proposta formativa.

Ao situar o curso “*Como Criar Podcasts*” no interior da plataforma Sesc Digital, parte-se do entendimento de que essa formação não pode ser lida apenas como um conjunto de conteúdos técnicos disponibilizados on-line, mas como uma prática curricular situada, construída a partir de escolhas pedagógicas, institucionais e tecnológicas que produzem determinados modos de aprender, criar e se relacionar com o conhecimento. A análise ancora-se na observação prolongada do curso¹ e na experiência direta de navegação, acesso e apropriação de seus materiais, materiais de apoio ao longo do período investigado.

Desde o primeiro contato com o curso, nota-se que sua organização rompe com a lógica escolar tradicional. Não há pré-requisitos formais, avaliações classificatórias ou certificações que condicionem o percurso do cursista. O aprendizado estrutura-se a partir de uma sequência de aulas que propõem um caminhar progressivo, mas não obrigatório, no qual o sujeito pode avançar, retornar, interromper ou reorganizar seu próprio ritmo de estudo. Essa

¹ Criado e lançado em 2024, a autoria do curso é assumida por Tiago Rogero, jornalista, roteirista e produtor de áudio com trajetória consolidada no campo do jornalismo narrativo e da produção de podcasts no Brasil. Sua experiência como criador e coordenador do Projeto Querino (Rádio Novelo), premiado com o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog, assim como sua atuação em podcasts como Vidas Negras e Negra Voz, atravessa de maneira decisiva a concepção pedagógica do curso. Não se trata apenas de um especialista que ensina técnicas, mas de um autor que transfere para o currículo uma ética narrativa marcada pelo compromisso com a memória, a diversidade de vozes e a responsabilidade social da comunicação.

configuração reforça o caráter não formal da proposta e desloca o centro da ação educativa para a experiência vivida pelo cursista, aproximando-se da concepção de currículo vivido, tal como formulada por Gimeno Sacristán. A organização visual e funcional do curso na plataforma evidencia essa lógica de acesso aberto e assíncrono, conforme indicado na Figura 1.

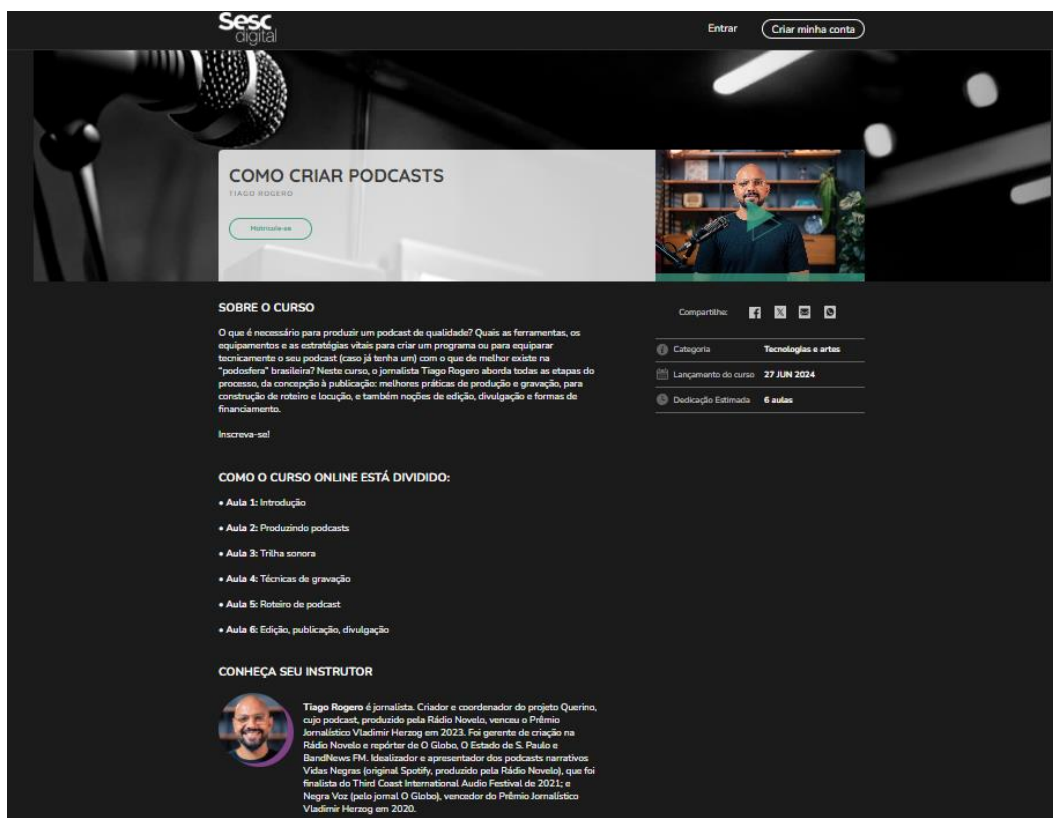


Figura 1 – Podcasts.

https://ead.sesc.digital/cursos/course-v1:sescsaopaulo+c020+2024_comocriarpodcasts/sobre

Ao longo do curso, o conhecimento técnico é apresentado como prática possível e acessível, e não como domínio restrito a especialistas. A forma como as etapas da produção de podcasts são abordadas — do planejamento ao roteiro, da gravação à edição e à publicação — revela uma preocupação constante em tornar o processo inteligível. Essa clareza não se limita à organização dos conteúdos, mas se expressa na linguagem adotada, nos exemplos escolhidos e na valorização de soluções viáveis dentro de contextos materiais diversos. A estrutura sequencial das aulas e a disposição dos conteúdos na interface do curso reforçam essa clareza procedimental, conforme evidenciado na Figura 2.

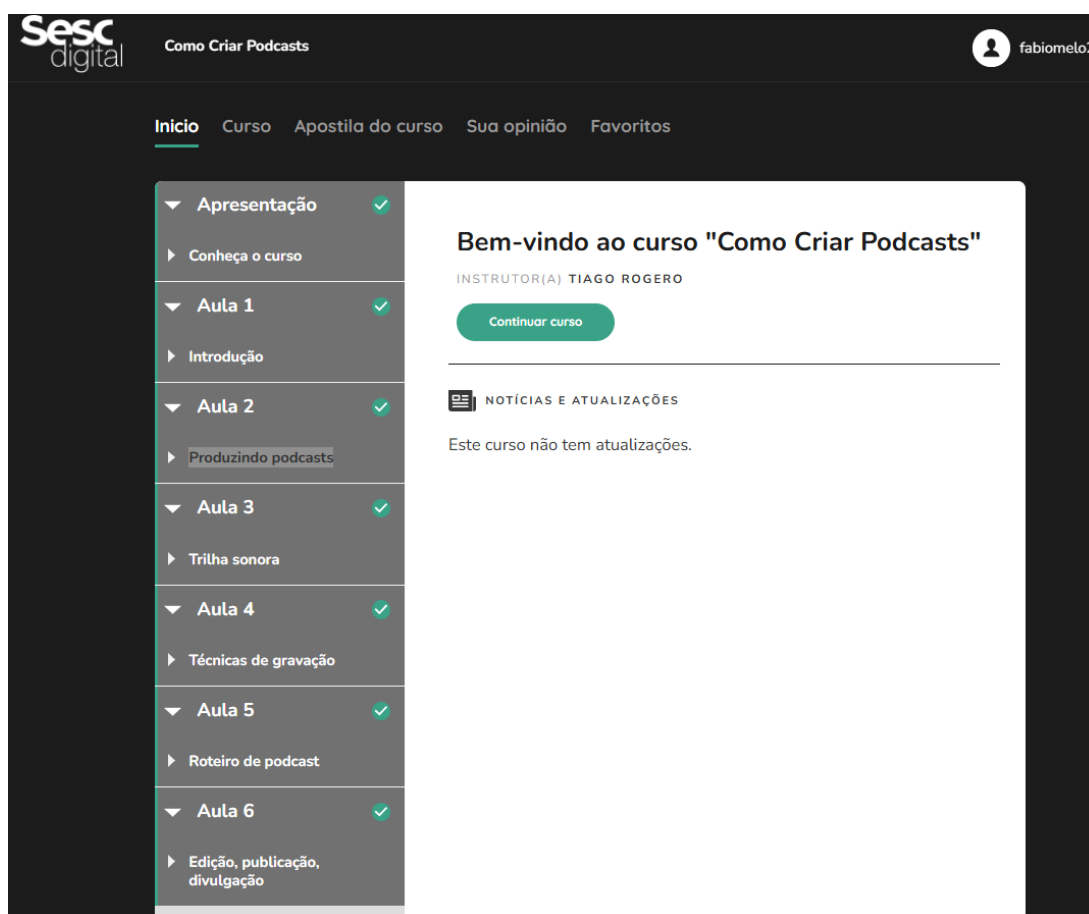


Figura 2 – Interface de navegação do curso Como Criar Podcasts.

https://ead.sesc.digital/cursos/course-v1:sescsaopaulo+c020+2024_comocriarpodcasts/curso/

A acessibilidade dos meios não se restringe à menção ao uso de ferramentas gratuitas ou equipamentos simples. Ela se manifesta, sobretudo, na integração entre videoaulas e materiais de apoio textuais, que permitem diferentes formas de apropriação do conteúdo, respeitando ritmos e estilos de aprendizagem distintos. O material de apoio disponibilizado pelo curso funciona como recurso complementar e de aprofundamento, ampliando as possibilidades de acesso ao conhecimento técnico, como indicado na Figura 3, atuando como mediação pedagógica escrita que sustenta o percurso formativo no ambiente digital.

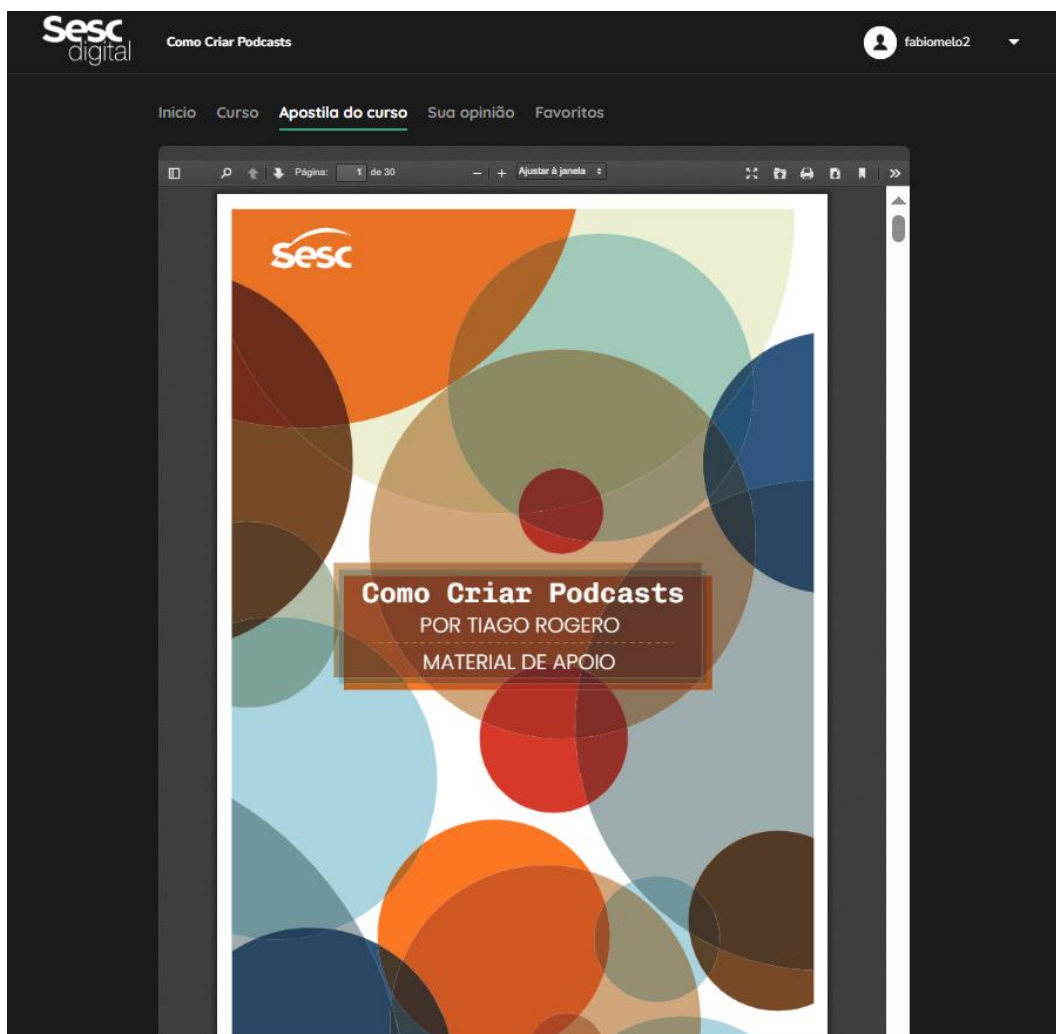


Figura 3 – Material de apoio do curso Como Criar Podcasts.

https://ead.sesc.digital/cursos/course-v1:sescsaopaulo+c020+2024_comocriarpodcasts/livro-pdf/0

Outro aspecto central é a valorização da autonomia do sujeito. Ao não impor prazos, avaliações ou formas únicas de participação, o curso atribui ao cursista a responsabilidade pela condução de seu percurso formativo. Cabe a ele decidir quando acessar os conteúdos, como se organizar e de que maneira transformar o conhecimento adquirido em prática. Essa concepção dialoga com a pedagogia freireana, na qual a aprendizagem se constrói a partir da ação consciente do sujeito sobre a realidade e do reconhecimento de sua autoria no processo formativo. Ao mesmo tempo, a etapa final do curso, voltada à edição, publicação e circulação dos podcasts, explicita essa responsabilização do sujeito pela totalidade do processo produtivo, conforme indicado na Figura 4.

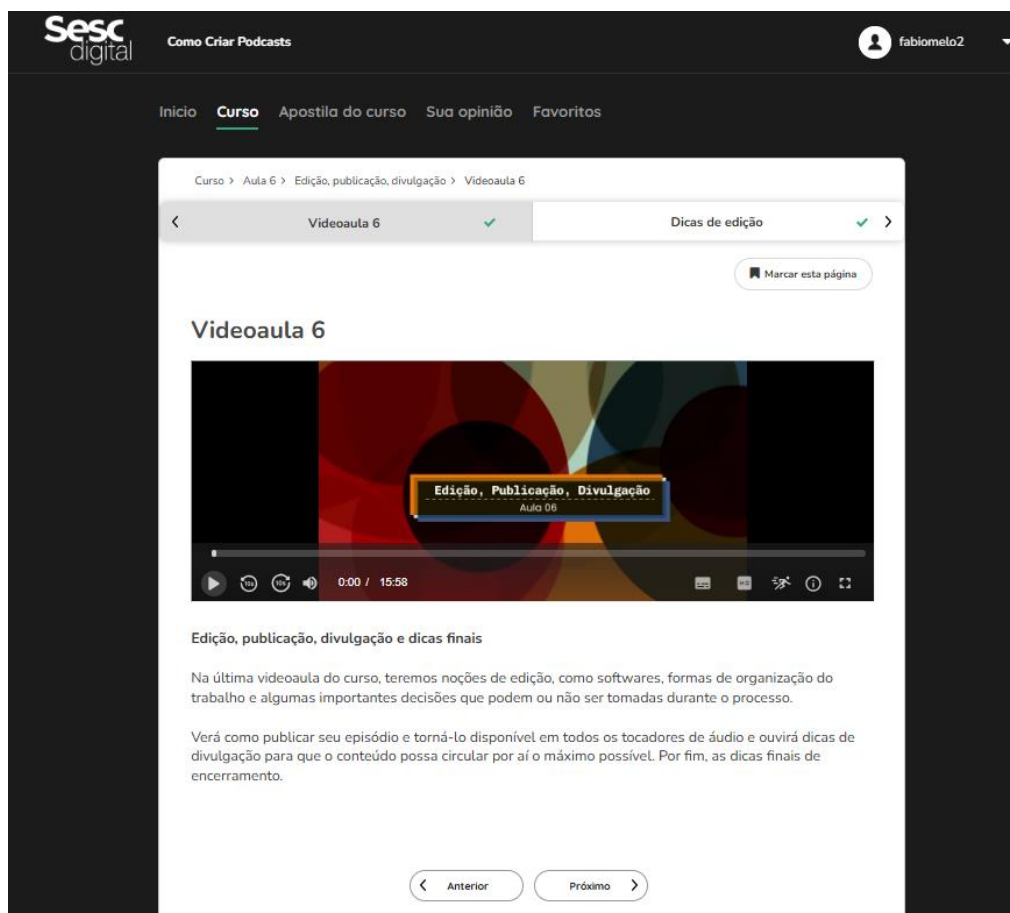


Figura 4 – Etapa de edição e publicação no curso Como Criar Podcasts.

https://ead.sesc.digital/cursos/course-v1:sescsaopaulo+c020+2024_comocriarpodcasts/material-didatico/28868885867f4f0ba46d39b366554920/86372640681a4ba28b04ddb2aba2d39/6?activate_block_id=block-v1%3Asescsaopaulo%2Bc020%2B2024_comocriarpodcasts%2Btype%40html%2Bblock%40ff90e4f273e94461be3a6e11c0192a5a

A centralidade atribuída ao roteiro revela como o curso articula técnica e narrativa sem recorrer a uma problematização mais ampla das disputas simbólicas que atravessam a produção de conteúdo digital. O roteiro aparece como ferramenta organizadora e criativa, fundamental para a construção de sentido e para a relação com o ouvinte. No entanto, ele é tratado predominantemente como instrumento técnico, e não como dispositivo cultural e político implicado na produção de discursos e na circulação de narrativas no espaço público. Essa escolha evidencia um currículo que privilegia o domínio do fazer em detrimento da reflexão crítica sobre os contextos em que esse fazer se insere.

O mesmo ocorre nas aulas dedicadas à edição, publicação e divulgação. As plataformas de distribuição aparecem majoritariamente como ferramentas neutras, sem que sejam tensionadas suas lógicas algorítmicas, seus modelos de monetização ou seus impactos na

visibilidade dos conteúdos produzidos. Esse silêncio curricular, à luz da teoria crítica do currículo, pode ser compreendido como forma de neutralidade aparente, na qual determinados condicionantes estruturais permanecem fora do campo de problematização.

A estrutura programática do curso revela uma concepção de currículo fortemente orientada pelo processo de produção, visão prospectiva sobre as finalidades do curso e não pela fragmentação de conteúdo. Cada aula corresponde a uma etapa concreta do fazer podcast, mas essa organização não se limita à transmissão de procedimentos técnicos. Observa-se a presença simultânea de um currículo explícito, de natureza técnico-instrumental, e de um currículo implícito, no qual se comunicam valores, posturas e compreensões sobre o papel social da mídia sonora e suas finalidades.

Tabela 1 – Estrutura pedagógica do curso “Como Criar Podcasts”

Aula	Tema	Currículo explícito (técnico-instrumental)	Currículo implícito (político-pedagógico)
1	Introdução	Definição do podcast e contextualização do formato	Validação do áudio como espaço legítimo de discurso, memória e produção cultural
2	Produzindo podcasts	Planejamento, definição de público e formato	Comunicação como projeto intencional e socialmente responsável
3	Trilhas sonoras	Uso de músicas e efeitos; direitos autorais	Construção de atmosferas e apropriação estética da linguagem sonora
4	Técnicas de gravação	Captação de áudio e qualidade técnica	Clareza técnica como ética da escuta e respeito ao ouvinte
5	Roteiro de podcast	Escrita para áudio, locução e narrativa	Formação para articular discursos, histórias e contranarrativas
6	Edição e publicação	Pós-produção e distribuição em plataformas	Empoderamento para a ação pública: da voz privada à circulação social

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do material do curso *Como Criar Podcasts* ead.sesc.digital (2025).

A leitura da tabela evidencia que o curso opera com uma concepção ampliada de formação. O domínio técnico aparece como condição necessária, mas não suficiente. O processo de produção sonora é atravessado por reflexões implícitas sobre responsabilidade comunicacional, autoria e escuta. Essa dimensão é reforçada pela centralidade atribuída ao roteiro, compreendido não apenas como ferramenta organizacional, mas como espaço de construção de sentido e de posicionamento discursivo no mundo.

Ao privilegiar o domínio do fazer e da autoria, o curso amplia o acesso a saberes técnicos relevantes, mas deixa em segundo plano a problematização das estruturas sociais mais amplas que organizam a circulação do conhecimento, o que remete à distinção proposta por Young entre acesso ao conhecimento e acesso ao conhecimento poderoso, aquele que permite compreender e questionar as condições sociais de sua produção (YOUNG, 2013)

Nesse sentido, o curso “*Como Criar Podcasts*” constrói um currículo técnico-organizacional que valoriza a clareza procedimental, a acessibilidade dos meios, a autonomia do sujeito e a produção independente, articulando técnica e narrativa como práticas culturais. Contudo, ao evitar tensionamentos mais diretos sobre as estruturas políticas e econômicas do ecossistema digital, o curso revela um currículo potente no domínio do fazer e da autoria, mas contido no enfrentamento crítico das condições mais amplas de circulação da mídia sonora.

Dando prosseguimento ao exame empírico, passa-se à análise do curso Iluminação Cênica, que amplia o campo investigado para a dimensão técnico-artística das artes cênicas.

4.6 O CURSO “ILUMINAÇÃO CÊNICA”

A análise do curso “*Iluminação Cênica*” amplia o campo empírico desta pesquisa ao deslocar o olhar para um saber técnico-artístico historicamente vinculado à presencialidade do espetáculo e à materialidade da cena. Ao observá-lo no contexto da plataforma Sesc Digital, busco compreender como a iluminação cênica é traduzida para o ambiente da educação não formal digital e quais concepções de técnica, arte, autoria e formação profissional emergem dessa mediação.

Ao analisar o curso “*Iluminação Cênica*”, ministrado por Marisa Bentivegna² e oferecido gratuitamente pela plataforma Sesc Digital, afasto-me deliberadamente de uma leitura que o compreenda como simples produto educacional ou tutorial técnico. O que observo, a partir da navegação prolongada e da análise de sua estrutura, curadoria e metodologia, é um artefato cultural e pedagógico complexo, no qual se articulam concepções de arte, técnica, educação e formação humana próprias da tradição de animação sociocultural do Sesc.

² A escolha de Marisa Bentivegna como autora e mediadora do curso constitui uma decisão curatorial central para a compreensão do objeto. Sua trajetória profissional — marcada por uma formação híbrida em Publicidade e Propaganda (FAAP), Desenho Industrial (Escola de Belas Artes de São Paulo) e pela iniciação artística como bailarina — conforma uma visão singular da iluminação cênica como linguagem que integra comunicação, forma, design e corpo em movimento. Essa perspectiva não aparece como discurso abstrato, mas se materializa concretamente na estrutura do curso e na forma como os conteúdos são apresentados.

O curso ilustra claramente a compreensão institucional, a compreensão institucional de que todas as áreas de atuação do Sesc — cultura, lazer, saúde e assistência — são atravessadas por um viés educacional. Nesse sentido, a plataforma digital não opera apenas como meio de difusão de conteúdos, mas como território de aprendizagem, no qual saberes historicamente restritos a circuitos profissionais especializados são deslocados para o campo da educação não formal. Ao disponibilizar gratuitamente um curso sobre iluminação cênica, o Sesc realiza um gesto curricular deliberado de democratização do acesso ao conhecimento técnico-artístico, ampliando o público potencial desse saber para além dos iluminadores profissionais, alcançando artistas de outras áreas, produtores, diretores e espectadores interessados em compreender a cena a partir da linguagem da luz.

Desde sua estreia no espetáculo *O Paraíso Perdido*, do Teatro da Vertigem, em parceria com Guilherme Bonfanti — trabalho que lhe rendeu os prêmios Shell e APCA — Bentivegna construiu um capital simbólico fortemente associado ao teatro de pesquisa, à experimentação estética e ao trabalho colaborativo. Ao longo de mais de três décadas, suas colaborações com coletivos como a Companhia Hiato, dirigida por Leonardo Moreira, e com a Banda Mirim, voltada ao teatro para a infância e juventude, consolidaram uma prática profissional marcada pelo diálogo entre dramaturgia, espaço, corpo e luz. Esse percurso não é apresentado no curso como currículo pessoal, mas opera como currículo oculto, no sentido proposto por Tomaz Tadeu da Silva, (2003) ao modelar valores, atitudes e modos de atuação profissional.

O que o curso ensina, portanto, não se restringe às técnicas de iluminação. Ele ensina, sobretudo, um modo de ser iluminador: colaborativo, atento às demandas dramáticas, sensível às especificidades de cada linguagem cênica e comprometido com o diálogo entre os diferentes agentes da cena. O currículo explícito — composto por conceitos técnicos, equipamentos e procedimentos — é indissociável de um currículo implícito, no qual se aprende que a luz se constrói em relação, nunca em isolamento.

Essa concepção se reflete diretamente na arquitetura pedagógica do curso, estruturado em seis videoaulas concisas, com cerca de 15 minutos cada, organizadas a partir de uma progressão de complexidade que equilibra fundamentação histórica, contextualização artística e aplicação prática. A primeira aula estabelece as bases conceituais ao apresentar a iluminação como linguagem cênica dotada de historicidade. As aulas intermediárias adotam uma estratégia pedagógica particularmente potente: cada família de refletores é associada a um gênero artístico específico — teatro, teatro para crianças, dança e shows — e aprofundada por

meio de entrevistas com especialistas dessas áreas. Essa escolha rompe com o ensino abstrato dos equipamentos e insere a técnica em contextos reais de criação.

A aula final, dedicada à leitura de plantas de teatro, aos ensaios e à elaboração de mapas de iluminação, funciona como síntese do percurso formativo. O foco no projeto final desloca o eixo do aprendizado da memorização de conteúdo para o processo de engajamento com problemas concretos, aproximando o curso de uma concepção de currículo como processo. O objetivo declarado de capacitar o aluno a “colocar no papel ideias e detalhes técnicos para tornar realidade um projeto de luz” pode ser interpretado, à luz de Paulo Freire, como um momento de práxis, no qual reflexão e ação se unem de forma indissociável.

Aprender a desenhar uma planta de luz, nesse contexto, não significa apenas dominar uma técnica, mas apropriar-se de uma linguagem, adquirindo meios para intervir criativamente no mundo cênico. O curso não forma operadores de equipamentos, mas sujeitos capazes de pensar a luz como discurso e de “dizer sua palavra” por meio dela. Essa orientação pedagógica revela uma clara rejeição ao modelo de educação bancária, substituído por uma estrutura dialógica que aproxima o curso de um círculo de cultura em formato digital.

Nessa dinâmica, Marisa Bentivegna atua menos como transmissora de verdades acabadas e mais como coordenadora de um diálogo entre diferentes experiências profissionais. O aluno é convidado a ocupar o lugar de ouvinte ativo, confrontado com múltiplas perspectivas que revelam a complexidade da iluminação cênica como prática social, artística e técnica. O conhecimento emerge como construção relacional e contextual, e não como conteúdo neutro a ser consumido.

Ao desvelar a chamada “caixa preta” da iluminação — ofício frequentemente percebido como misterioso e restrito a poucos iniciados — o curso contribui não apenas para a formação de novos profissionais, mas para a qualificação do olhar de todos os agentes da cena e, por extensão, do próprio público. Forma-se, assim, um espectador mais crítico, capaz de ler a luz como componente fundamental da dramaturgia e da experiência estética.

Esse gesto educativo pode ser compreendido a partir do conceito freiriano de boniteza (FREIRE, 1996), entendido como a indissociabilidade entre ética e estética na prática educativa. O curso Iluminação Cênica é eticamente comprometido com a democratização do saber e com o respeito à autonomia do aluno; é esteticamente cuidadoso em sua concepção; e é pedagogicamente dialógico e emancipador. Ao ensinar a “boniteza” da luz por meio de uma prática educativa que é, ela própria, “bonita”, o curso reafirma o papel da arte e da educação na construção de uma cidadania cultural sensível, crítica e criativa

A organização das aulas evidencia uma concepção de currículo como processo, no qual o conhecimento técnico é progressivamente contextualizado em linguagens artísticas específicas, culminando na elaboração de um projeto autoral. A associação entre tipos de equipamentos e gêneros cênicos revela uma estratégia pedagógica que privilegia a compreensão da técnica em situação, e não como conteúdo abstrato.

Tabela 2 – Estrutura do curso “Iluminação Cênica”

Aula	Título da Aula	Conteúdo principal / Equipamento em foco	Linguagem ou gênero artístico associado	Princípio pedagógico predominante
1	Introdução e História da Iluminação	Contextualização histórica da luz cênica; iluminação como linguagem estética e narrativa	Geral (teatro e artes da cena)	Fundamentação conceitual e histórica
2	Luz para teatro	Refletores PC (Plano-Convexo) e Fresnel; acessórios e modelagem da luz	Teatro	Aplicação dramaturgica da técnica
3	Luz em teatro para crianças e jovens	Refletor elipsoidal (recorte); gobos e controle do foco	Teatro infantil e juvenil	Narrativa visual e focalização
4	Luz para dança	Lâmpadas PAR; uso de gelatinas e difusores	Dança	Relação entre corpo, espaço e atmosfera
5	Luz para shows	Equipamentos de LED e moving lights	Música / shows	Dinamismo, ritmo e grande escala
6	Projetos e plantas de luz	Leitura de plantas de teatro; elaboração de mapas de iluminação	Síntese das linguagens	Práxis, autonomia e projeto autoral

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do material do curso *Iluminação Cênica* ead.sesc.digital (2025).

Essa estrutura reafirma o currículo não como uma lista de conteúdos, mas como um percurso formativo situado.

Assim como observado no curso “*Como Criar Podcasts*”, a análise de Iluminação Cênica evidencia um currículo não formal que privilegia a formação autoral, a autonomia e o tratamento da técnica como linguagem expressiva. Ao mesmo tempo, revela escolhas institucionais que priorizam a dimensão estética, cultural e pedagógica da formação, mantendo em segundo plano problematizações mais diretas sobre as condições estruturais do trabalho e os impactos da digitalização no campo das artes cênicas.

Nessa perspectiva, o currículo digital do Sesc não pode ser analisado a partir de uma lógica binária de êxito ou fracasso. Trata-se de um currículo em disputa, atravessado por compromissos institucionais, limites históricos e possibilidades concretas de atuação no campo da educação não formal. Reconhecer simultaneamente suas potencialidades e tensões é fundamental para situar o Sesc Digital como experiência relevante e, ao mesmo tempo, como objeto legítimo de problematização acadêmica.

O percurso investigativo, centrado na análise do Sesc Digital à luz da Teoria Crítica do Currículo, evidencia que a plataforma opera em uma tensão dialética permanente entre a

formação orientada ao mercado e a formação cidadã crítica. Por um lado, a oferta de cursos como “*Como Criar Podcasts*” e Iluminação Cênica amplia o acesso a saberes técnicos e profissionalizantes, alinhando-se a políticas de inclusão digital e às dinâmicas da economia criativa. Por outro, a análise da mediação pedagógica e dos silêncios curriculares indica que essa formação técnica, quando desacompanhada de uma reflexão crítica aprofundada sobre a ética da comunicação, o papel político da cultura e a governança algorítmica, pode se converter em um currículo instrumentalizado.

Conclui-se, portanto, que o Sesc Digital se afirmar como um território curricular híbrido, no qual a intencionalidade institucional de promover a cultura como direito tensiona-se com lógicas de eficiência e padronização próprias das plataformas digitais, constituindo o núcleo da densidade pedagógica e da relevância política desta pesquisa

4.7 CURADORIA, MEDIAÇÃO E SILÊNCIOS CURRICULARES

No que diz respeito à mediação pedagógica, ao aprofundar a análise da plataforma Sesc Digital, passo a observar não apenas o que é ofertado, mas de que modo e a partir de quais escolhas institucionais esses conteúdos são apresentados. Nesse movimento, a noção de curadoria assume centralidade analítica. A curadoria é tratada, aqui, como um ato curricular: um conjunto de decisões que seleciona, organiza, hierarquiza e torna visíveis determinados conteúdos, ao mesmo tempo em que mantém outros fora do campo de evidência. Longe de ser neutra, essa operação estrutura o território digital e orienta, ainda que de modo implícito, os percursos formativos possíveis.

Durante a navegação pela plataforma, observa-se que a curadoria se materializa por meio de destaques editoriais, agrupamentos temáticos e hierarquizações visuais. Cursos, espetáculos e acervos compartilham o mesmo ambiente, mas não ocupam posições equivalentes em termos de visibilidade. A organização da página inicial, as vitrines e as chamadas editoriais produzem um direcionamento do olhar do usuário, sinalizando o que deve ser acessado de imediato e o que permanece em camadas mais profundas de navegação. Essa lógica se evidencia nas áreas de destaque da plataforma, como ilustrado na Figura 5, onde determinados conteúdos educacionais ganham centralidade enquanto outros exigem maior esforço de busca.

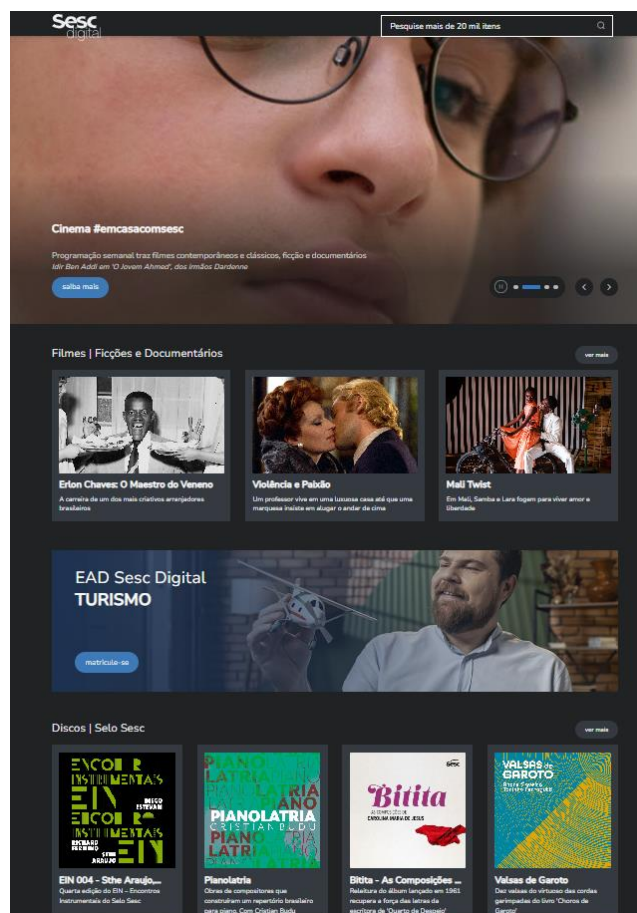


Figura 5 – Página inicial da plataforma Sesc Digital, evidenciando escolhas curatoriais e hierarquias de visibilidade dos conteúdos.

<https://sesc.digital/home>

Fonte: Plataforma Sesc Digital (2025).

Essas escolhas curatoriais produzem, por sua vez, silêncios curriculares. Ao priorizar determinadas linguagens, formatos e temas, a plataforma constrói um horizonte de expectativas sobre o que é considerado relevante, formativo ou desejável. À luz da teoria crítica do currículo, esse processo pode ser lido como exercício de poder curricular que se realiza não pela imposição explícita, mas pela organização do visível e do dizível, conforme problematiza Apple (2006) ao discutir a neutralidade aparente das escolhas curriculares.

No que se refere à mediação educativa, observa-se que ela se realiza predominantemente de forma indireta. Não há, de modo geral, dispositivos de interação síncrona, fóruns ativos ou acompanhamento pedagógico continuado nos cursos analisados. A mediação opera, sobretudo, por meio do design pedagógico, da linguagem dos materiais e da própria arquitetura da plataforma. Essa opção reforça a autonomia do sujeito, mas desloca a mediação do campo relacional para o campo técnico-organizacional. A ausência de espaços

explícitos de diálogo resulta em uma experiência formativa centrada na relação sujeito–conteúdo, com menor ênfase na construção coletiva do conhecimento.

Essa característica torna-se particularmente visível nas páginas internas dos cursos, nas quais o cursista é conduzido por sequências de aulas e materiais, mas raramente convocado a interagir com outros participantes ou com a instituição. A mediação, nesse caso, não desaparece; ela se reconfigura. Passa a operar por escolhas de linguagem, exemplos e ritmos, como se observa na Figura 6, que evidencia a condução do cursista por um percurso previamente organizado, porém sem interação direta.

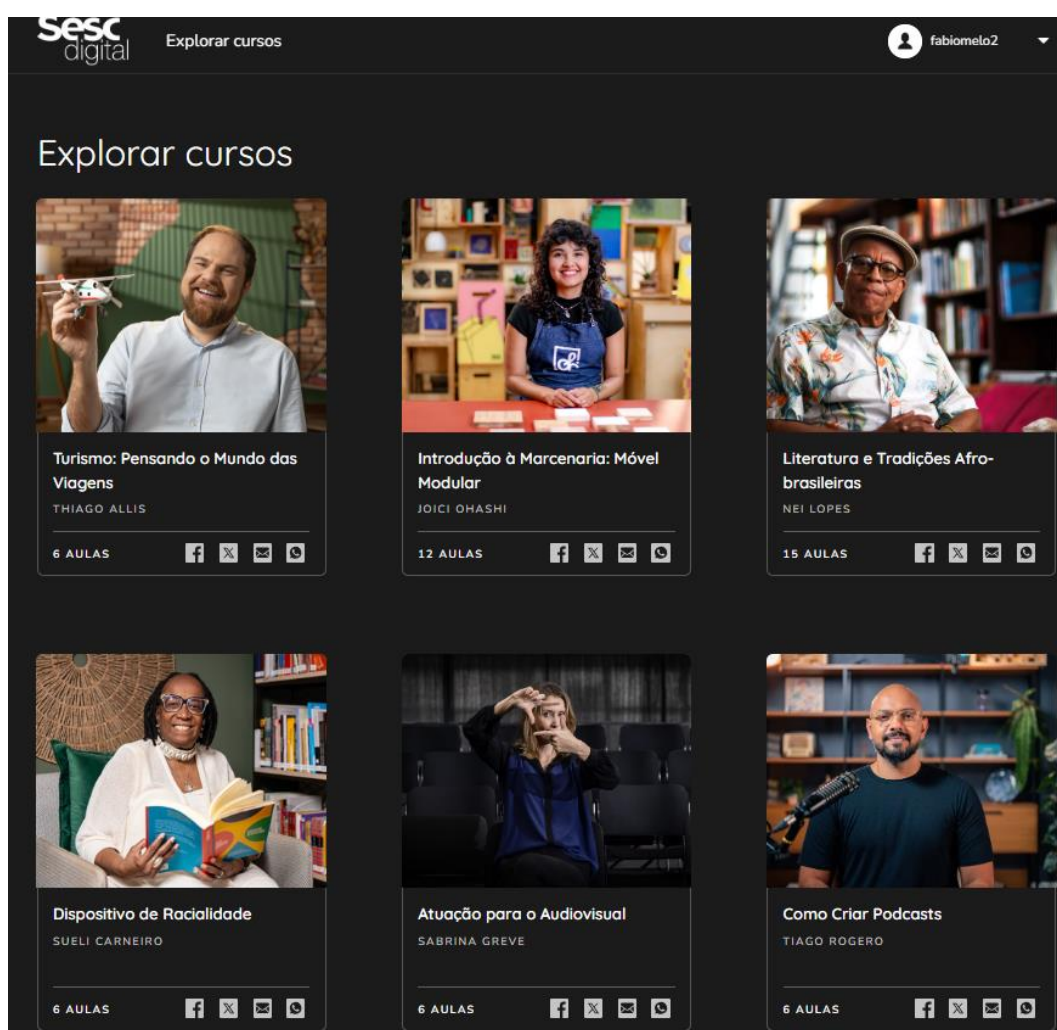


Figura 6 – Interface interna de curso na plataforma Sesc Digital, evidenciando mediação pedagógica centrada no design e na organização do conteúdo.

<https://ead.sesc.digital/cursos>

Fonte: Plataforma Sesc Digital (2025).

Ao mesmo tempo, essa forma de mediação produz silêncios curriculares relevantes. A análise dos conteúdos e de seus modos de apresentação evidencia a recorrente ausência de

problematizações explícitas sobre desigualdade digital, lógicas algorítmicas, monetização das plataformas e concentração de visibilidade. Esses temas não estão ausentes do debate institucional do Sesc, mas permanecem, na plataforma digital, fora do campo formativo explícito.

Tais silêncios não se apresentam como lacunas acidentais, mas como resultado de opções curatoriais e institucionais. Ao evitar o confronto direto com determinadas dimensões estruturais do ambiente digital, a plataforma preserva uma experiência formativa fluida, acessível e pouco conflitiva, alinhada à missão de democratização do acesso. Essa mesma opção, contudo, limita a possibilidade de uma formação crítica mais aprofundada sobre os próprios meios digitais que sustentam a experiência educativa.

Essa ambivalência torna-se ainda mais evidente na ausência de conteúdos que tensionem a própria plataforma como objeto de reflexão. O Sesc Digital oferece cursos, acervos e experiências mediadas por tecnologias, mas raramente convida o usuário a refletir criticamente sobre o funcionamento dessas tecnologias. O ambiente digital aparece como meio transparente, e não como objeto de problematização curricular, reforçando o que Apple (2006) denomina naturalização das estruturas, nas quais determinados condicionantes permanecem invisíveis justamente por operarem de forma eficiente.

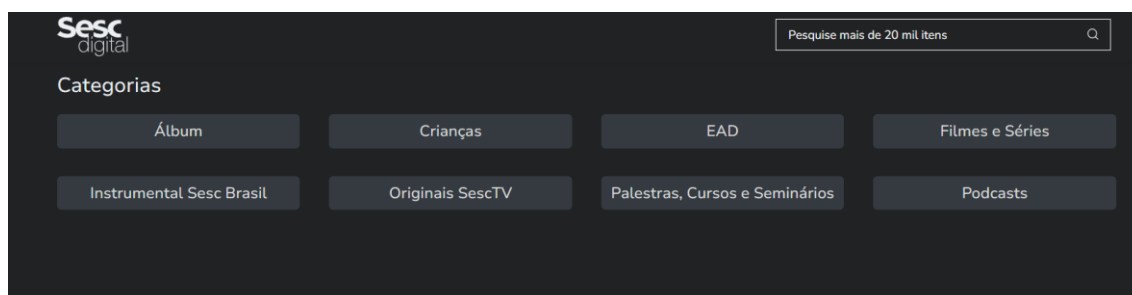


Figura 7 - Organização por categorias na plataforma Sesc Digital, indicando critérios curatoriais e possíveis silêncios curriculares.

<https://ead.sesc.digital/cursos>

Fonte: Plataforma Sesc Digital (2025).

A partir dessas observações, pode-se afirmar que a curadoria e a mediação no Sesc Digital produzem um currículo implícito marcado simultaneamente por potência formativa e contenção crítica. A plataforma amplia o acesso, legitima saberes diversos e valoriza a autonomia do sujeito, mas o faz a partir de escolhas que suavizam conflitos e evitam o enfrentamento direto de determinadas questões estruturais do campo digital.

Assumir esses silêncios como objeto de análise não implica desqualificar a proposta da plataforma, mas situá-la criticamente. Ao torná-los visíveis, evidencia-se o que opera nos interstícios do currículo, reforçando a ideia de que o currículo não se define apenas pelo que é ensinado, mas também pelo que é deixado de fora — e que essas ausências constituem, elas mesmas, atos curriculares.

Esses silêncios tornam-se particularmente evidentes quando o percurso formativo avança da construção narrativa para a etapa de circulação do conteúdo, especialmente no que se refere às plataformas de hospedagem, aos mecanismos de visibilidade e às condições de monetização.

Nesse sentido, a curadoria não apenas organiza o acesso, mas educa o olhar.

4.8 SÍNTESE ANALÍTICA

A articulação das análises desenvolvidas nos itens anteriores permite situar o Sesc Digital como um território curricular singular, no qual se combinam práticas de educação não formal, curadoria cultural e mediações tecnológicas próprias do ambiente digital. Essa configuração não decorre de um projeto curricular explícito ou normativo, mas de um conjunto de escolhas institucionais, pedagógicas e técnicas que, em interação, produzem modos específicos de aprender, circular e se apropriar do conhecimento. Tais percursos (curriculares) são planejados, discutidos internamente e com os técnicos externos convidados à operação dos cursos e, além disso, avaliados internamente sobre o cumprimento de seus objetivos propostos e dos não previstos e atingidos espontaneamente. São todos caminhos de um currículo, vivo, construído conjuntamente e avaliado institucionalmente.

Um primeiro eixo estruturante identificado ao longo da investigação é a centralidade da autonomia do sujeito. A plataforma aposta de forma consistente na capacidade do usuário de gerir seu próprio percurso formativo. A ausência de prazos rígidos, avaliações formais e controles sistemáticos de participação desloca o foco da ação educativa para a experiência vivida, aproximando-se de tradições da educação não formal que valorizam autoria, experimentação e liberdade de escolha. Essa autonomia, contudo, apresenta caráter ambivalente, na medida em que transfere ao sujeito a responsabilidade quase integral pela manutenção do vínculo educativo, o que tende a intensificar desigualdades pré-existentes relacionadas a tempo disponível, acesso tecnológico e capital cultural.

Um segundo eixo relevante diz respeito ao hibridismo entre cultura e educação. No Sesc Digital, os cursos não operam de forma isolada, mas inserem-se em um ecossistema no qual convivem espetáculos, acervos audiovisuais, textos editoriais e transmissões. Essa coexistência produz uma experiência formativa que rompe com a separação tradicional entre aprender e fruir, marca histórica da atuação institucional do Sesc. O currículo que emerge desse território não se organiza por disciplinas ou trilhas fechadas, mas por experiências de circulação, descoberta e recombinação de saberes. Trata-se de um currículo híbrido, no qual a aprendizagem se constrói tanto pela intencionalidade formativa dos cursos quanto pelo contato com outros conteúdos culturais.

Esse hibridismo, entretanto, também gera tensões curriculares. A fluidez que amplia possibilidades formativas pode, ao mesmo tempo, diluir a centralidade do processo educativo, exigindo do sujeito elevado grau de auto-organização. Além disso, a integração entre educação e cultura nem sempre é acompanhada por problematizações mais incisivas sobre as condições em que essas práticas se realizam no ambiente digital. A plataforma tende a operar como espaço de mediação transparente, no qual as tecnologias aparecem como meios funcionais, e não como objetos de reflexão curricular.

Nesse ponto, os silêncios curriculares identificados ao longo da análise assumem papel central. A ausência de tensionamentos explícitos sobre desigualdade digital, funcionamento algorítmico, monetização e concentração de visibilidade não se apresenta como acaso. Trata-se de resultado de opções curatoriais que priorizam uma experiência acessível, acolhedora e pouco conflitiva. Esses silêncios, contudo, estabelecem limites formativos relevantes, ao restringirem o alcance de uma educação digital orientada pela crítica estrutural. Conforme indicado pela teoria crítica do currículo, aquilo que não é tematizado também exerce função educativa, pois delimita o campo do pensável e do questionável.

A análise dos cursos “*Como Criar Podcasts*” e Iluminação Cênica, tomados como práticas curriculares situadas, evidencia essas tensões de modo convergente. Ambos constroem um currículo tecnicamente consistente, acessível e orientado à produção independente, fortalecendo autonomia e autoria dos sujeitos. Ao mesmo tempo, evitam problematizar de forma mais aprofundada as estruturas de poder que organizam o ecossistema digital no qual essas produções circulam. Essa combinação resulta em uma formação robusta no domínio do fazer, mas contida no enfrentamento crítico das condições estruturais da cultura digital.

Este capítulo demonstra, portanto, que o Sesc Digital produz um currículo não formal marcado pela ampliação do acesso, pela valorização da autonomia e pela articulação entre cultura e educação, ao mesmo tempo em que estabelece limites críticos decorrentes de

suas escolhas curatoriais e de mediação. Trata-se de um currículo que opera mais por arquitetura, visibilidade e circulação do que por prescrição explícita, educando tanto pelo que explicita quanto pelo que silencia. Ao tensionar autonomia, mediação e autoria no território digital, o Sesc Digital afirma-se como espaço formativo relevante, atravessado por ambivalências próprias da educação mediada por plataformas.

O reconhecimento dessas ambivalências não implica desqualificação da proposta institucional, mas sua leitura em chave analítica, considerando simultaneamente contribuições, limites e implicações para o campo do currículo e da educação não formal em ambientes digitais. As evidências examinadas nos dois cursos reforçam essas potencialidades e tensões. No capítulo seguinte, tais questões são retomadas sob a forma de contribuições ao campo, limites da pesquisa e implicações analíticas.

4.9 CATEGORIAS ANALÍTICAS DA PESQUISA

A leitura integrada do material empírico analisado neste capítulo permite explicitar as categorias analíticas que estruturam a interpretação do currículo digital não formal do Sesc Digital. Essas categorias não foram definidas a priori, mas emergiram do diálogo entre observação empírica, análise dos cursos selecionados, navegação sistemática pela plataforma e interlocução com a teoria crítica do currículo. Funcionam, portanto, como operadores analíticos que organizam e estabilizam os achados da pesquisa, conferindo inteligibilidade ao currículo em ação no território digital investigado.

Três categorias mostraram-se centrais para compreender as dinâmicas curriculares do Sesc Digital: autonomia do sujeito, hibridismo entre cultura e educação e silêncios curriculares. Em conjunto, elas permitem apreender tanto as potencialidades formativas quanto as tensões estruturais que atravessam essa experiência institucional de educação não formal mediada por tecnologias.

4.9.1 Autonomia do sujeito

A autonomia do sujeito configura-se como eixo estruturante do currículo digital do Sesc Digital. Ela se manifesta na ausência de avaliações classificatórias, na inexistência de certificação, na flexibilidade temporal e na possibilidade de o cursista organizar livremente seu percurso formativo. A plataforma opera a partir da premissa de que o sujeito é capaz de gerir

seu tempo, selecionar conteúdos e transformar a experiência formativa em prática significativa, sem dispositivos formais de controle ou acompanhamento pedagógico contínuo.

Essa centralidade da autonomia produz efeitos curriculares relevantes. Por um lado, amplia as possibilidades de autoria, experimentação e apropriação singular do conhecimento, alinhando-se à tradição da educação não formal e a concepções pedagógicas que valorizam a aprendizagem autodirigida. Por outro, desloca para o indivíduo a responsabilidade quase integral pela sustentação do vínculo educativo, o que pode intensificar desigualdades de acesso, permanência e aprofundamento formativo, sobretudo em contextos marcados por assimetrias de tempo, formação prévia e condições materiais de vida.

A autonomia, portanto, não se apresenta como valor unívoco, mas como princípio ambivalente: simultaneamente emancipador e exigente, potente e limitador, dependendo das condições concretas de apropriação do território digital pelos sujeitos

4.9.2 Hibridismo entre cultura e educação

A segunda categoria analítica refere-se ao hibridismo entre cultura e educação que estrutura o funcionamento do Sesc Digital. Os cursos não se organizam como unidades isoladas, mas integram um ecossistema no qual convivem acervos audiovisuais, espetáculos, textos editoriais, transmissões e atividades culturais diversas. Esse arranjo rompe com a separação tradicional entre fruição cultural e formação educativa, característica da atuação histórica do Sesc.

Do ponto de vista curricular, esse hibridismo produz uma experiência formativa baseada na circulação, na descoberta e na recombinação de saberes, em vez de percursos lineares ou disciplinarmente fechados. O currículo emerge menos como sequência prescrita e mais como campo de possibilidades, no qual o aprendizado ocorre tanto pela intencionalidade pedagógica dos cursos quanto pelo encontro fortuito com outros conteúdos culturais.

Entretanto, essa fluidez também gera tensões. A diluição de fronteiras entre cultura e educação amplia repertórios, mas pode enfraquecer a centralidade do processo formativo, exigindo do sujeito maior capacidade de auto-organização e atribuição de sentido à experiência. O hibridismo, assim, constitui simultaneamente uma potência curricular e um desafio pedagógico, especialmente em ambientes digitais marcados pela abundância de estímulos e pela fragmentação da atenção

4.9.3 Silêncios curriculares

A terceira categoria diz respeito aos silêncios curriculares produzidos pelas escolhas curatoriais e de mediação da plataforma. Esses silêncios não se configuram como ausências acidentais, mas como efeitos de decisões institucionais que priorizam determinados conteúdos, linguagens e abordagens em detrimento de outras. Ao organizar o visível e o acessível, a curadoria define também aquilo que permanece fora do campo de problematização explícita.

No caso do Sesc Digital, os silêncios tornam-se particularmente evidentes na escassa tematização de questões estruturais do ambiente digital, como desigualdade de acesso, governança algorítmica, concentração de visibilidade, monetização e relações entre cultura, trabalho e plataformas. Embora essas dimensões atravessem materialmente a experiência educativa digital, elas raramente aparecem como objeto direto de reflexão curricular nos cursos analisados.

Esses silêncios contribuem para a construção de uma experiência formativa fluida, acolhedora e pouco conflitiva, coerente com o compromisso institucional de ampliação do acesso. Ao mesmo tempo, limitam o alcance de uma formação digital mais crítica, ao naturalizar o funcionamento das tecnologias que sustentam o próprio território educativo. Nesse sentido, os silêncios curriculares operam como atos curriculares, pois delimitam o horizonte do pensável e do questionável no interior da experiência formativa.

Em conjunto, as categorias de autonomia do sujeito, hibridismo entre cultura e educação e silêncios curriculares permitem compreender o Sesc Digital como um território curricular híbrido, atravessado por potencialidades formativas significativas e por tensões estruturais próprias da educação não formal mediada por plataformas. Explicitá-las não significa reduzir a complexidade da experiência analisada, mas oferecer um quadro analítico que organiza e sustenta a interpretação desenvolvida ao longo do capítulo, criando as condições para o diálogo com as implicações teóricas e institucionais discutidas no capítulo seguinte.

Nesse território educativo digital, também se evidenciam silêncios curriculares que não se apresentam como ausências acidentais, mas como efeitos das escolhas que estruturam a plataforma. Um primeiro silêncio refere-se às condições materiais de acesso, já que a organização dos cursos pressupõe conectividade estável, dispositivos adequados e familiaridade com navegação digital, elementos que permanecem fora da problematização pedagógica. Um segundo silêncio diz respeito às mediações humanas, pouco visíveis na experiência formativa, uma vez que a ênfase em percursos autoinstrucionais reduz a presença

de interlocução, acompanhamento ou construção coletiva do conhecimento. Observa-se ainda o silêncio sobre os processos de produção dos próprios conteúdos, raramente tematizados como construções situadas, marcadas por decisões técnicas, estéticas e institucionais que influenciam o que se ensina e como se ensina. Por fim, destaca-se o silêncio relativo às desigualdades culturais e de repertório, pois, ao propor acesso aberto e autônomo, a plataforma tende a pressupor disposições prévias de leitura, escuta e fruição que não são igualmente distribuídas entre os públicos. Esses silêncios não invalidam a potência formativa do Sesc Digital, mas revelam que também no ambiente online o currículo se constitui tanto pelo que torna visível quanto pelo que permanece à margem da enunciação pedagógica.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite compreender o Sesc Digital não apenas como uma iniciativa de difusão cultural em ambiente virtual, mas como um território curricular no qual se materializam decisões pedagógicas, técnicas e institucionais que organizam experiências formativas específicas. Ao examinar a origem do projeto, seus objetivos, a estrutura dos cursos e as formas de mediação propostas, evidencia-se que a plataforma opera por meio de escolhas que definem o que se torna visível, acessível e pedagogicamente valorizado, configurando percursos de aprendizagem coerentes com o campo da educação não formal e com a tradição institucional do Sesc São Paulo.

Ao mesmo tempo, a leitura curricular do ambiente digital revela que essas escolhas não são neutras nem universais. A organização dos conteúdos, a ênfase em percursos autônomos, a centralidade dos materiais audiovisuais e a lógica de acesso sob demanda produzem possibilidades formativas, mas também delimitam modos de participação, ritmos de aprendizagem e formas de relação com o conhecimento. Nesse sentido, o Sesc Digital se apresenta como expressão contemporânea de um currículo em ação, no qual mediação cultural, tecnologia e intencionalidade educativa se entrelaçam na produção de experiências que ampliam repertórios, mas que também carregam silêncios, pressupostos e fronteiras.

Assim, o capítulo evidencia que a territorialidade digital do currículo não se reduz ao uso de tecnologias, mas se constitui na arquitetura das escolhas que sustentam a plataforma. É nesse entrelaçamento entre acesso ampliado, mediação institucional e disputas de sentido que o Sesc Digital se consolida como objeto legítimo de análise curricular, abrindo caminho para as reflexões finais desta pesquisa sobre as potencialidades e os limites da educação não formal mediada por tecnologias digitais.

5 CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E IMPLICAÇÕES DA PESQUISA

5.1 RETOMADA DO PERCURSO INVESTIGATIVO E DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa partiu da inquietação em compreender de que modo práticas educativas mediadas por tecnologias digitais, situadas fora do sistema escolar formal, produzem currículos e experiências formativas significativas. O foco recaiu sobre o Sesc Digital, compreendido não apenas como uma plataforma de oferta de conteúdos, mas como um território curricular digital no qual se articulam escolhas institucionais, curadorias culturais, mediações técnicas e trajetórias autorais que orientam o encontro entre sujeitos e saberes.

O problema de pesquisa que orientou o trabalho pode ser sintetizado na seguinte questão: como se constituem as práticas curriculares na educação não formal digital, a partir da experiência vivida na plataforma Sesc Digital, e quais concepções de currículo, autoria, mediação e autonomia emergem desse contexto? Para enfrentar essa questão, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, ancorada na teoria crítica do currículo e orientada pela compreensão de que o currículo não se esgota em prescrições formais, mas se realiza nas práticas, nos usos e nas experiências concretas dos sujeitos.

Conforme delineado no Capítulo 2, a metodologia da pesquisa articulou três procedimentos principais: a observação prolongada da plataforma, a análise documental dos materiais dos cursos e a produção de diários de bordo, entendidos como registros reflexivos da experiência de navegação, acesso e apropriação dos conteúdos. Esses instrumentos não foram utilizados como fins em si mesmos, mas como meios para apreender o currículo em sua dimensão vivida, relacional e situada, em consonância com as contribuições de Gimeno Sacristán (2000) e com abordagens qualitativas que valorizam a experiência como fonte legítima de conhecimento.

A escolha dos cursos *“Como Criar Podcasts”* e *“Iluminação Cênica”* como objetos empíricos centrais respondeu a critérios metodológicos explicitados previamente: ambos são formações gratuitas, ofertadas no mesmo ambiente institucional, mas vinculadas a campos culturais distintos — a mídia sonora digital e as artes cênicas — o que permitiu observar diferentes modos de organização curricular, mediação pedagógica e autoria no interior da mesma plataforma. Essa opção possibilitou uma análise comparativa implícita, não no sentido de hierarquizar os cursos, mas de evidenciar a diversidade de práticas curriculares presentes no Sesc Digital.

O percurso empírico realizado confirmou a pertinência da abordagem metodológica adotada. A observação da navegação revelou que o currículo não se constrói apenas no interior das aulas, mas também na arquitetura da plataforma, nas hierarquias de visibilidade, nos caminhos de acesso e nas escolhas curatoriais que orientam o olhar do usuário. Os diários de bordo permitiram registrar essas experiências de forma reflexiva, evitando tanto a descrição superficial quanto a abstração teórica desvinculada do objeto. A análise documental, por sua vez, possibilitou compreender como os conteúdos são organizados, que valores são comunicados explicitamente e quais silêncios curriculares permanecem implícitos.

Ao longo do Capítulo 4, esses procedimentos metodológicos se articularam de maneira coerente com o proposto inicialmente. A análise do curso “*Como Criar Podcasts*” evidenciou um currículo orientado pela clareza procedimental, pela acessibilidade dos meios e pela valorização da autoria e da produção independente, enquanto a análise do curso *Iluminação Cênica* revelou um currículo centrado na formação do olhar, na historicização da técnica e na compreensão da iluminação como linguagem estética e dramaturgica. Em ambos os casos, a autoria dos cursos e as mediações institucionais do Sesc mostraram-se elementos centrais na constituição do currículo vivido.

Dessa forma, o percurso investigativo desenvolvido confirma que a metodologia adotada foi adequada para responder ao problema de pesquisa proposto. Ao privilegiar a experiência situada, a observação prolongada e a análise qualitativa, foi possível compreender o currículo da educação não formal digital não como um conjunto de conteúdos isolados, mas como um processo em disputa, atravessado por tensões entre autonomia e mediação, ampliação do acesso e contenção crítica, autoria e institucionalidade. Essa retomada do percurso investigativo estabelece, assim, as bases para a explicitação das contribuições, limites e implicações da pesquisa, que serão desenvolvidas nos itens seguintes deste capítulo

5.2 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARA O CAMPO DO CURRÍCULO

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa indicam que uma de suas contribuições centrais ao campo do currículo reside na ampliação do próprio escopo de problematização curricular. Ao eleger o Sesc Digital como objeto empírico, o estudo desloca o olhar tradicionalmente concentrado na escola e nos sistemas formais de ensino, evidenciando que práticas curriculares também se constituem de modo consistente em ambientes culturais, digitais e não escolares. Esse deslocamento não nega a centralidade histórica da escola, mas

afirma que os processos formativos contemporâneos se organizam em múltiplos territórios, nos quais o currículo assume formas menos prescritivas e mais relacionais.

Nesse movimento, a pesquisa reafirma empiricamente a noção de currículo como prática vivida, conforme formulada por José Gimeno Sacristán (2000). A análise dos cursos e dos percursos possíveis na plataforma evidencia que o currículo não se limita aos conteúdos explicitamente ofertados, mas se produz na interação entre sujeitos, mediações técnicas, linguagens culturais e decisões institucionais. O currículo emerge, assim, nas experiências concretas de navegação, escolha, apropriação e circulação dos saberes, o que reforça a pertinência de abordagens curriculares sensíveis ao uso, ao contexto e à experiência como dimensões constitutivas da formação.

Outra contribuição relevante diz respeito à compreensão da curadoria como ato curricular. A pesquisa demonstrou que as escolhas curatoriais — aquilo que é destacado, organizado, hierarquizado ou silenciado na plataforma — exercem papel estruturante na constituição do currículo digital. A curadoria não opera apenas como organização técnica de conteúdos, mas como prática educativa que orienta o olhar do usuário, delimita percursos possíveis e define fronteiras simbólicas para a experiência formativa. Ao explicitar esse processo, o estudo amplia o debate curricular ao incorporar a curadoria cultural e digital como dimensão analítica legítima no campo do currículo.

A análise da autoria dos cursos constitui igualmente uma contribuição significativa. Ao tratar os autores não apenas como especialistas transmissores de conteúdos, mas como mediadores curriculares, a pesquisa evidencia como trajetórias profissionais, repertórios culturais e escolhas pedagógicas se inscrevem diretamente no currículo vivido. Nos cursos analisados, a autoria revelou-se determinante na configuração dos percursos formativos, nos valores comunicados implicitamente e nos modos de relação com o conhecimento. Essa leitura reforça que a autoria integra o processo curricular, especialmente em contextos não formais e digitais, nos quais a figura docente tradicional é substituída por outras formas de mediação.

A pesquisa também contribui ao evidenciar tensões curriculares próprias da educação não formal digital. Ao mesmo tempo em que os cursos analisados ampliam o acesso, valorizam a autonomia do sujeito e legitimam práticas autorais, tornam visíveis silêncios curriculares relacionados às estruturas políticas, econômicas e tecnológicas que organizam o ecossistema digital. Ao nomear essas tensões sem desqualificar as experiências analisadas, o trabalho sustenta uma abordagem crítica do currículo que reconhece simultaneamente suas potencialidades formativas e seus limites estruturais, evitando leituras idealizadas ou meramente instrumentais da educação mediada por tecnologias.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre autores da teoria crítica do currículo e a análise empírica de uma plataforma cultural digital contribui para atualizar o debate curricular frente às transformações recentes das práticas educativas. O diálogo com Paulo Freire, Miguel Arroyo, Michael Apple e José Gimeno Sacristán, a partir de objetos não escolares, demonstra a vitalidade desses referenciais para interpretar experiências formativas emergentes, reafirmando a atualidade de categorias como currículo vivido, território, poder curricular, mediação e práxis em ambientes digitais.

Outra contribuição relevante consiste na incorporação de uma leitura interseccional ao exame do currículo em contextos não formais digitais. Ainda que a interseccionalidade não tenha sido mobilizada como eixo teórico autônomo, ela atravessa a análise ao considerar como dimensões de classe, raça, território e acesso aos meios de produção cultural se articulam nas experiências investigadas. A gratuidade dos cursos, a valorização de narrativas historicamente marginalizadas, a centralidade da autoria e as condições materiais de produção cultural evidenciam que o currículo vivido no Sesc Digital se constitui em um campo de disputas no qual desigualdades não desaparecem, mas são reconfiguradas no ambiente digital.

A pesquisa propõe, assim, uma leitura do currículo como processo em disputa, especialmente em ambientes digitais institucionais. O Sesc Digital emerge como território no qual se articulam compromissos educativos, políticas culturais, limites institucionais e possibilidades formativas concretas. Ao tornar visíveis essas dinâmicas, o estudo oferece subsídios teóricos e empíricos para que o campo do currículo incorpore, de modo mais consistente, a análise de práticas educativas não formais e digitais, ampliando o horizonte de investigação e de intervenção curricular

5.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA PARA A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E PARA O CAMPO DA CULTURA

Além das contribuições ao campo do currículo, esta pesquisa oferece aportes relevantes para a compreensão da educação não formal e de suas articulações com o campo da cultura, especialmente em experiências mediadas por tecnologias digitais. Ao tomar o Sesc Digital como objeto empírico, o estudo evidencia que a educação não formal não se configura como espaço residual ou complementar à escola, mas como um campo educativo legítimo, dotado de intencionalidades pedagógicas, escolhas institucionais e formas próprias de mediação cultural.

A análise desenvolvida permite situar a educação não formal como território marcado pela flexibilidade organizacional, pela diversidade de linguagens e pela centralidade da experiência do sujeito. Nos cursos analisados, a ausência de avaliações classificatórias, certificações obrigatórias ou percursos rígidos não implica ausência de rigor formativo nem em baixo compromisso com a aprendizagem do usuário. Ao contrário, revela uma concepção de formação que aposta na autonomia, no interesse e no engajamento do cursista como elementos estruturantes do processo educativo. Essa característica reforça a compreensão de que a educação não formal opera a partir de lógicas distintas das da escolarização tradicional, sem que isso represente menor densidade pedagógica ou fragilidade formativa.

No campo da cultura, a pesquisa contribui ao evidenciar o papel do Sesc como instituição educativa ampliada, cuja atuação histórica se funda na articulação entre cultura, educação e cidadania. O Sesc Digital se apresenta, nesse sentido, não como ruptura com a trajetória institucional, mas como desdobramento de uma política de animação sociocultural que reconhece a cultura como espaço de aprendizagem, formação e produção de sentidos. Ao ofertar cursos gratuitos em áreas como podcasting e iluminação cênica, a instituição reafirma sua vocação para democratizar o acesso a saberes culturais e técnicos tradicionalmente restritos a circuitos especializados.

Essa leitura dialoga com Machado (2025), ao destacar que a transposição de ações presenciais para o ambiente digital exige o reconhecimento explícito da intencionalidade educativa dessas iniciativas. Segundo a autora, a eficácia formativa das experiências on-line depende de escolhas pedagógicas conscientes e do envolvimento das equipes na construção de mediações adequadas ao ambiente digital, evitando tanto a simples reprodução de modelos presenciais quanto a redução das ações a conteúdos informativos.

A pesquisa também evidencia que a educação não formal digital, tal como praticada no Sesc Digital, opera a partir de um hibridismo entre fruição cultural e formação educativa. Cursos, espetáculos, acervos e conteúdos editoriais coexistem no mesmo ambiente, produzindo experiências formativas que não separam rigidamente aprender e fruir. Esse hibridismo amplia as possibilidades de aprendizagem e de circulação de saberes, ao mesmo tempo em que exige do sujeito um papel ativo na construção de seu percurso, reforçando a centralidade da autonomia e da auto-organização na experiência educativa.

Outro aporte relevante diz respeito à autoria cultural como dimensão formativa. Nos cursos analisados, os autores não se limitam à transmissão de conhecimentos técnicos, mas compartilham modos de pensar, valores e éticas profissionais construídas ao longo de suas trajetórias no campo cultural. Essa mediação autoral contribui para a formação de sujeitos

capazes de compreender a cultura como prática social, histórica e situada, e não apenas como produto de consumo. No curso Iluminação Cênica, por exemplo, a valorização da colaboração, da historicização da técnica e da dimensão estética da luz amplia a formação para além da execução instrumental, qualificando o olhar de artistas e espectadores.

Ao mesmo tempo, a pesquisa torna visíveis os limites e tensões que atravessam a educação não formal digital no campo da cultura. Embora o Sesc Digital amplie o acesso e legitime saberes diversos, determinados temas — como as condições de trabalho no campo cultural, a precarização profissional e os efeitos estruturais da digitalização — permanecem menos explicitados nos cursos analisados. Esses silêncios não devem ser interpretados como falhas pontuais, mas como resultado de opções institucionais que buscam preservar uma experiência formativa acessível e pouco conflitiva, ainda que isso restrinja a problematização de determinadas dimensões estruturais.

Nesse sentido, a pesquisa aqui descrita e analisada não se opõe nem desvaloriza as ações regulares, estruturadas e com produtos que emitem titulação do trabalho da educação formal à distância, antes a presente pesquisa oferece subsídios para a reflexão sobre políticas e práticas de educação cultural mediadas por tecnologias de amplo espectro e com finalidades culturais genéricas. Ao evidenciar simultaneamente as potencialidades e os limites do Sesc Digital como espaço formativo, o estudo aponta para a necessidade de compreender a educação não formal digital como campo estratégico para a formação cultural, especialmente em contextos marcados por desigualdades de acesso à educação e à cultura. A análise reforça, assim, o papel das instituições culturais públicas e paraestatais na construção de experiências educativas comprometidas com a ampliação do repertório cultural, a autonomia dos sujeitos e a formação cidadã.

5.4 IMPLICAÇÕES DA PESQUISA PARA O CAMPO DA MÍDIA-EDUCAÇÃO E PARA AS PRÁTICAS DIGITAIS

Embora esta pesquisa esteja ancorada no campo do currículo e da educação não formal, os achados empíricos aqui produzidos dialogam diretamente com debates presentes na mídia-educação, especialmente no que se refere à autoria, às linguagens culturais e às mediações formativas em ambientes digitais. Assim, este item não representa um deslocamento teórico do estudo, mas a explicitação de aproximações possíveis entre a análise curricular

desenvolvida e contribuições do campo da mídia-educação, entendida como espaço de reflexão sobre práticas educativas mediadas por tecnologias e processos comunicacionais.

As implicações discutidas neste item derivam diretamente das categorias analíticas consolidadas ao final do capítulo anterior — autonomia do sujeito, hibridismo entre cultura e educação e silêncios curriculares. Essas categorias não operam apenas como chaves interpretativas do Sesc Digital, mas permitem tensionar criticamente o campo da mídia-educação e das práticas digitais em contextos institucionais não escolares. Ao analisar cursos e mediações formativas ancoradas em linguagens culturais específicas, como o podcast e a iluminação cênica, torna-se possível observar como essas dimensões estruturam modos de aprender, produzir e circular saberes no ambiente digital.

Um primeiro aspecto relevante diz respeito à centralidade da autoria e da linguagem nas experiências analisadas. Tanto no curso “*Como Criar Podcasts*” quanto no curso “*Iluminação Cênica*”, a tecnologia aparece subordinada à expressão autoral, e não como finalidade em si mesma. O domínio técnico é apresentado como condição para a construção de narrativas, estéticas e projetos próprios, o que aproxima essas experiências de uma concepção de mídia-educação orientada à produção de sentidos e à autoria cultural, e não apenas ao consumo de conteúdos digitais.

As experiências analisadas também dialogam com debates sobre letramento midiático, entendido como a capacidade de compreender, produzir e interpretar criticamente linguagens e processos comunicacionais mediados por tecnologias. Nos cursos observados, o aprendizado técnico não se dissocia da construção de sentidos, da autoria e da inserção cultural das produções, o que aproxima essas práticas de perspectivas formativas que superam o uso instrumental das mídias. Ainda que o letramento midiático não constitua o eixo teórico central desta pesquisa, sua aproximação com as categorias de autoria, mediação e currículo vivido amplia a compreensão das aprendizagens que se realizam na educação não formal digital.

Essa perspectiva dialoga com o que Fernando José de Almeida define como hibridismo crítico, ao defender práticas educativas que integrem tecnologias digitais sem reduzi-las a soluções instrumentais ou a modelos centrados na eficiência técnica (ALMEIDA et al., 2025). Nas experiências analisadas, o digital não substitui a dimensão cultural, estética ou relacional da formação; ao contrário, atua como prolongamento de práticas culturais historicamente situadas, preservando o valor do processo, da autoria e da reflexão sobre o fazer.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que a mídia-educação, mesmo quando orientada por princípios formativos consistentes, se realiza em meio a tensões estruturais próprias do ambiente digital. A organização da plataforma, a ausência de espaços sistemáticos

de interação entre cursistas e a neutralidade aparente das etapas de circulação dos conteúdos revelam limites que não podem ser desconsiderados. Esses elementos configuram uma experiência formativa que amplia o acesso e valoriza a autonomia, mas que também desloca para o sujeito a responsabilidade quase integral pela sustentação de seu percurso, produzindo uma autonomia que, em determinadas condições, pode se aproximar do isolamento formativo.

A crítica aos modelos centralizadores, em geral plataformizados, gerencialistas e insípidos trazido pelos ambientes de aprendizagem esterilizantes do prazer de aprender, de aprendizagens sem significado fica aqui registrado como outra questão a ser debatida pelos projetos curriculares sejam eles formais, sejam informais.

Nesse ponto, destaca-se a análise de Neri (2025) sobre a plataformização na rede estadual paulista de educação básica, marcada por uma “cultura do controle” exercida por meio de dashboards de gestão e materiais pedagógicos altamente prescritivos — dinâmica que compromete a autonomia docente e aprofunda desigualdades socioeducativas. Em contraste, o Sesc Digital não opera sob uma lógica gerencialista de vigilância e padronização, o que evidencia diferenças substantivas entre regimes de plataforma. Enquanto no contexto analisado por Neri predominam métricas de desempenho, rastreamento contínuo e controle algorítmico dos percursos formativos, o Sesc Digital estrutura-se a partir de uma lógica cultural e curatorial, com baixa prescrição de trajetos e ausência de monitoramento individualizado.

Essa distinção é central para evitar generalizações sobre o papel das plataformas na educação. A pesquisa demonstra que nem toda mediação digital implica controle ou instrumentalização do currículo, assim como nem toda ampliação da autonomia assegura, por si só, uma formação crítica. O Sesc Digital ocupa uma posição intermediária e autônoma nesse espectro, na qual a ausência de mecanismos de controle convive com a ausência de problematizações explícitas sobre as condições políticas, econômicas e tecnológicas que estruturam o próprio ambiente digital. Tal oposição se constrói pela própria finalidade da instituição de cultura, de lazer e qualidade de vida, e não de educação formal.

Do ponto de vista da mídia-educação, esse achado aponta para a necessidade de avançar em práticas que articulem produção cultural, domínio técnico e reflexão crítica sobre o ecossistema digital. Embora os cursos analisados promovam autoria e expressão, temas como a lógica algorítmica das plataformas de distribuição, os modelos de monetização, a precarização do trabalho cultural e as disputas por visibilidade permanecem pouco explorados. Esses silêncios não anulam o valor formativo das experiências, mas indicam campos relevantes de aprofundamento pedagógico.

Essas implicações tornam-se ainda mais complexas quando observadas a partir de uma perspectiva interseccional, na qual desigualdades de acesso, condições materiais de produção cultural e disputas por visibilidade digital afetam de maneira diferenciada sujeitos e grupos sociais.

As implicações desta pesquisa para as práticas digitais indicam, portanto, que experiências de educação não formal mediadas por tecnologias podem constituir alternativas relevantes aos modelos hegemônicos de educação digital, desde que reconheçam explicitamente seus limites e potencialidades. O Sesc Digital evidencia a possibilidade de construir práticas formativas ancoradas na cultura, na autoria e na ampliação do acesso, sem aderir integralmente às lógicas de controle e performatividade que caracterizam outros processos de plataformação educacional. Ao mesmo tempo, torna visível que o fortalecimento de uma educação não formal em ambiente digital mais crítica exige não apenas acesso às tecnologias, mas a inserção deliberada da reflexão sobre as estruturas que sustentam sua utilização.

As categorias de autonomia, hibridismo e silêncios curriculares, identificadas na análise empírica do Sesc Digital, revelam-se produtivas não apenas para compreender o funcionamento interno da plataforma, mas também para problematizar os rumos da aprendizagem em ambientes digitais institucionais, especialmente quando a ampliação do acesso não é acompanhada por um enfrentamento crítico das estruturas que organizam a circulação cultural.

5.5 LIMITES DA PESQUISA

Como toda investigação de natureza qualitativa e interpretativa, esta pesquisa apresenta limites que precisam ser explicitados, não como fragilidades do trabalho, mas como condições inerentes às escolhas metodológicas e aos recortes assumidos ao longo do percurso investigativo. Reconhecer tais limites constitui parte do rigor científico e contribui para situar adequadamente o alcance dos resultados apresentados.

Um primeiro limite diz respeito ao recorte empírico adotado. A análise concentrou-se em dois cursos específicos da plataforma Sesc Digital — *“Como Criar Podcasts”* e *“Iluminação Cênica”* — observados a partir de um período delimitado de navegação e acompanhamento. Embora esses cursos tenham sido selecionados por sua relevância cultural, diversidade de linguagens e potencial analítico, eles não esgotam a complexidade nem a

diversidade de práticas formativas presentes na plataforma. Desse modo, as conclusões desta pesquisa não pretendem representar a totalidade das experiências do Sesc Digital, mas iluminar aspectos significativos de seu funcionamento curricular.

Outro limite refere-se à ausência da escuta direta dos cursistas. A opção metodológica privilegiou a análise da experiência de navegação, dos materiais dos cursos e das mediações institucionais e autorais, sem a realização de entrevistas ou questionários com participantes. Essa escolha possibilitou uma leitura aprofundada do currículo em sua dimensão vivida a partir do olhar do pesquisador, mas restringiu a incorporação de percepções, apropriações e usos efetivos dos cursos por parte dos diferentes públicos. Investigações futuras poderão enriquecer esse campo ao incluir as vozes dos cursistas e suas trajetórias formativas.

A pesquisa também não se propôs ter acesso a dados internos da plataforma, como métricas de acesso, permanência, conclusão ou engajamento dos usuários. A ausência dessas informações limita análises mais detalhadas sobre o alcance quantitativo dos cursos e sobre padrões de uso do ambiente digital. Ainda assim, essa restrição é coerente com a abordagem qualitativa adotada, que não buscou medir desempenho ou eficácia, mas compreender sentidos, experiências e concepções curriculares.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao lugar do pesquisador. A análise foi conduzida a partir de uma posição de pesquisador-praticante, com trajetória profissional vinculada ao campo cultural e ao Sesc. Essa condição favoreceu uma leitura situada, sensível às práticas institucionais e aos valores em circulação, mas exigiu atenção constante para evitar leituras excessivamente naturalizadas ou acríticas. O recurso à teoria crítica do currículo, bem como a explicitação dos procedimentos metodológicos, constituiu estratégia fundamental para tensionar esse lugar e sustentar o distanciamento analítico necessário à pesquisa acadêmica.

Reconhece-se, ainda, como delimitação da investigação o fato de que determinadas dimensões estruturais da educação digital — como a lógica algorítmica, os modelos econômicos das plataformas de distribuição de conteúdo e as transformações no mundo do trabalho cultural — foram abordadas de forma indireta. Embora essas questões tenham sido consideradas relevantes, especialmente no diálogo com a mídia-educação crítica, elas não constituíram o foco central da pesquisa. Tal escolha foi necessária para preservar a coerência do objeto e do recorte empírico, ao mesmo tempo em que aponta para campos férteis de aprofundamento em estudos posteriores.

Os limites aqui explicitados não comprometem a consistência dos resultados, mas delimitam seu alcance e reforçam a necessidade de compreender o currículo na educação não formal digital como um fenômeno complexo, situado e em permanente construção. Ao tornar

visíveis essas condições, a pesquisa se apresenta como contribuição aberta ao diálogo e ao aprofundamento crítico.

5.6 POSSIBILIDADES DE APROFUNDAMENTO E PESQUISAS FUTURAS

Os resultados desta pesquisa indicam que a educação não formal em ambiente digital, especialmente quando articulada a instituições culturais como o Sesc, constitui um campo fértil para investigações futuras no âmbito do currículo e das políticas culturais em ambiente digital. As análises desenvolvidas não pretendem esgotar as interpretações possíveis sobre o objeto, mas abrir caminhos para novos recortes, abordagens metodológicas e problematizações capazes de desdobrar e complexificar os achados apresentados.

Uma primeira possibilidade de investigação refere-se à ampliação do corpus empírico. Estudos futuros podem incorporar outros cursos do Sesc Digital, contemplando diferentes áreas do conhecimento e linguagens culturais, como artes visuais, literatura, corpo e saúde. Essa ampliação permitiria observar com maior abrangência regularidades e variações das práticas curriculares presentes na plataforma, contribuindo para uma leitura mais consistente de seus princípios formativos, curatoriais e pedagógicos.

Outra vertente relevante diz respeito à escuta direta dos sujeitos participantes. Pesquisas que incluam entrevistas, grupos focais ou etnografias digitais com cursistas podem aprofundar a análise dos modos de apropriação, ressignificação e uso dos conteúdos ofertados. A incorporação dessas vozes permitiria tensionar e complementar a leitura do currículo vivido a partir do olhar do pesquisador, ampliando o diálogo entre a experiência institucional e as trajetórias formativas dos usuários.

Também se apresenta como campo promissor a realização de estudos comparativos que articulem o Sesc Digital a outras plataformas culturais e educativas, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias. Esse tipo de abordagem pode contribuir para identificar diferentes regimes de mediação digital, níveis de prescrição curricular, modelos de curadoria e concepções de autonomia, situando o Sesc Digital em um espectro mais amplo de experiências de educação mediada por tecnologias.

Do ponto de vista metodológico, há espaço para o desenvolvimento de pesquisas de caráter longitudinal, capazes de acompanhar transformações na plataforma ao longo do tempo. Alterações na arquitetura digital, nas estratégias curatoriais ou nas diretrizes institucionais podem revelar deslocamentos nas concepções curriculares e educativas,

permitindo analisar o currículo digital como processo histórico e dinâmico, e não como estrutura estática.

Outro eixo de aprofundamento refere-se à articulação entre currículo, educação não formal e mundo do trabalho cultural. Investigações futuras podem explorar de maneira mais direta como formações mediadas por plataformas digitais impactam trajetórias profissionais, práticas autorais e modos de inserção no campo cultural, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações entre formação, produção cultural e condições materiais de trabalho.

Ao indicar esses desdobramentos, reconhece-se que esta pesquisa se insere em um campo em consolidação, no qual o currículo se desloca para além dos espaços escolares e se reconfigura em territórios híbridos, digitais e culturais. As investigações aqui sugeridas não se colocam como correção de lacunas, mas como continuidade de um debate que ganha centralidade diante das transformações educacionais, tecnológicas e culturais em curso.

5.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrar esta dissertação implica retomar a inquietação que a originou: compreender de que modo práticas educativas mediadas por tecnologias digitais, situadas fora do espaço escolar tradicional, produzem sentidos formativos, currículos e experiências de aprendizagem. Ao longo do percurso investigativo, buscou-se demonstrar que o conceito de currículo não se restringe a prescrições formais ou a documentos normativos, mas se realiza nas práticas culturais, nas mediações institucionais e nas experiências vividas pelos sujeitos em contextos específicos. Nesse movimento, o Sesc Digital mostrou-se um território particularmente expressivo para observar essas dinâmicas em funcionamento.

A análise da plataforma e dos cursos “*Como Criar Podcasts*” e “*Iluminação Cênica*” evidenciou que a educação não formal digital pode produzir currículos densos e significativos, ancorados na autoria, na autonomia dos sujeitos e na valorização de linguagens culturais diversas. Longe de operar como simples repositório de conteúdos, o Sesc Digital configura-se como um espaço no qual escolhas curatoriais, trajetórias autorais e mediações técnicas organizam percursos formativos singulares. Esses percursos não são neutros nem universais; são atravessados por valores, silêncios e disputas que expressam tanto compromissos institucionais quanto limites próprios do ambiente digital.

A adoção de uma abordagem qualitativa e interpretativa, sustentada pela teoria crítica do currículo, permitiu evidenciar que o currículo vivido na educação não formal digital

se constrói em tensão permanente entre ampliação do acesso e contenção crítica, entre autonomia e mediação, entre autoria e institucionalidade. Essas tensões não configuram falhas do modelo analisado, mas constituem traços estruturantes de práticas educativas que se desenvolvem em contextos culturais e tecnológicos complexos. Reconhecê-las foi fundamental para evitar leituras idealizadas ou reducionistas da educação mediada por plataformas digitais.

A trajetória profissional e formativa que atravessa este trabalho também se inscreve nessas considerações finais. O lugar de pesquisador-praticante, explicitado metodologicamente, possibilitou uma leitura situada do objeto, atenta às práticas institucionais e aos valores em circulação, sem renunciar ao distanciamento crítico exigido pela pesquisa acadêmica. Essa posição demandou atenção constante aos limites entre envolvimento e análise e reforçou a compreensão de que o conhecimento produzido no campo da educação é sempre relacional, histórico e situado.

Do ponto de vista acadêmico, esta dissertação contribui para o debate curricular ao afirmar práticas educativas não formais e digitais como objetos legítimos de investigação. Ao analisar uma plataforma cultural institucional, o trabalho reafirma a necessidade de pensar o currículo para além da escola, considerando os múltiplos territórios nos quais se produzem aprendizagens, subjetividades e formas de participação cultural. Tal ampliação não dilui o campo do currículo; ao contrário, fortalece-o ao evidenciar sua capacidade de interpretar e dialogar com transformações educacionais e culturais em curso.

A pesquisa se encerra com a convicção de que a educação não formal no ambiente digital, quando orientada por princípios de democratização do acesso, valorização da autoria e compromisso cultural, pode constituir um espaço relevante de formação humana. Ao mesmo tempo, permanece o desafio de aprofundar a dimensão crítica dessas práticas, incorporando de maneira mais explícita o debate sobre as estruturas tecnológicas, econômicas e sociais que atravessam o ambiente digital. É nesse campo de possibilidades e tensões que se situam as contribuições deste trabalho, entendido não como ponto de chegada definitivo, mas como parte de um processo contínuo de investigação, reflexão e diálogo com o campo da educação.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Beth. Mediação cultural, educação e tecnologias digitais. São Paulo: Sesc São Paulo, 2022.

ALMEIDA, Beth; SILVA, Maria da Graça; ALMEIDA, Fernando José de. Um diálogo crítico sobre educação híbrida na realidade brasileira: três olhares. Revista FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 34, n. 78, 2025.

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Currículo e tecnologias: desafios e perspectivas. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 75-87, nov. 2010.

ALMEIDA, Fernando José de. Licença para criticar: escolas, tecnologias e educação. São Paulo: Cajuína, 2025.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. 18. ed. Campinas: Papirus, 2013.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro, 2005.

APPLE, Michael W. Educação e poder. Porto Alegre: Artmed, 2012.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, Michael W. A luta pela democracia na educação crítica. Currículo sem Fronteiras, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 488-498, set./dez. 2017.

ARROYO, Miguel González. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel González. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTIVEGNA, Marisa. Iluminação Cênica. São Paulo: Sesc Digital, 2020. Disponível em: <https://ead.sescsp.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Comércio (Sesc). Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946.

CETIC.BR. TIC Domicílios 2019: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

- DAVIS, Angela. *Liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. *A questão da educação formal/não-formal*. Sion: Institut International des Droits de l'Enfant, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills: Sage, 1985.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- KRUSE, Thaís Cristina. *Educação não formal democrática no YouTube: três estudos de caso*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos I. da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÉVY, Pierre. *Inteligência Coletiva*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.
- MACHADO, Cláudia Dias Perez. *Onde está a educação? A tradução do curso “O pintor letrista” para o ambiente on-line*. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.
- MIRANDA, Danilo Santos de. *Educação, cultura e cidadania: o papel do Sesc*. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, n. 1, nov. 2015.
- NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. *La plataformización de la educación básica en la red estatal de São Paulo (Brasil) y los desafíos para una gestión orientada a la justicia social*. Revista Española de Educación Comparada, [s. l.], n. 48, p. 380-398, extra 2025.
- NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR). *Desigualdade digital: o desafio de acessar a Internet nas regiões mais afastadas*. São Paulo, 31 jan. 2022.
- OLIVEIRA, Achilles A.; SILVA, Yara F. *Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital*. Educação em Questão, v. 60, n. 64, p. 1–18, 2022.

PAULICS, Adriana Reis. Ler o mundo: o jornalismo na perspectiva da ação educativa – um estudo sobre a Revista E do Sesc São Paulo. Revista Extraprensa, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 265-283, jan./jun. 2023.

PAULICS, Adriana Reis. Ler o mundo: o jornalismo na perspectiva da ação educativa – um estudo sobre a Revista E do Sesc São Paulo. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

PRETTO, Nelson De Luca. Educação e redes sociais: a cultura digital na escola. Salvador: EDUFBA, 2017.

ROGERO, Tiago. “*Como Criar Podcasts*”. São Paulo: Sesc Digital, 2020. Disponível em: <https://ead.sescsp.org.br/>. Acesso em: 10 jan. 2026.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SESC. Carta da Paz Social. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Sesc, 2012 [1946].

SESC. Educação permanente: diretrizes institucionais. Rio de Janeiro: Sesc, 2012.

SESC SÃO PAULO. Sesc Digital. São Paulo: Sesc São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://www.sesc.digital>. Acesso em: jan. 2026.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

TRILLA, Jaume. A educação não formal. Tradução de Elie Ghanem. São Paulo: Cortez, 2008.

UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação. Brasília: UNESCO, 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

7 APÊNDICE

DIÁRIO 01 — Imersão, experiência de uso e deslocamentos do olhar

- **Data da Observação:** outubro 2025.
- **Objeto:** Interface da plataforma Sesc Digital e aula inaugural do curso "*Como Criar Podcasts*".
- **Registro Descritivo:** O acesso ocorre sob a dualidade pesquisador-usuário. A plataforma apresenta uma arquitetura sóbria, sem dispersões comerciais ou estímulos visuais excessivos. O curso inicia com a contextualização do podcast como fenômeno de democratização comunicacional. A navegação é fluida, conduzindo o ingressante diretamente ao conteúdo pedagógico sem barreiras burocráticas ou financeiras.

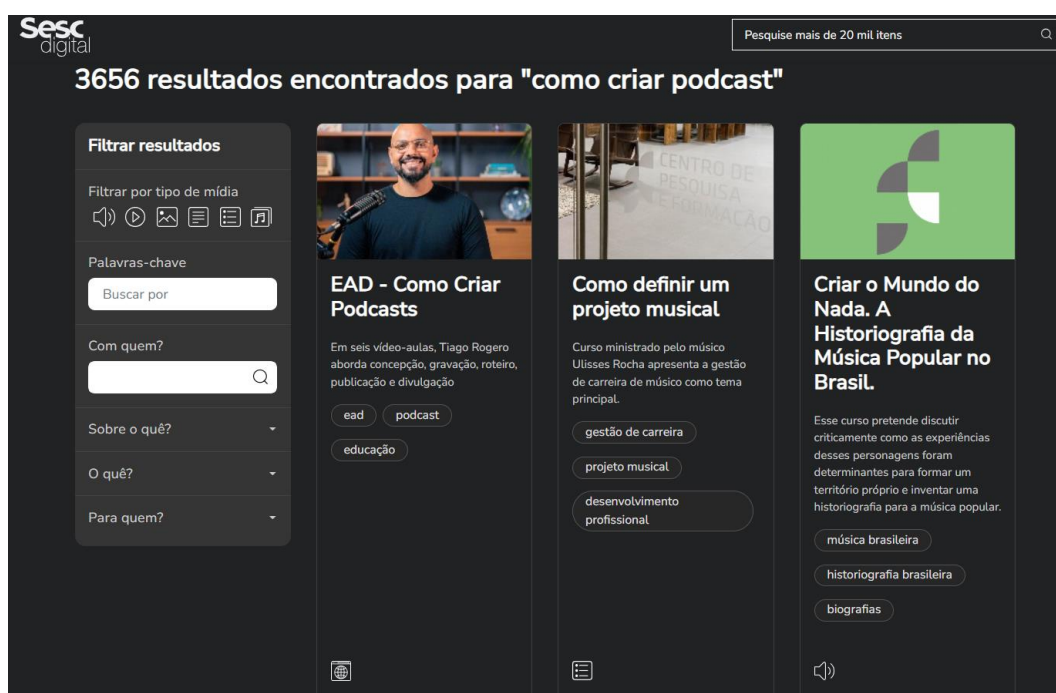


Figura 8: Home page do Sesc Digital destacando a seção "Cursos" e a miniatura do curso de Podcast, evidenciando a limpeza visual do design.

- **Reflexão Analítica:** A experiência inicial revela que o currículo se manifesta antes mesmo da primeira instrução técnica. A **arquitetura da informação** da plataforma opera como um dispositivo de acolhimento que reduz a ansiedade tecnológica e favorece a permanência, configurando uma territorialidade digital que não se anuncia como pedagógica, mas exerce função formativa ao organizar o acesso.

Há uma clara tentativa de deslocar o sujeito da posição de consumidor para a de produtor cultural. Esta convocação à autoria dialoga com a **práxis freiriana**: aprender é o exercício de "tomar a palavra". Todavia, emerge uma tensão analítica relevante: ao mobilizar produções consagradas como modelos de excelência, o curso estabelece um horizonte de expectativas que pode entrar em conflito com a promessa de democratização. Essas referências legitimadas no campo simbólico impõem parâmetros técnicos e materiais que nem sempre são acessíveis ao usuário comum.

Portanto, o **currículo vivido** (conforme Sacristán) revela-se nas entrelinhas: o que se ensina não é apenas a técnica do áudio, mas um modo específico de representação e legitimação cultural. A plataforma, longe de ser neutra, constrói um território que convida e orienta, mas que também delimita o "sujeito ideal" pressuposto pela instituição. Este primeiro contato inaugura uma observação sensível às continuidades e aos silêncios que atravessam a educação não formal no ciberespaço.

DIÁRIO 02 — Progressão pedagógica, linguagem e mediação do conhecimento.

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Progressão temática e estratégias de linguagem do mediador (Tiago Rogero).
- **Registro Descritivo:** A observação desloca-se do impacto inicial para a análise da continuidade pedagógica. Identifica-se uma lógica de encadeamento temático que sustenta o ritmo e a postura do educador. A linguagem adotada evita o tecnicismo rígido, partindo de situações cotidianas e experiências de escuta intuitivas. Os conceitos centrais são retomados de forma espiralada ao longo dos módulos, servindo como reforço para a aprendizagem assíncrona.

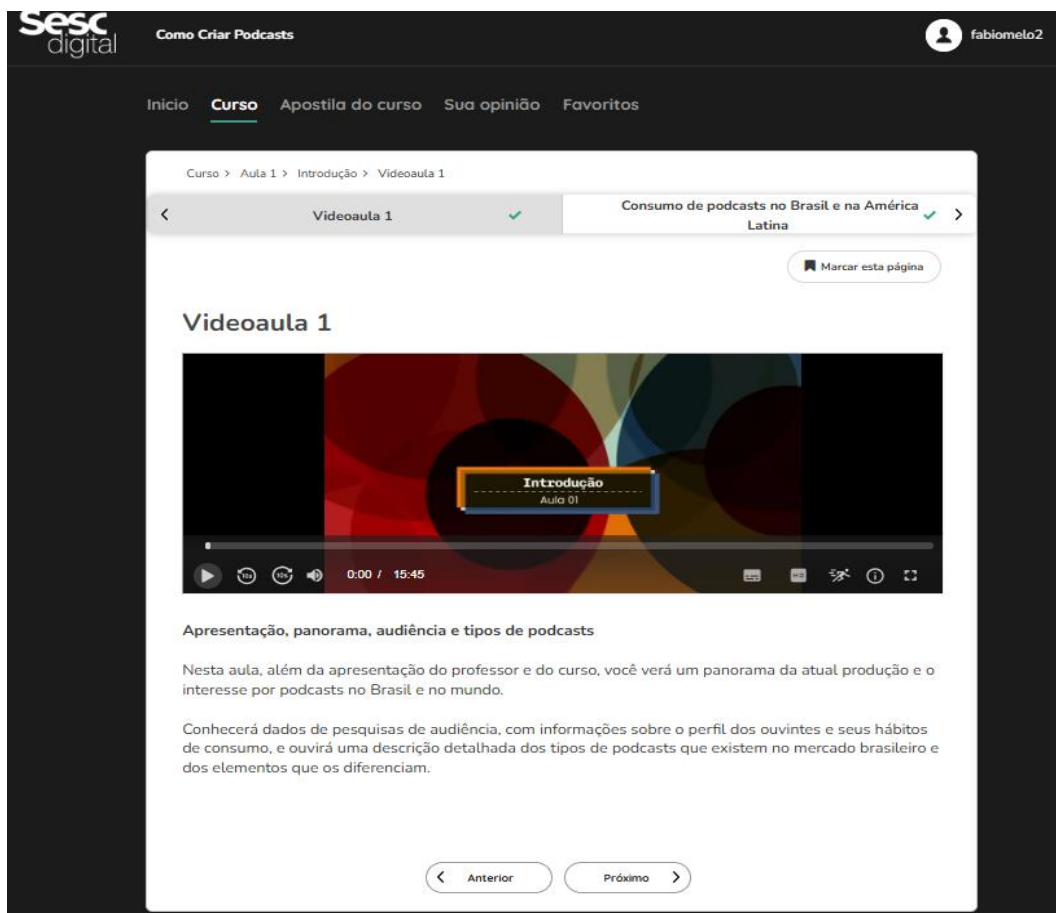


Figura 9: Frame da transição entre módulos ou slide de objetivos da aula, ilustrando a organização sequencial e a identidade visual constante do curso.

- **Reflexão Analítica:** A experiência de navegação revela que a organização do curso opera como uma **mediação silenciosa**. Em ambientes digitais, marcados pela fragmentação e pela dispersão, a coerência na estrutura curricular atua como um dispositivo de sustentação do engajamento. Não se observa apenas uma sucessão de conteúdos, mas a construção de um "caminho formativo" que mitiga a ansiedade do aprendiz e confere sentido à permanência.

A interpelação do sujeito ocorre de forma horizontal, aproximando-se da **concepção freireana de diálogo**. Ao reconhecer o repertório prévio do cursista e utilizar uma linguagem de proximidade, o mediador valida saberes informais, transformando o ato de ensinar em uma partilha orientada. Esta escolha pedagógica é política: ela remove o estigma da "falta de conhecimento" e posiciona o indivíduo como um sujeito capaz de produzir cultura a partir de sua realidade.

Entretanto, a análise curricular evidencia escolhas deliberadas sobre o que é priorizado e o que é secundarizado. Ao privilegiar a possibilidade da autoria com recursos

limitados, o curso promove o **conhecimento poderoso** — aquele que gera agência e autonomia — mas, simultaneamente, impõe limites à complexidade técnica do campo. Essa tensão reflete o *ethos* institucional do Sesc: o compromisso com a democratização dos meios de produção sonora em detrimento de uma formação puramente tecnicista ou excludente.

DIÁRIO 03 — Aula 1: Panorama, cibercultura e a validação do discurso.

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Videoaula 1 – "Apresentação, panorama, audiência e tipos de podcast".
- **Registro Descritivo:** A aula inaugural estabelece as bases teóricas e históricas do formato. Através de recursos multimodais (infográficos e exemplos reais), o mediador detalha o ecossistema da mídia sonora, as tipologias de programas e o perfil sociodemográfico da audiência brasileira. O foco recai na contextualização do podcast como uma ferramenta de expressão contemporânea.

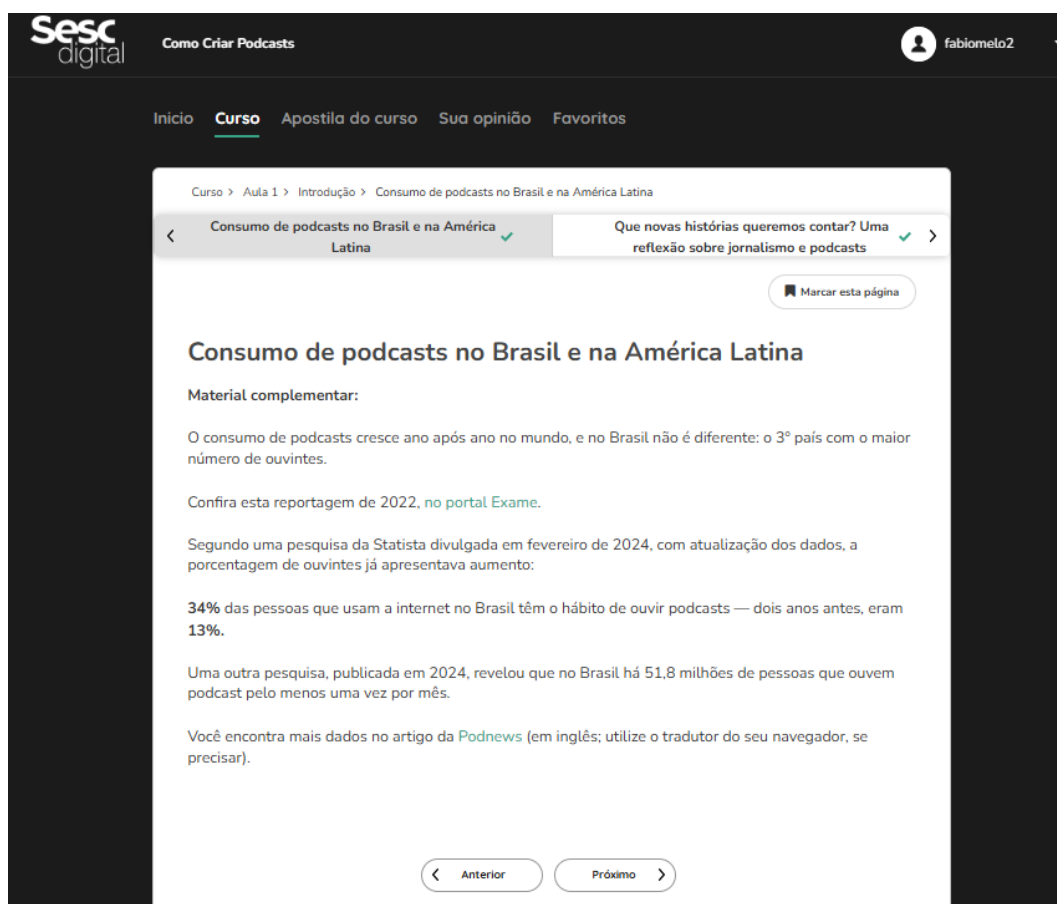


Figura 9: Frame da videoaula apresentando o slide sobre o "Ecossistema do Podcast no Brasil" ou as diferentes categorias de programas mencionados.

- **Reflexão Analítica:** Esta etapa do curso opera uma função essencial de **validação do discurso**. Ao situar o podcast dentro de um panorama histórico e social, o currículo reconhece o áudio como um suporte legítimo de memória e produção de sentido. Não se ensina apenas a operar uma mídia, mas a reconhecer o ciberespaço como um ambiente de valores sociais e atitudes, e não meramente como um conjunto de técnicas de transmissão.

A análise deste módulo revela a inserção do aprendente na **cibercultura**. O conhecimento aqui transposto não é puramente instrumental; ele é relacional. Ao compreender quem ouve e por que ouve, o cursista é estimulado a desenvolver uma consciência sobre o seu lugar de fala no ambiente digital. A multimodalidade da plataforma (vídeo, texto e imagem) reforça essa imersão, permitindo que a teoria se materialize em representações visuais que facilitam a apreensão do fenômeno comunicacional como um todo.

DIÁRIO 04 — Aula 2: Planejamento e a comunicação como projeto intencional.

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Videoaula 2 – "Produzindo podcasts" (Etapas de planejamento e definição de escopo).
- **Registro Descritivo:** O conteúdo programático desta aula concentra-se na pré-produção. São abordados temas como a definição do público-alvo, a escolha do formato (narrativo, entrevista ou mesa-redonda) e a periodicidade. O mediador enfatiza a necessidade de um documento de planejamento que sirva de guia para a execução técnica e editorial.

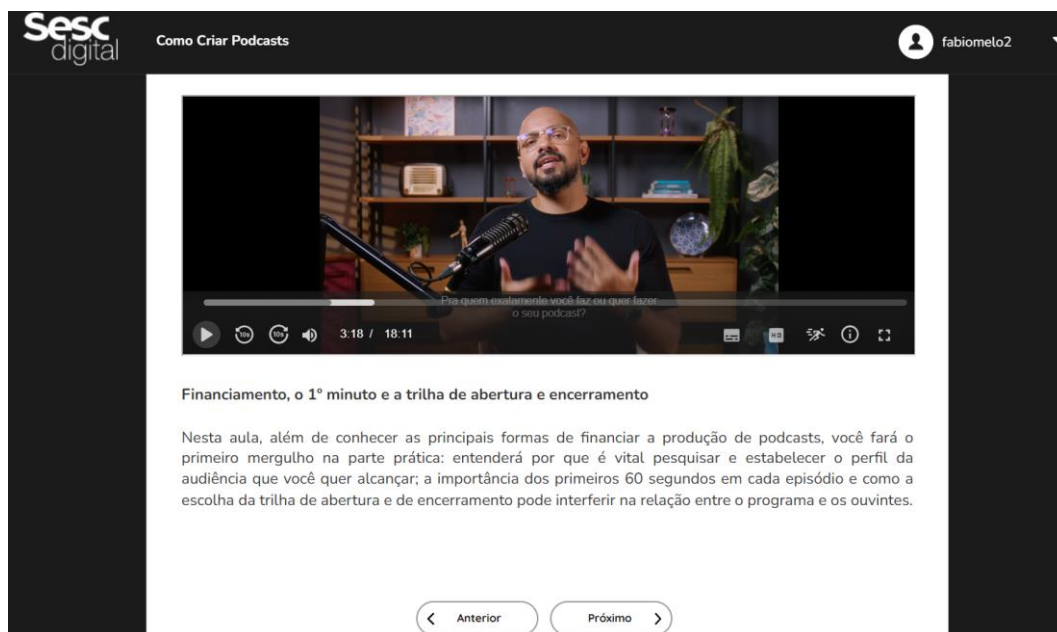


Figura 10: Frame da aula onde o instrutor apresenta um roteiro de perguntas-chave para o planejamento (Quem é o público? Qual o objetivo? Qual a frequência?).

- **Reflexão Analítica:** Este módulo revela um **currículo implícito de responsabilidade social**. Ao tratar o podcast como um projeto estruturado, e não apenas como uma gravação informal, a plataforma promove o entendimento da comunicação como um **ato intencional**. A clareza procedimental oferecida pelo curso reduz a distância simbólica entre o sujeito e a tecnologia: o domínio do "como fazer" retira o véu de complexidade que muitas vezes afasta o cidadão comum da produção mediática.

A ênfase no planejamento reflete o desenvolvimento da **autonomia do sujeito**. Ao fornecer ferramentas de organização, o curso capacita o cursista a transformar sua intenção comunicativa em uma práxis concreta. A mediação pedagógica aqui atua na sistematização do pensamento, garantindo que a "tomada da palavra" seja acompanhada de uma consciência sobre o impacto e o alcance do discurso no território digital.

Pontos de Destaque na Consolidação:

- **Redução da Distância Simbólica:** Este é um conceito central para sua análise. Significa que, ao explicar o passo a passo, o curso torna a produção de mídia algo "possível" para qualquer pessoa.

- **Ato Intencional:** Reforça a ideia de que comunicar no ciberespaço exige consciência e método, elevando o nível da educação não formal oferecida pelo Sesc.
- **Sistematização do Pensamento:** Conecta a técnica do podcast com o desenvolvimento cognitivo e organizacional do estudante.

DIÁRIO 05 — Aula 3: Sonoplastia, semiótica e a estética do sentido

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Videoaula 3 – "Trilha sonora" (Sonoplastia, efeitos e direitos autorais).
- **Registro Descritivo:** A aula aborda a utilização de trilhas musicais e efeitos sonoros como elementos de pontuação e ambientação narrativa. O conteúdo explora a dimensão técnica da edição de som e a dimensão legal, orientando sobre o uso de obras sob licença *Creative Commons* e domínio público para garantir a viabilidade jurídica da produção.

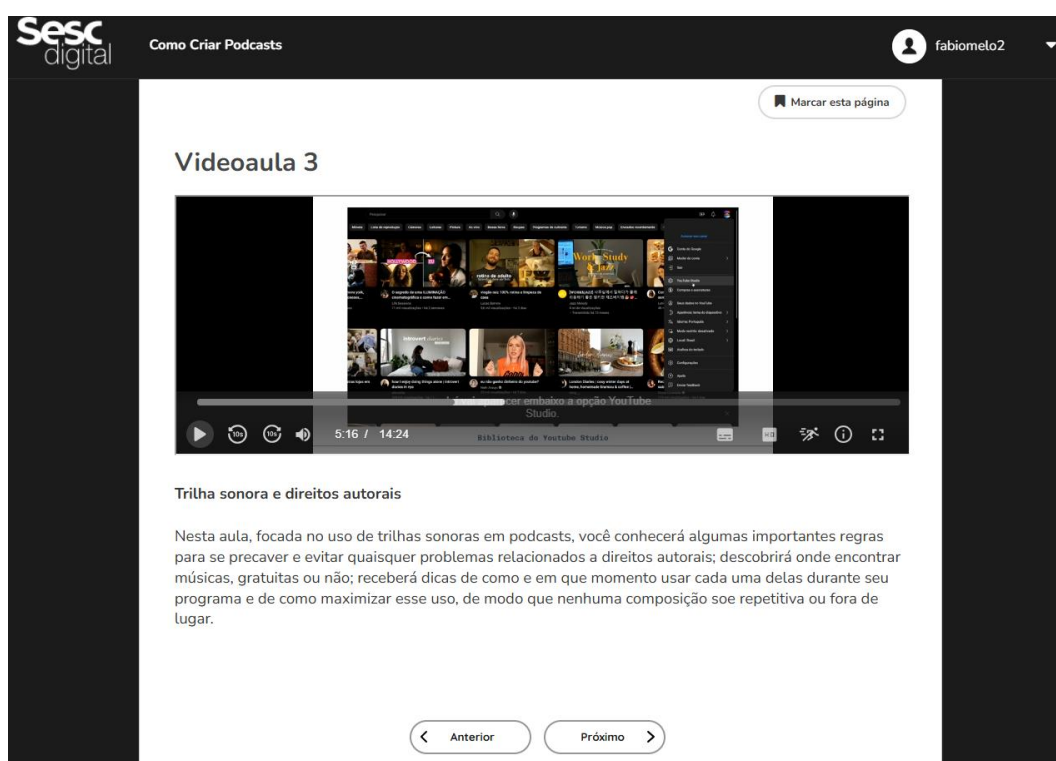


Figura 11: Interface da aula apresentando exemplos de bibliotecas de áudio gratuitas ou o instrutor demonstrando a sobreposição de voz e trilha em um software de edição.

- **Reflexão Analítica:** Este módulo exemplifica o **hibridismo entre cultura e educação**. A sonoridade é integrada ao currículo não como um adereço ornamental, mas como um componente que organiza valores e modos de leitura do mundo. A técnica de edição é

apresentada como uma forma de **semiose**, onde a escolha de uma trilha ou efeito sonoro carrega uma intencionalidade que molda a percepção do ouvinte.

Ao discutir direitos autorais e licenças abertas, a plataforma exerce uma função educativa fundamental na cibercultura: a alfabetização ética para o uso de recursos digitais. O currículo promove, assim, uma sensibilidade artística que não se descola da responsabilidade técnica. A "estética do sentido" aqui trabalhada reforça a ideia de que o podcast é uma construção arquitetônica de sons, onde cada silêncio ou acorde cumpre uma função pedagógica e comunicacional dentro do projeto de autoria do sujeito.

Destaques da Consolidação:

- **Semiose Sonora:** Introduzi o conceito de semiose para explicar que o som produz sentido e não é apenas "música de fundo".
- **Hibridismo:** Reforcei como o Sesc funde o ensino da técnica (edição) com a difusão cultural (estética musical).
- **Alfabetização Ética:** Conectei o tema dos direitos autorais à formação de um cidadão digital consciente.

DIÁRIO 06 — Aula 4: Técnicas de gravação e a ética da escuta

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Videoaula 4 – "Técnicas de gravação" (Captação de áudio, microfones e ambientes).
- **Registro Descritivo:** O módulo foca na dimensão prática da produção: escolha do ambiente para evitar reverberações, posicionamento do microfone e uso de dispositivos acessíveis, como smartphones e gravadores portáteis. O instrutor demonstra que a qualidade técnica é alcançável sem a necessidade de estúdios profissionais de alto custo.

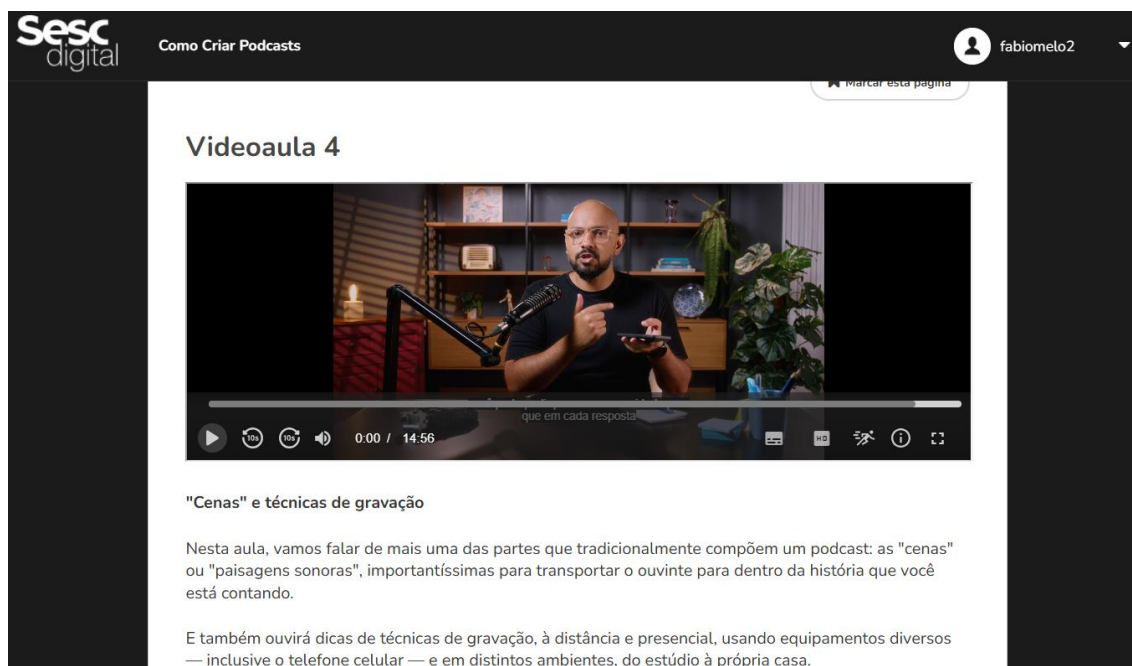


Figura 11: Frame demonstrando o uso de um smartphone como gravador de alta qualidade ou o uso de filtros 'pop filter' improvisados, reforçando a ideia de acessibilidade técnica.

- **Reflexão Analítica:** A técnica de gravação é apresentada nesta etapa não apenas como um conjunto de procedimentos operacionais, mas como uma **ética da escuta**. Garantir a integridade do áudio é interpretado como um gesto de respeito ao interlocutor e ao ouvinte, otimizando a recepção da mensagem. Ao desmistificar o uso de equipamentos complexos e validar o uso de dispositivos cotidianos, o currículo opera uma **alfabetização tecnológica** que remove o estigma da insuficiência técnica.

Essa mediação pedagógica é essencialmente emancipatória. Ao transpor o domínio técnico para o campo do possível, o currículo promove a autonomia do sujeito, permitindo que ele se reconheça como um autor legítimo. O domínio dos meios de produção, conforme discutido na teoria curricular crítica, é o que permite ao indivíduo deixar de ser um consumidor passivo para se tornar um produtor de cultura capaz de intervir no território digital com qualidade e intencionalidade.

DIÁRIO 07 — Aulas 5 e 6: Roteiro, Edição e Silêncios Curriculares.

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Videoaulas 5 e 6 – "Roteiro" e "Edição, publicação e divulgação".

- **Registro Descritivo:** O percurso finaliza com a organização textual do episódio (roteiro como espinha dorsal) e as etapas de pós-produção. São apresentados processos de corte, mixagem e exportação em formatos compatíveis com os agregadores. A aula 6 detalha o fluxo de distribuição via RSS e a publicação em grandes plataformas de *streaming*.



Figura 12: Esquema visual demonstrando o fluxo de um arquivo de áudio do computador do autor até os agregadores digitais via Feed RSS.

- **Reflexão Analítica:** A sistematização do roteiro e da edição consolida a **autonomia do "fazer"**. Ao tratar o roteiro como uma ferramenta organizacional, o currículo instrumentaliza o sujeito para que sua voz não seja apenas ouvida, mas estruturada logicamente. Contudo, é nesta fase de publicação que emergem os **silêncios curriculares**. O curso é tecnicamente potente, mas evita problematizar as lógicas algorítmicas, os modelos de monetização e a concentração de poder das grandes corporações que gerem a distribuição digital.

Esta opção pedagógica privilegia uma experiência de usuário fluida e produtiva, porém secundariza a formação de um olhar crítico sobre a **infraestrutura do ciberespaço**. O silêncio sobre a opacidade dos algoritmos e a governança de dados define o limite desta formação: ela capacita para a inserção no mercado e na cultura digital, mas não necessariamente para a contestação das estruturas de poder que regem esses mesmos territórios. A mediação

foca na democratização da produção, deixando a democratização da distribuição como um campo ainda não explorado.

DIÁRIO 08 — Síntese da jornada: educação não formal e a consolidação da autonomia

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Consolidação das observações do curso "*Como Criar Podcasts*" e análise dos materiais complementares (PDFs).
- **Registro Descritivo:** Finalização do percurso formativo após a imersão nas seis videoaulas. A plataforma disponibiliza roteiros de apoio e guias técnicos para consulta permanente. Diferente de sistemas de ensino tradicionais, não há a imposição de avaliações somativas ou prazos de conclusão, permitindo que o progresso seja gerido inteiramente pelo cursista.

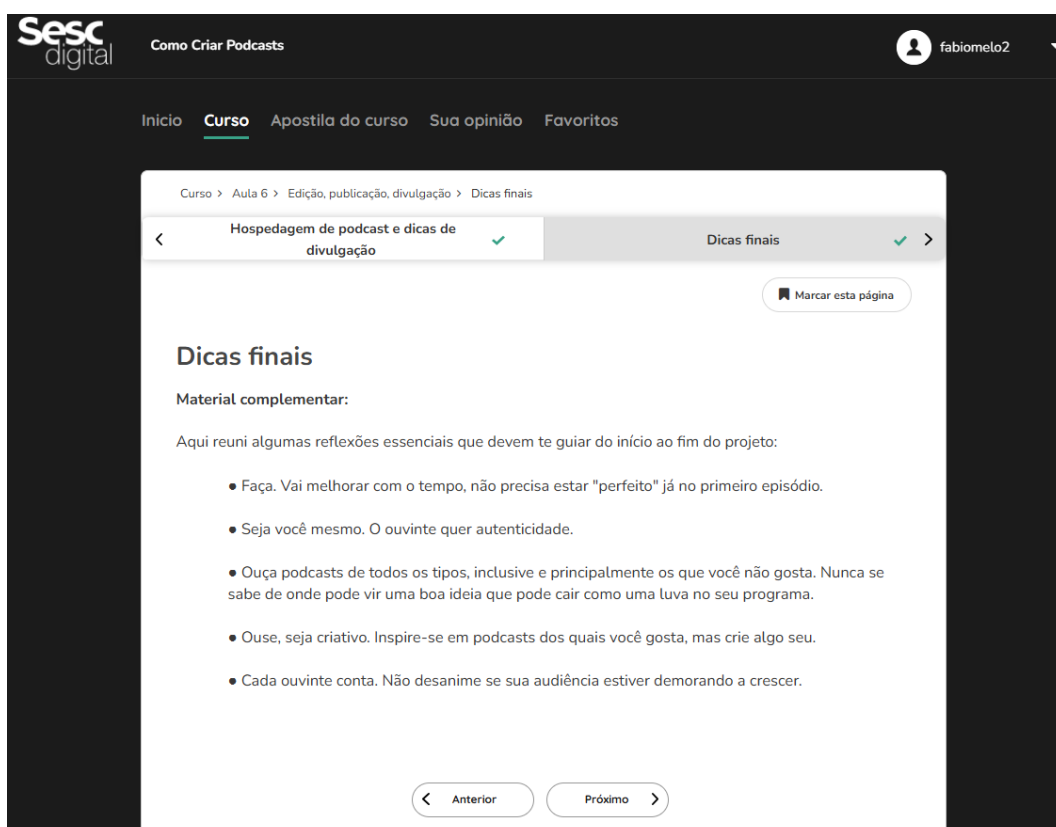


Figura13: Tela de encerramento do curso ou a seção de materiais para download, evidenciando a oferta de conteúdos que estendem a aprendizagem para além do vídeo.

- **Reflexão Analítica:** A síntese deste percurso revela a eficácia do Sesc Digital como um ecossistema de **educação ao longo da vida**. A ausência de avaliações classificatórias

não enfraquece o aprendizado; pelo contrário, reforça o caráter da educação não formal, onde o currículo é vivido conforme o interesse e a prontidão do sujeito. A autonomia, aqui, não é apenas um método, mas o objetivo final: o curso entrega ao aluno a "chave" dos meios de produção, mas deixa a ele a responsabilidade pela construção do sentido.

Ao concluir esta etapa, percebe-se que a plataforma atua como um catalisador de **agência**. O conhecimento sistematizado nos diários anteriores — da territorialidade à técnica — converge para a formação de um produtor cultural consciente. Este "currículo em ação" demonstra que a mediação digital, quando bem estruturada, é capaz de romper a passividade do espectador, transformando-o em um autor apto a habitar e intervir nas esferas da cibercultura.

DIÁRIO 09 — Tradução do saber físico para o território digital.

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.
- **Objeto:** Introdução ao curso "Iluminação Cênica" e trajetória de Marisa Bentivegna.
- **Registro Descritivo:** O curso propõe a transposição de um saber técnico-artístico tradicionalmente presencial para o ambiente virtual. A instrutora, Marisa Bentivegna, apresenta uma visão interdisciplinar da luz, integrando conceitos de publicidade, desenho industrial e dança. A estrutura inicial foca na percepção da luz como elemento construtor do espaço e da narrativa visual.

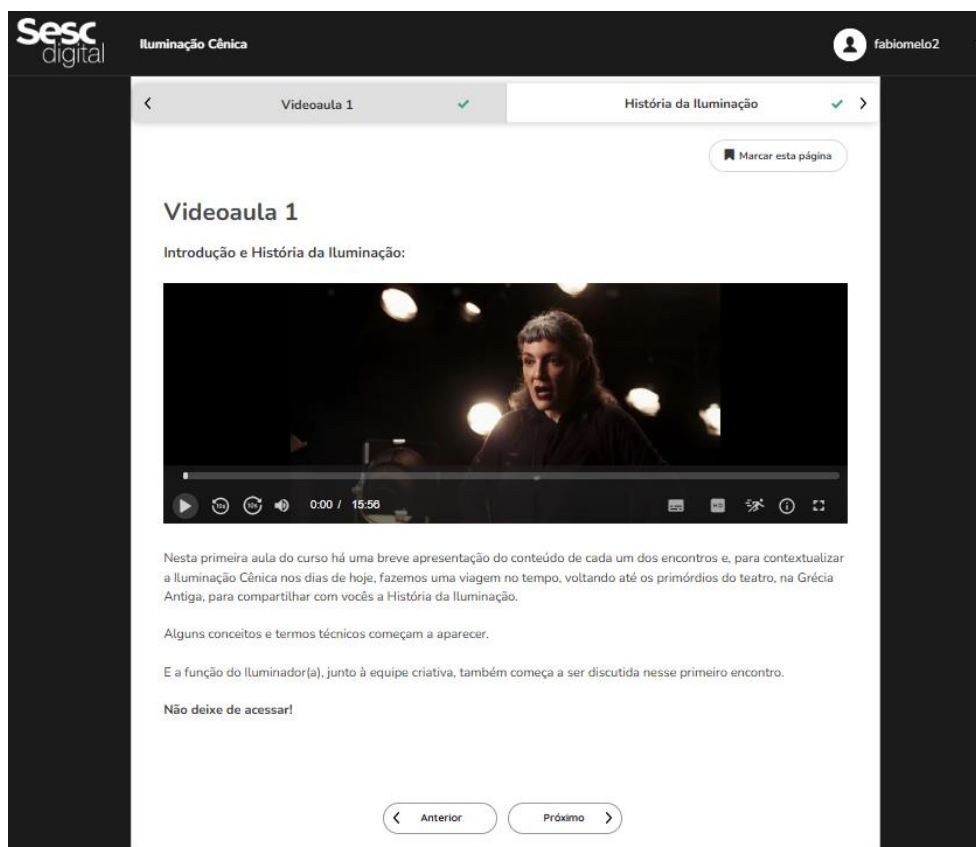


Figura 14: Frame de abertura do curso mostrando a instrutora em um ambiente de estúdio ou palco, com exemplos visuais de contrastes de luz e sombra (claro-escuro).

- **Reflexão Analítica:** Este primeiro contato desafia a premissa de que saberes práticos e sensoriais não podem ser mediados digitalmente. O Sesc realiza um gesto de **transposição didática** ao deslocar conhecimentos especializados — muitas vezes restritos à formação técnica de bastidores — para o campo da educação não formal e aberta. A luz é apresentada não apenas como fenômeno físico, mas como uma linguagem que exige uma "alfabetização do olhar".

A mediação pedagógica opera aqui na fronteira entre a técnica e a sensibilidade. Ao integrar diferentes áreas do design e das artes, o currículo promove um entendimento sistêmico da criação artística. Esta abordagem reflete a **territorialidade digital** como um espaço de democratização do sensível: a plataforma torna-se o veículo que permite ao sujeito comum acessar as chaves de construção da "boniteza" cênica, conforme a perspectiva freiriana, unindo a técnica rigorosa à intenção poética.

DIÁRIO 10 — A autoria como "currículo oculto" e a práxis colaborativa

- **Data da Observação:** Outubro de 2025.

- **Objeto:** Análise da trajetória profissional da instrutora Marisa Bentivegna e sua concepção de criação.
- **Registro Descritivo:** A narrativa pedagógica é atravessada pela experiência da autora em coletivos teatrais de vanguarda. A luz é apresentada como um elemento orgânico que integra dramaturgia, espaço arquitetônico e corpo. A mediação enfatiza que o projeto de iluminação nasce do diálogo com as demais linguagens da cena, e não como uma imposição técnica isolada.

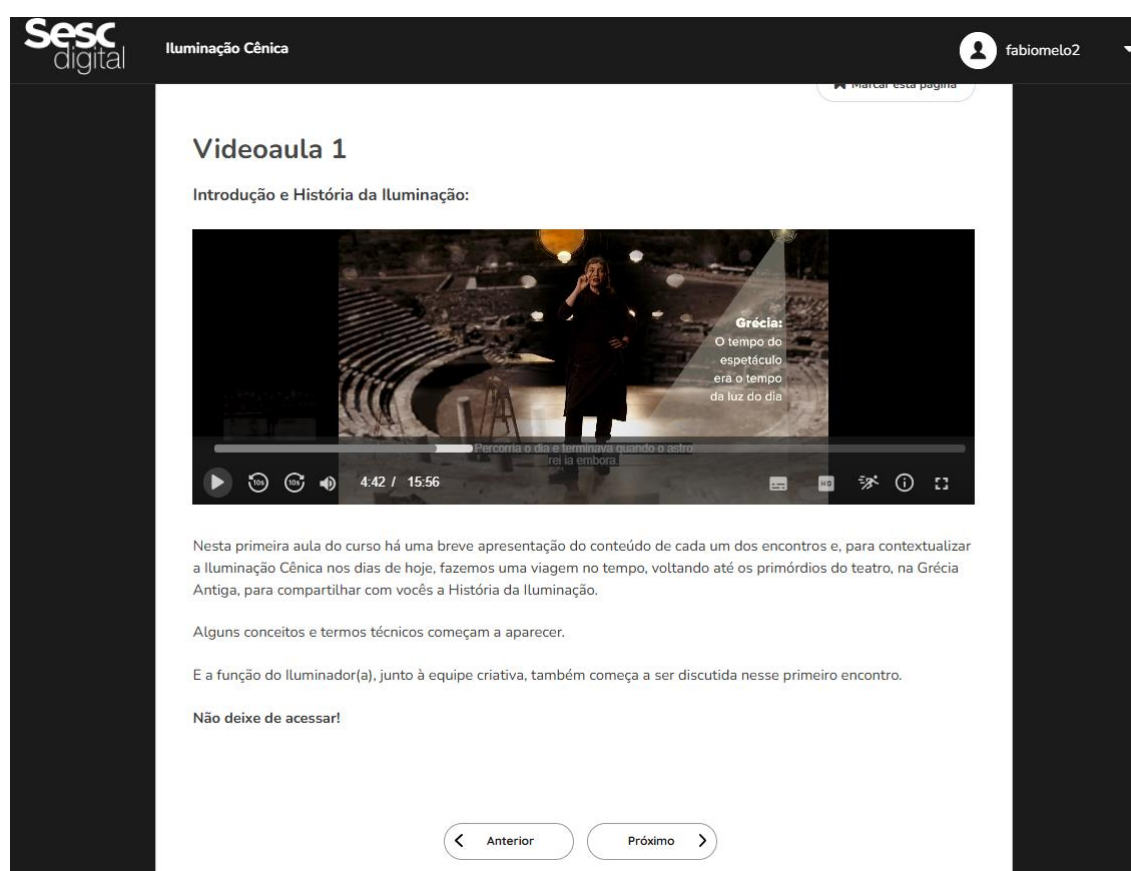


Figura 15: Frame em que a instrutora utiliza exemplos de espetáculos realizados em espaços não convencionais (teatro *site-specific*), ilustrando a interação da luz com a arquitetura real.

- **Reflexão Analítica:** O percurso profissional da mediadora atua como um **currículo oculto**, modelando valores de colaboração e interdisciplinaridade. Ensina-se um "modo de ser iluminador" que é, acima de tudo, sensível à alteridade. Ao posicionar a luz como uma resposta ao movimento do corpo e à intenção do texto, o curso promove uma visão de **coautoria**.

Essa abordagem desconstrói a figura do técnico como mero operador de máquinas, elevando-o à categoria de artista-pesquisador. A mediação pedagógica, portanto, não se limita à transmissão de conceitos de óptica ou eletricidade; ela comunica uma ética do trabalho

coletivo. Para o cursista, essa percepção é transformadora: a técnica deixa de ser um fim em si mesma para se tornar um meio de participação em um processo criativo compartilhado, reforçando a premissa de que a educação estética é também uma educação para a convivência e para o diálogo.

DIÁRIO 11 — Mediação pedagógica e a técnica situada

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.
- **Objeto:** Observação da estratégia didática das aulas 2 a 5 (Equipamentos e aplicações).
- **Registro Descritivo:** O percurso pedagógico associa cada família de refletores (planos-convexos, fresnéis, elipsoidais e PAR) a gêneros artísticos específicos, como o teatro, a dança e os shows musicais. A mediação é enriquecida por entrevistas com especialistas de cada área, que relatam como utilizam essas ferramentas para resolver problemas estéticos e narrativos em contextos reais de palco.

Sesc digital Iluminação Cênica fabiomelo2

Videoaula 2

Luz para teatro: PCs, Fresnéis e seus acessórios

pois é necessário ter espaço entre ela e as paredes internas do refletor

Nesta segunda aula, assim como nas aulas 3, 4 e 5, o conhecimento técnico e o estudo de uma linguagem cênica específica caminharão lado a lado.

Os equipamentos que serão apresentados neste encontro são o PC (Plano Convexo) e o Fresnel, com todos os seus acessórios. Mostramos as peças que compõem cada um desses refletores, para que servem, seus resultados luminosos e as diferenças entre eles.

Ainda temos uma entrevista com o diretor cênico Nelson Baskerville, que fala sobre Iluminação para espetáculos de teatro e como ele se relaciona artisticamente com seus parceiros e parceiras de criação.

Não deixe de acessar!

< Anterior Próximo >

Figura 16: Quadro comparativo apresentado no curso que relaciona o tipo de lente do refletor com a qualidade da luz produzida (foco duro vs. foco macio).

- **Reflexão Analítica:** Esta estratégia didática promove o que se pode chamar de **técnica situada**. Em vez de um ensino técnico abstrato, que se limitaria às especificidades elétricas ou ópticas dos aparelhos, a mediação pedagógica ancora o conhecimento na prática profissional. Ao situar o equipamento dentro de contextos artísticos vivos, o curso aproxima-se de um "**círculo de cultura**" digital, onde a ferramenta é compreendida através da sua função social e relacional na obra de arte.

A presença de entrevistas com outros profissionais expande a territorialidade do curso, transformando a interface em um espaço de diálogo polifônico. O currículo, portanto, não é uma via de mão única, mas um campo de partilha de experiências. Para o estudante, o refletor deixa de ser um objeto inerte e passa a ser compreendido como um "instrumento de escrita visual", capaz de produzir diferentes significados dependendo do gênero artístico em que é aplicado, fortalecendo a percepção da técnica como uma extensão da intenção criativa.

DIÁRIO 12 — A práxis do projeto e a materialização da ideia

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.
- **Objeto:** Aula 6 – Elaboração de mapas e plantas de luz; finalização do curso.
- **Registro Descritivo:** O módulo final é dedicado à transcodificação da ideia criativa para a linguagem técnica. O cursista aprende a elaborar mapas de luz e plantas baixas, utilizando a simbologia padrão da área para indicar o posicionamento dos refletores, tipos de lentes, focos e gelatinas. O curso encerra-se sem avaliações somativas, focando na entrega de ferramentas para a autonomia projetual.

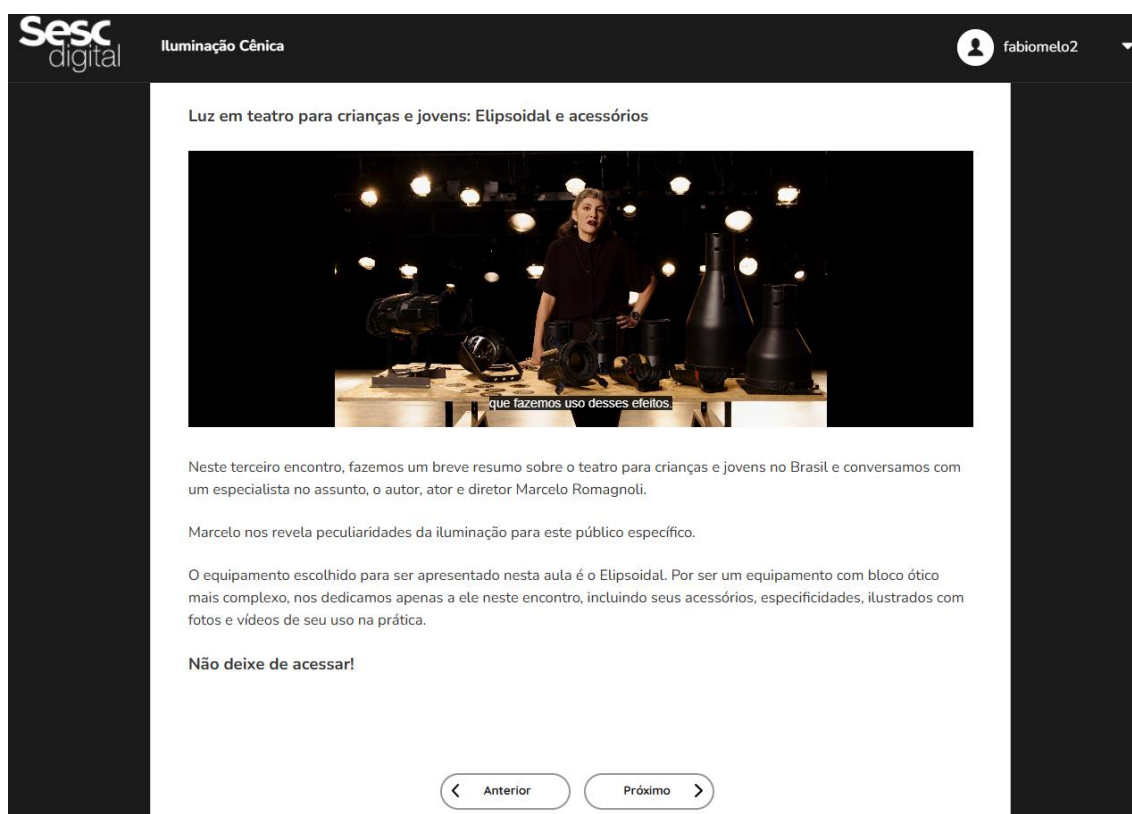


Figura 17: Frame da aula demonstrando o preenchimento de uma planta de luz sobre o desenho de um palco, detalhando a legenda de símbolos técnicos.

- **Reflexão Analítica:** Este estágio representa a **práxis freiriana** em sua plenitude: a união indissociável entre a reflexão teórica e a ação transformadora. O domínio da linguagem gráfica permite ao sujeito "dizer sua palavra" no campo das artes, conferindo-lhe o poder de comunicar uma visão subjetiva de forma inteligível para uma equipe técnica. A planta de luz não é apenas um desenho; é um documento de **autoria e autonomia**.

A ausência de dispositivos de controle (notas ou exames) reafirma a confiança no compromisso do aprendente. A ética da democratização une-se a uma estética rigorosa, resultando num **currículo emancipador**. Ao final do curso, o que se observa é a transição de um "saber intuitivo" para um "saber sistematizado", permitindo que o iluminador iniciante ocupe o espaço cênico não como um espectador da tecnologia, mas como um arquiteto da visibilidade.

DIÁRIO 13 — Arquitetura da plataforma e a pedagogia da autonomia digital

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.

- **Objeto:** Interface, usabilidade e arquitetura da informação no EAD Sesc Digital.
- **Registro Descritivo:** A plataforma organiza-se de forma modular e assíncrona. Os conteúdos são apresentados em trilhas de aprendizagem que permitem a visualização do progresso, acompanhadas de materiais de apoio (PDFs e *links* externos) que sistematizam os fundamentos históricos e conceituais. A navegação é intuitiva, com botões de comando claros e ausência de elementos que gerem distração ou ruído cognitivo.

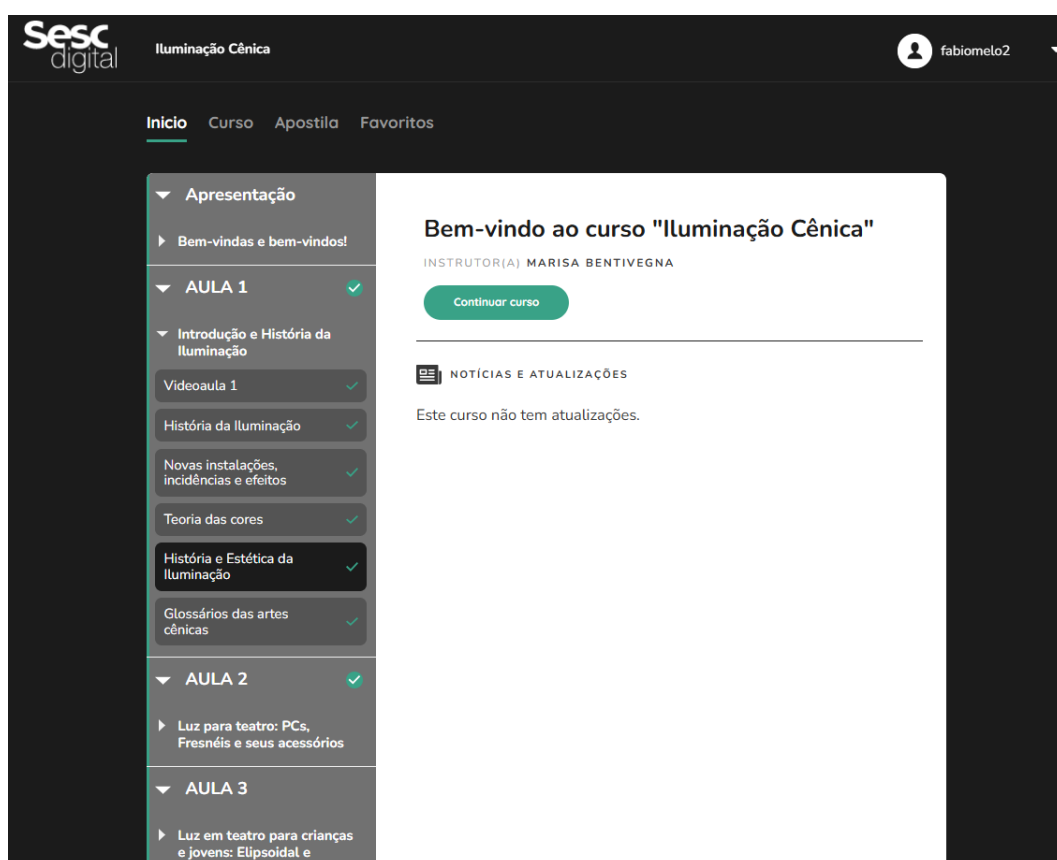


Figura 18: Visão geral da área do aluno ou "Dashboard", mostrando o progresso nas trilhas e a organização modular dos vídeos.

- **Reflexão Analítica:** A arquitetura informacional do Sesc Digital é o alicerce da sua **territorialidade digital**. O *design* privilegia a autogestão do tempo e do espaço, transferindo para o sujeito a responsabilidade pelo seu ritmo de aprendizagem. Essa escolha reflete a "Pedagogia da Autonomia" aplicada ao ambiente virtual: a plataforma não atua como uma autoridade que impõe prazos, mas como um suporte que confere confiança à capacidade de autoformação do indivíduo.

Ao disponibilizar materiais complementares que aprofundam o que é visto nos vídeos, a interface promove um ambiente de **estudo dirigido**, mas flexível. Essa estrutura

condiciona a experiência educativa de modo a evitar a passividade; o usuário precisa ativamente clicar, baixar e avançar, tornando o ato de aprender uma sequência de decisões deliberadas.

Assim, a usabilidade deixa de ser um critério puramente técnico para tornar-se um componente central do currículo, facilitando a transição entre a curiosidade inicial e a consolidação do conhecimento.

Prosseguindo na análise crítica, o **Diário 14** debruça-se sobre as ausências deliberadas. Em teoria curricular, o que se deixa de dizer é tão pedagógico quanto o que se ensina, definindo os contornos da visão de mundo proposta pela instituição.

DIÁRIO 14 — Silêncios curriculares e a neutralidade institucional.

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.
- **Objeto:** Análise crítica da mediação pedagógica e dos temas omitidos nos cursos de artes.
- **Registro Descritivo:** A observação sistemática revela uma saturação de conteúdos voltados à estética, à técnica operacional e à funcionalidade das ferramentas. Em contrapartida, há uma lacuna significativa quanto às condições de trabalho do artista na era digital, aos impactos da "uberização" da cultura e às tensões políticas envolvidas na digitalização estrutural dos meios de produção.

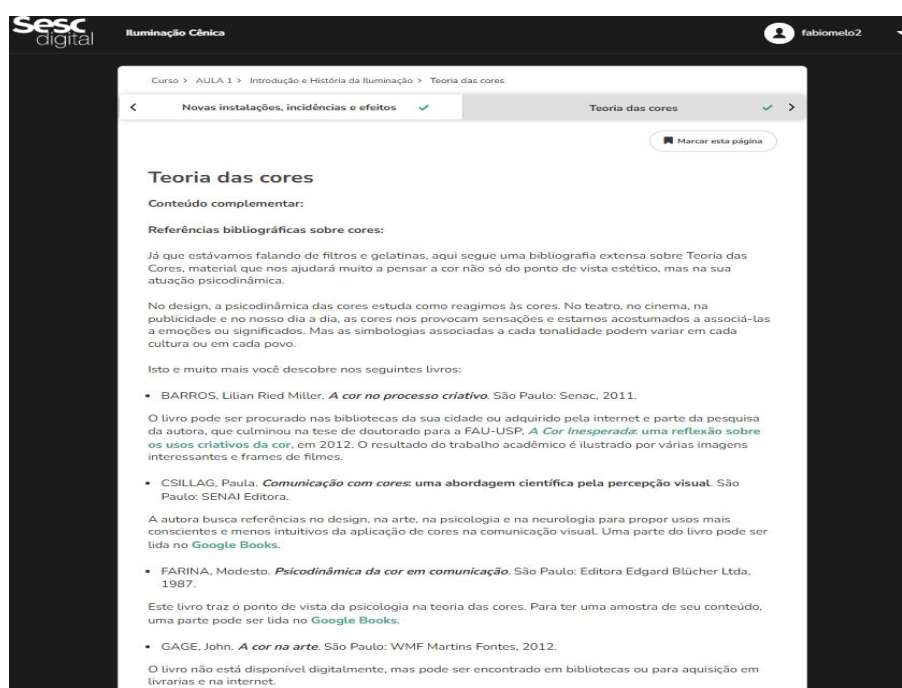


Figura 19: Captura dos tópicos do curso ou do índice de aulas, evidenciando o foco estritamente técnico e a ausência de módulos sobre legislação trabalhista, economia da cultura ou crítica de mídia.

- **Reflexão Analítica:** A análise evidencia os **silêncios curriculares** no território das artes. Essas omissões não são casuais; elas representam opções institucionais que privilegiam uma experiência de aprendizagem fluida e otimizada para o consumo. Ao evitar problematizar as lógicas algorítmicas ou os modelos de exploração das plataformas digitais, o currículo delimita o alcance da formação crítica oferecida.

Este fenômeno caracteriza o que a literatura chama de "currículo nulo". O foco no "fazer" descolado do "pensar o sistema" pode induzir a uma visão tecnicista da arte, onde o sujeito é capacitado para operar a infraestrutura digital sem, contudo, questionar quem a controla ou sob quais condições ele se insere nela. Assim, a neutralidade institucional do Sesc Digital, embora democrática no acesso, revela-se conservadora na medida em que protege o cursista das tensões políticas do ciberespaço, definindo uma autonomia que é potente na técnica, mas contida na crítica social.

Seguindo para o penúltimo registro, o **Diário 15** foca na dimensão inclusiva da plataforma. Aqui, a acessibilidade deixa de ser apenas um requisito técnico (como o cumprimento de normas de *web design*) para se tornar uma declaração de valores sobre quem tem o direito de habitar esse território educativo.

DIÁRIO 15 — A acessibilidade como dimensão ética do currículo

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.
- **Objeto:** Recursos de acessibilidade, usabilidade e arquitetura inclusiva do Sesc Digital.
- **Registro Descritivo:** A plataforma apresenta uma organização visual limpa, com alto contraste e navegação intuitiva. Destaca-se a presença sistemática de legendas em todos os vídeos, materiais de apoio em formatos acessíveis (PDFs estruturados) e a possibilidade de ajuste na velocidade de reprodução. O design é responsivo, garantindo a mesma qualidade de experiência em computadores ou dispositivos móveis.
- **Reflexão Analítica:** A arquitetura informacional não é um suporte neutro; ela condiciona as possibilidades de permanência e êxito do sujeito. No Sesc Digital, a acessibilidade é operada como um **currículo implícito**, comunicando o compromisso

institucional com o pertencimento de múltiplos perfis de usuários. Não se trata apenas de funcionalidade, mas de uma escolha ética que valida o território digital como um espaço verdadeiramente público.

A ausência de prazos rígidos e a simplicidade da interface reduzem as barreiras de entrada para sujeitos com diferentes níveis de literacia digital. Ao adotar princípios de **Design Universal para a Aprendizagem (DUA)**, a plataforma reconhece que a diversidade é a norma, não a exceção. Esta configuração favorece a autonomia, pois remove o caráter excludente que muitas interfaces complexas impõem, permitindo que o foco do cursista permaneça na construção do conhecimento e na sua própria jornada de autoria.

Chegamos ao último registro. O **Diário 16** é o fechamento cíclico da sua pesquisa, onde o "objeto observado" (a plataforma) encontra o "sujeito em ação" (os participantes da oficina). É o momento em que a teoria e a observação digital são testadas na pulsação da realidade presencial.

DIÁRIO 16 — O laboratório vivo: a oficina no encontro de pesquisadores

- **Data da Observação:** Novembro de 2025.
- **Objeto:** Oficina "Como Criar Podcasts" realizada no XVI Encontro de Pesquisadores na PUC-SP.
- **Registro Descritivo:** Atividade prática presencial baseada na estrutura e nos conteúdos do curso online do Sesc Digital. O encontro reuniu professores e alunos para a criação coletiva de roteiros e discussão de formatos sonoros. A oficina funcionou como uma extensão física da plataforma, permitindo a resposta imediata dos participantes frente aos desafios propostos pela mediação pedagógica.



Figura 20: Fotografia do programa do XVI Encontro de Pesquisadores da PUC-SP, evidenciando a inserção do trabalho na programação acadêmica.

- **Reflexão Analítica:** Este momento representa a **síntese e validação empírica** de todos os dados colhidos anteriormente. A oficina permitiu observar a eficácia da mediação sistemática da plataforma sob a ótica da interação humana e do diálogo direto. O que era um percurso assíncrono e solitário no ambiente digital transbordou para um "laboratório vivo", onde a teoria da comunicação se materializou em prática social.

A experiência na PUC-SP confirmou que a territorialidade digital do Sesc Digital não se encerra na interface; ela se estende para os territórios físicos onde o conhecimento é ressignificado. A rapidez com que os participantes estruturaram seus projetos demonstrou que a base formativa oferecida pelo curso online é robusta o suficiente para gerar **agência imediata**.

Este encontro validou a premissa de que a educação não formal no ciberespaço, quando pautada pela autonomia, é um motor potente para a produção de cultura e para a democratização da palavra no mundo contemporâneo.

Análise Crítica da Mediação e Territorialidade no Sesc Digital: Entre a Técnica e a Autonomia

A investigação do *corpus* documental, composto por dezesseis diários de observação e submetido à técnica de Análise de Conteúdo Bardin 2011, permitiu identificar indicadores que caracterizam o Sesc Digital como uma territorialidade educativa singular. A análise das categorias revelou que a plataforma opera sob a égide do que Gimeno Sacristán denomina como "currículo vivido", onde a experiência educativa se manifesta nas entrelinhas da interface e na interação direta com o conhecimento, extrapolando a mera instrução técnica

No curso "*Como Criar Podcasts*", a mediação pedagógica é estruturada para promover a práxis freiriana, compreendendo o ato de aprender como o exercício político de "tomar a palavra". Esta busca pela autonomia é evidenciada na redução da distância simbólica entre o sujeito e a tecnologia, transformando dispositivos cotidianos em ferramentas de autoria. Contudo, conforme preconiza a análise de Bardin (2011), é nas ausências que se revelam os sentidos mais profundos: os "silêncios curriculares" identificados nos diários demonstram uma lacuna deliberada sobre as estruturas de poder e a economia política do ciberespaço, caracterizando um currículo que, embora tecnicamente emancipador, preserva uma neutralidade institucional ante as tensões da cibercultura.

A culminância desse percurso ocorreu de forma empírica no XVI Encontro de Pesquisadores na PUC-SP, momento que representou a síntese entre a reflexão teórica e a ação transformadora. A transposição do saber digital para o laboratório presencial validou a eficácia da plataforma em gerar agência imediata, permitindo que os sujeitos estruturassem projetos autorais com rapidez e intencionalidade. Em suma, a arquitetura do Sesc Digital, ao alinhar-se aos princípios da "Pedagogia da Autonomia", configura-se como um suporte para a autoformação, onde a usabilidade e a acessibilidade atuam como dimensões éticas que garantem o pertencimento e a democratização do sensível no território digital.

Dimensão Analítica	Currículo Explícito (O "Dito")	Currículo Nulo/Silenciado (O "Oculto")
Infraestrutura Digital	Arquitetura sóbria, navegação fluida e acolhedora que reduz a ansiedade tecnológica.	A opacidade dos algoritmos e a governança de dados que regem a distribuição no ciberespaço.
Domínio Técnico	Instrução técnica acessível, desmistificação de equipamentos e foco na funcionalidade (ex: gravação com smartphone).	Ausência de debate sobre a concentração de poder das grandes corporações e modelos de monetização.
Autonomia do Sujeito	Desenvolvimento de agência, autoria e capacidade de "tomar a palavra" através do "como fazer".	Falta de instrumentalização para a contestação das estruturas de poder e do sistema produtivo digital.
Trabalho e Sociedade	Alfabetização ética através do uso de licenças abertas e respeito ao ouvinte.	Silêncio sobre a "uberização" da cultura, legislação trabalhista e condições de trabalho do artista na era digital.
Territorialidade	Espaço de democratização do sensível, inclusão e acessibilidade universal.	Neutralidade institucional que protege o cursista das tensões políticas e disputas ideológicas do território.

Categoria Analítica	Indicadores Empíricos	Unidades de Contexto (Diários de Campo)
1. Seleção e Hierarquização do Saber	Conteúdos abordados e omitidos; autoria e credibilidade; silêncios curriculares.	Diário 01: Modelos de excelência vs. democratização. Diário 07: Silêncios sobre lógicas algorítmicas. Diário 09: Transposição didática de saberes práticos.

Categoria Analítica	Indicadores Empíricos	Unidades de Contexto (Diários de Campo)
		Diário 14: Currículo nulo e foco tecnicista.
2. Mediação Pedagógica e Relação Educador-Educando	Estratégias didáticas; autonomia do aprendente; mediação técnica vs. educativa.	Diário 02: Mediação silenciosa e encadeamento. Diário 04: Planejamento e autonomia do sujeito. Diário 08: Educação ao longo da vida e autogestão. Diário 11: Técnica situada e diálogo polifônico. Diário 16: Agência imediata e laboratório vivo.
3. Territorialidade Digital e Arquitetura da Plataforma	Interface e usabilidade; curadoria e organização; acessibilidade comunicacional.	Diário 01: Arquitetura sóbria e acolhimento. Diário 13: Dashboard, trilhas e autogestão do tempo. Diário 15: Design Universal para a Aprendizagem (DUA).
4. Implicações Políticas e Culturais	Intencionalidade institucional; reprodução ou transformação; política de dados.	Diário 03: Cibercultura e validação do discurso. Diário 05: Alfabetização ética e hibridismo. Diário 10: Ética do trabalho coletivo e coautoria. Diário 12: Práxis freiriana e currículo emancipador. Diário 14: Neutralidade institucional conservadora.